

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGUÍSTICA

MARCOS ALVES LOPES

**CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE DO DISCURSO E DA PSICANÁLISE PARA UM
ESTUDO DO SUJEITO IMIGRANTE**

Goiânia

2016

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor (a):	Marcos Alves Lopes				
E-mail:	marcosalveslopes@gmail.com				
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim		<input type="checkbox"/> Não		
Vínculo empregatício do autor					
Agência de fomento: CNPQ				Sigla:	
País:	Brasil	UF:	G O	CNPJ:	
Título:	Contribuições da Análise do Discurso e da Psicanálise para um estudo do sujeito imigrante				
Palavras-chave:	Análise do Discurso Psicanálise Sujeito imigração				
Título em outra língua:	Contributions of discourse analysis and psychoanalysis for a study of the subject immigrant				
Palavras-chave em outra língua:	Discourse Analysis Psychoanalysis Subject immigration				
Área de concentração:	Estudos Linguísticos				
Data defesa: (15/02/2016)					
Programa de Pós-Graduação:	Letras e Linguística				
Orientador (a):	Agostinho Potenciano de Souza				
E-mail:	apotenciano@uol.com.br				
Co-orientador (a):*					
E-mail:					

*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

Assinatura do (a) autor (a)

Data: ____ / ____ / ____

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

MARCOS ALVES LOPES

**CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE DO DISCURSO E DA PSICANÁLISE PARA UM
ESTUDO DO SUJEITO IMIGRANTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial à obtenção de título de Mestre em Letras e Linguística.

Área de concentração: Estudos Linguísticos

Linha de pesquisa: Língua, texto e discurso

Orientador: Prof. Dr. Agostinho Potenciano de Souza

Período de desenvolvimento: Março / 2014 a março /2016

Goiânia

2016

Ficha catalográfica elaborada automaticamente
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob orientação do Sibi/UFG.

Alves Lopes, Marcos

Contribuições da Análise do Discurso e da Psicanálise para um
estudo do sujeito imigrante [manuscrito] / Marcos Alves Lopes. -
2016.

VIII, 100 f.

Orientador: Prof. Dr. Agostinho Potenciano de Souza .
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade
de Letras (FL) , Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística,
Goiânia, 2016.

Bibliografia.

Inclui gráfico.

1. Análise do Discurso . 2. Psicanálise. 3. Sujeito. 4. Imigração. I. ,
Agostinho Potenciano de Souza, orient. II. Título.

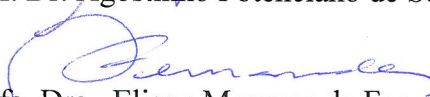


ATA Nº 01/2016

**ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DO
ALUNO MARCOS ALVES LOPES**

Aos quinze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis, a partir das dez horas na Sala 33 da Faculdade de Letras, realizou-se a sessão pública da Defesa de Dissertação intitulada "Contribuições da análise do discurso e da psicanálise para um estudo do sujeito imigrante". Os trabalhos foram instalados pelo Orientador, Professor Doutor Agostinho Potenciano de Souza com a participação dos demais Membros da Banca Examinadora: Professora Doutora Eliane Marquez da Fonseca Fernandes (Faculdade de Letras/UFG) e Professor Doutor Cristóvão Giovani Burgarelli (Faculdade de Educação/UFG). A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido o candidato APROVADO pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor Agostinho Potenciano de Souza, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que vai assinada pelos Membros da Banca Examinadora e visada pelo Vice-Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Goiânia, quinze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.


Prof. Dr. Agostinho Potenciano de Souza Presidente


Profª. Dra. Eliane Marquez da Fonseca Fernandes


Prof. Dr. Cristóvão Giovani Burgarelli

Visto: 
Prof. Dr. Sinval Martins de Sousa Filho

Aos que nutrem qualquer sentimento de estranheza, em casa ou não!

RESUMO

Este trabalho analisa os efeitos de sentido contidos nos enunciados de sujeitos maranhenses, imigrantes em Goiás, estudantes de uma escola municipal de Goiânia, na modalidade de Ensino de Jovens e Adultos. O objetivo deste estudo é buscar as contribuições da Análise do Discurso (AD) e da Psicanálise, verificando o acréscimo crítico dessas teorias, de modo a tecer uma análise do sujeito imigrante em Goiás. Para tal, o trabalho é dividido em dois capítulos: o primeiro, de cunho teórico, estuda o conceito de sujeito, na AD e na Psicanálise; o segundo, por seu turno, apresenta a metodologia e as análises dos enunciados maranhenses coletados em campo, na escola. Ainda que panoramicamente, no primeiro capítulo, as três épocas da AD são vistas, de 1969 a 1983, observando especialmente como a noção de sujeito se desloca em cada momento. Paralelamente, o conceito de sujeito na Psicanálise é trabalhado, tecendo comparações (convergências e divergências) entre a Psicanálise e as três épocas da AD. No segundo capítulo, a metodologia da pesquisa não é validada pelo número de enunciados coletados, mas pela interpretação atribuída a eles. Como não há a pretensão de abarcar o todo, nem delimitar completamente a singularidade do evento, este trabalho se configura como uma pesquisa qualitativa de orientação discursivo-psicanalítica, aplicada a um estudo de caso. Quanto às análises, pretende-se interpretar os efeitos de sentido que escapolem ao controle do falante, quer dizer, os equívocos, as hesitações, o humor, os atos falhos – as formações do inconsciente. Como o sujeito não possui uma identidade fixa, nem se prende a um ponto apenas, a análise do sujeito imigrante se dá pela via do significante: os deslocamentos de significantes que representam o imigrante para outros significantes. Assim sendo, a análise do sujeito imigrante traz como resultado não um esclarecimento total da imigração ou uma compreensão “típica” do maranhense, mas o deslizamento dos significantes que impossibilita o apagamento total das reminiscências. Ou seja, o sujeito imigrante se encontra como que em palimpsesto, presente na ausência, entre os significantes de lá [Maranhão] e os de cá [Goiás].

Palavras-chave: Análise do discurso. Psicanálise. Sujeito. Imigração.

RÉSUMÉ

Ce travail analyse les effets des sens contenue dans les énonciations des maranhenses, immigrants dans Goiás, qui sont élèves d'une école municipale à Goiânia, dans la modalité de l'enseignement pour les jeunes et les adultes. L'objectif de cette étude est de rechercher les contributions de l'analyse du discours (AD) et de la psychanalyse, avec une vérification plus critique de ces théories, afin de tisser une analyse du sujet immigrants à Goiás. À cette fin, le travail est divisé en deux chapitres: le premier, d'ordre théorique, étudie le concept de sujet, l'AD et de la psychanalyse; le second, à son tour, présente la méthodologie et l'analyse des énonciations des maranhenses recueillies dans le site de l'école. Dans le premier chapitre, les trois époques de l'AD sont vus, de 1969 à 1983, en notant en particulier comment la notion de sujet se déplace en chaque instant. En parallèle, la notion de sujet dans la psychanalyse est formulé, en tissant des comparaisons (convergences et différences) entre la psychanalyse et les trois époques de l'AD. Dans le deuxième chapitre, la méthodologie de recherche n'est pas validé par le nombre de énonciations recueillies, mais pour l'interprétation donnée à eux. Il n'y a aucune prétention pour couvrir tout ou définir complètement l'unicité de l'événement, de sorte que ce travail constituera une recherche qualitative d'une orientation psychanalytique appliquée à une étude de cas. En ce qui concerne l'analyse est destinée à interpréter les effets de sens que échappe au contrôle de l'orateur, ça veut dire, les malentendus, les hésitations, l'humour, les bordereaux – les formations de l'inconscient. Comme le sujet n'a pas une identité fixe ou est reliée à un seul point, l'analyse de le sujet immigrant a lieu à parti du signifiant: les déplacements de signifiant qui représente l'immigrant à l'autres signifiants. Par conséquent, l'analyse de sujet immigrant amène come résultat pas une enquête complète sur l'immigration ou une compréhension « typique » des maranhenses, mais le glissement des signifiants qui empêche la suppression totale de réminiscences. Autrement dit, le sujet immigrant est comme dans un palimpseste, présente en l'absence des signifiants de chez lui [Maranhão] et d'ici [Goiás].

Mots-clés: Analyse du discours. Psychanalyse. Sujet. Immigration.

LISTA DE ABREVIATURAS

AD	Análise do Discurso
AD-1	Análise do Discurso Primeira Época
AD-2	Análise do Discurso Segunda Época
AD-3	Análise do Discurso Terceira Época
AAD	Análise Automática do Discurso
FD	Formação Discursiva
CP	Condições de Produção
FI	Formação Ideológica
S1	Significante Mestre
DU	Discurso Universitário

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Alienação e separação.....	45
Gráfico 2. Nó Borromeano.....	51

Sumário

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	9
Capítulo 1. “QUE LANCE É ESTE?”: O SUJEITO, O SENTIDO E O EQUÍVOCO	12
1.1 Sujeito assujeitado: a AD-1	14
1.2 Sujeito heterogêneo: a AD-2	18
1.3 Sujeito do equívoco: a AD-3	24
1.4 Sujeito na Psicanálise	33
1.4.1 Inconsciente <i>en passant</i>	35
1.4.2 Alienação e separação	44
1.4.3 Objeto a	48
1.4.4 Familiar estranheza	50
1.4.5 Real impossível	51
1.4.6 A busca das equivocações	54
Capítulo 2. O CENTRO, AS CURVAS, AS FUGAS: METODOLOGIA E ANÁLISE ...	56
2.1 Ressalvas sobre a <i>pesquisa qualitativa</i> e o <i>estudo de caso</i>	57
2.1.1 Das etapas da pesquisa: o contexto, os participantes e a coleta de dados	60
2.2 Hesitação e repetição	62
2.2.1 Hesitação, um modo de afasia	63
2.2.2 Uma imigrante no discurso	68
2.2.3 Jovens imigrantes no discurso	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS	96

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este trabalho surgiu a partir das indagações do pesquisador acerca do conceito de sujeito. Em especial, o sujeito imigrante, aquele que se desloca do Maranhão a Goiás, no início da segunda dezena do século XXI, em busca de melhores condições de vida. O pesquisador, na condição de professor de uma Escola Municipal de Goiânia e também imigrante em Goiás, notara situações conflituosas entre estudantes maranhenses e goianos no espaço escolar, de modo que uma pesquisa acerca do sujeito seria proveitosa. Ademais, denúncias de desrespeito eram noticiadas pelos estudantes: tentativas de interdições e padronizações compareciam constantemente aos maranhenses. Assim, houve a compreensão de que era possível um estudo sobre o sujeito imigrante, permitindo que a voz maranhense ecoasse no ambiente escolar: o que diz o maranhense, na escola estudada, de si mesmo e dos outros?

A partir dessa pergunta, a pesquisa priorizou o estudo do sujeito presente no seguinte *corpus*: enunciados de sujeitos oriundos do estado do Maranhão, estudantes de uma Escola Municipal de Goiânia, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Entre os maranhenses na escola, havia a ênfase de que a imigração ocorrera por causa da carência de recursos básicos no estado de origem, e a crença de que, em Goiás, as condições de trabalho seriam diferentes.

Os participantes também denunciavam os ditames e exigências dos discursos que buscam encaixá-los e/ou padronizá-los em valores sociais pré-estabelecidos. Assim, a análise do discurso maranhense pode contribuir para a compreensão dos deslocamentos discursivos dos sujeitos imigrantes, bem como os discursos que arregimentam posições que tendem ao menosprezo da fala, das vestimentas, dos gostos musicais e dos posicionamentos políticos do estrangeiro.

Quanto às questões teórico-metodológicas, esta pesquisa se filia às discussões em torno do discurso, principalmente à Análise do Discurso de Linha Francesa (doravante AD). De modo complementar, a Psicanálise de orientação lacaniana permeia as reflexões acerca do sujeito e do sentido, buscando os ditos que, na enunciação, escapam ao sujeito falante. Tal como havia pensado Pêcheux (1997c), em 1975, na França, o analista do discurso não deve se

limitar apenas à descrição da língua, ao contrário, necessita buscar em outros saberes (em especial, o materialismo histórico e a Psicanálise) teorias e metodologias que contribuam para a análise dos processos discursivos. Diante dessa justificativa, torna-se possível afirmar que há a pretensão de que as teorias buscadas neste trabalho estejam no entremeio de saberes (em especial, a Linguística, o histórico-social e a Psicanálise), acreditando que a análise dos enunciados seja enriquecida pela confluência e divergência dos campos de saber.

A questão central deste trabalho é estudar *como* os jovens e um adulto maranhenses, participantes da pesquisa, identificam-se com os diversos discursos que circulam no meio social. Na chegada ao novo território, os discursos sobre o imigrante se impõem de qual maneira? Mais, como ocorrem os processos de identificação com os novos discursos e com os novos sujeitos: abre-se mão das antigas identificações? De que modo isso ocorre e se manifesta na língua? Em outros termos, indaga-se como, na língua, manifestam-se as questões pertinentes ao sujeito do discurso.

Continuando as discussões suscitadas na última fase da AD, esta pesquisa busca as marcas do descentramento do sujeito. Conforme Lacan (2008b), em *O seminário*, livro 11, proferido entre 1963 e 1964, na França, a divisão se manifesta através das formações do inconsciente, os atos falhos, os sonhos, os equívocos etc., de forma que não seja possível mapear completamente todas as possíveis ocorrências – sempre há deslocamentos. Cabe a esta pesquisa indagar como se dão as ocorrências de tropeços/falhas no discurso maranhense. Quais efeitos de sentido advêm daí? A descrição e a análise do equívoco podem apontar para efeitos de sentido ainda pouco explorados.

A hipótese inicial do trabalho sugere que os maranhenses não apagam completamente o saber advindo do Maranhão, comparecendo na língua os elementos vivenciados, representados ou idealizados pelos sujeitos. Como essas manifestações não se dão de modo transparente, cabe ao analista do discurso lidar com a dimensão do equívoco – daí uma análise possível.

Sendo assim, pergunta-se: o que enunciam os maranhenses a partir do equívoco? De que modo as equivocações (em especial, a hesitação e o humor) auxiliam o estudo do sentido e do sujeito? As vozes maranhenses teriam se mostrado inconsistentes para que os participantes da pesquisa saíssem do Maranhão? Haveria uma fantasia de retornar a um “paraíso perdido”? Ainda, quem está autorizado a dizer no grupo de pesquisa? Há um discurso de autoridade? Mais, em quais pontos há convergências e divergências teóricas entre a Psicanálise e a AD? Como os dois campos de saber podem sustentar uma metodologia para as análises?

Como o sentido propositivo da pesquisa é estudar o sujeito imigrante, a análise se volta para as possíveis manifestações do sujeito descentrado, ou seja, algo que diferencie uns e outros, a marca da falha de cada um. Para melhor compreensão do sujeito, este trabalho foi dividido em duas partes: a primeira de cunho teórico e a segunda de ordem metodológica e analítica.

Especificamente, o primeiro capítulo centra-se nas discussões acerca do sujeito (sujeito assujeitado, sujeito heterogêneo e sujeito do equívoco), em especial, nas três épocas da AD (AD-1, AD-2 e AD-3). Ainda no primeiro capítulo, o sujeito da Psicanálise diante da orientação laciana é estudado como forma de notar o descentramento do sujeito. Já que a AD-3 solicita a Psicanálise, debruça sobre a falha/equívoco, o primeiro capítulo, então, se desenvolve mediante as convergências e as divergências entre a AD e a Psicanálise, tendo como eixo guia as discussões sobre o sujeito e o sentido.

Já no segundo capítulo, a metodologia e as análises são abordadas. Nesse momento, uma metodologia que permita analisar as ocorrências do sujeito de discurso é apresentada, tomando a AD e a Psicanálise como referências. Após a apresentação da metodologia, sucede a teoria e a análise dos enunciados. Ainda que panoramicamente, a questão da afasia é tratada, tanto pelo viés da Linguística quanto da Psicanálise, para que, em seguida, a análise da hesitação e da repetição seja possível. Separadamente, há a análise do discurso da única mulher do grupo pesquisado, atribuindo uma interpretação possível aos enunciados dela. Salienta-se, ainda, que essa participante adveio ao grupo por espontânea vontade. Aos trinta e nove anos, maranhense e funcionária da escola, ela solicitou a participação na pesquisa ao notar que os demais participantes também eram de sua terra natal. A pesquisa, então, viu-se beneficiada com a entrada da participante, uma vez que, no espaço da escola, não havia nenhuma maranhense estudante. Além da mulher, há nove estudantes maranhenses que participam da pesquisa. Eles, que possuem entre dezesseis e vinte anos, enunciam sobre temas diversos. Assim sendo, os enunciados dos participantes formam o *corpus* para a análise.

Após a descrição e análise do discurso dos participantes, há a tentativa compreender os efeitos da voz feminina entre os jovens estudantes. Nesse momento, os enunciados dos jovens são colocados lado a lado com os enunciados da participante. Trata-se de compreender a formação discursiva presente no grupo estudado: quem está autorizado a falar em determinada circunstância? A partir da relação entre os enunciados, os efeitos de sentido advindos do humor e da hesitação tomam lugar central da análise, de modo a interpretar os efeitos de sentido ocasionados pela hesitação e pelo humor.

Capítulo 1

“QUE LANCE É ESTE?”: o sujeito, o sentido e o equívoco

O estudo do sujeito e do sentido é o alvo das discussões apresentadas neste primeiro capítulo. Em especial, a pretensão é estudar os efeitos de sentido produzidos no curso da enunciação, no cotidiano da língua, no discurso. Assim, os autores que se dedicam a pensar a noção de discurso são trazidos para a discussão, especialmente aqueles relevantes para a AD. Não se trata de dizer de todos, o que seria impossível, mas de buscar uma filiação no campo da linguagem, no caso, a AD. Entretanto, filiar-se a um campo de saber não é algo dado sem problemas, ao contrário, as dificuldades perfazem a própria existência de qualquer escolha.

No entanto, dizer que este trabalho pertence às discussões da AD não é suficiente. Isso porque, nesta pesquisa, há a proposta de contar com as contribuições da AD e da Psicanálise para a compreensão do sentido e do sujeito, trazendo contribuições para o estudo do sujeito migrante. Como no xadrez, uma abertura conduz a diversas variáveis: um lance remete necessariamente a outros já feitos. “Que lance é este?” é uma pergunta que aparece em vários torneios, mas cuja resposta não é nada elementar. Um mesmo lance de peão, por exemplo, feito em posição distinta, pode causar efeitos diversos. Tanto o xadrez quanto o discurso estão repletos de lances/vozes diversos, de modo que é intangível o cálculo exato de todas as possibilidades.

Assim, trabalhar com a AD e com a Psicanálise pode trazer novas variáveis para a análise, já que o olhar do pesquisador depende, em grande medida, do lugar de fala e do referencial teórico usado. Como um enunciado se modifica de acordo com as posições dos sujeitos envolvidos no curso da enunciação, as análises também podem ser modificadas de acordo com o campo de pesquisa. Nesse sentido, outros pesquisadores podem extrair diferentes interpretações do mesmo material colhido para a pesquisa. Trata-se do real: a impossibilidade de dizer a origem; a impossibilidade de dizer tudo; a impossibilidade de quantificar todas as variáveis.

É importante afirmar que a disciplina AD é um tanto recente, pois foi fundada nos meados da década de 1960.¹ Em menos de três décadas, os postulados sobre o discurso e

¹ A Análise do Discurso foi fundada, ao mesmo tempo e de modo diferente, por Michel Pêcheux e Jean Dubois (MALZIÈRE, 2007). Embora Pêcheux e Dubois tenham estudado o discurso, cada um caminhou de modo singular. Enquanto Dubois, professor na Universidade de Paris X – Nanterre, advém de uma tradição filológica do estudo do vocabulário, Pêcheux tem como principal eixo guia a tradição do Materialismo Histórico via

sobre o sujeito sofreram uma série de revisões ao longo das obras do seu fundador, Michel Pêcheux. Ao falar de discurso segundo a AD, então, é preciso lidar com as idas e vindas teóricas, algumas em franca oposição. Sendo assim, os diálogos e duelos entre os diversos autores também compõem a disciplina (GREGOLIN, 2006), de modo que muitos nomes contribuem para o projeto pecheutiano de fazer uma *teoria materialista do discurso*.²

Discutindo sobre as três fases da constituição da disciplina, no texto publicado no cenário francês de 1983, Pêcheux (1997a) subdivide os estudos da AD em três momentos distintos (AD-1, AD-2 e AD-3), uma maneira de ressaltar as mudanças teórico-metodológicas ocorridas ao longo de cerca de quinze anos (1969-1983). Essas três épocas da AD são vistas, ainda que panoramicamente, neste capítulo. Entretanto, a ênfase em cada etapa da disciplina é o sujeito: i) a AD-1 e o sujeito assujeitado; ii) a AD-2 e o sujeito heterogêneo; iii) e a AD-3 e o sujeito do equívoco. Trata-se, então, de compreender como, em cada um dos três momentos, houve alteração da noção de sujeito. Mais, como essas mudanças contribuem para a análise do sujeito discursivo, em especial, o sujeito imigrante.

Como demonstra Maldidier (2003), em *A inquietude do discurso*, obra de 1990, publicada na França, Pêcheux mobilizou vários autores para a construção da disciplina, o que dificulta qualquer tentativa de homogeneizar os diversos conceitos oriundos de campos distintos. Algumas noções-conceito foram apropriadas de filósofos, linguistas e psicanalistas, são elas: a tese da interpelação ideológica (Althusser), a formação discursiva (Foucault) e do inconsciente/Outro (Freud e Lacan). Assim, as rupturas (as três épocas) da AD ocorrem devido às inquietações do fundador e do próprio material de análise, o discurso (material opaco, sem transparência).

Além da discussão sobre as três fases da AD, este capítulo tem o intento de se aprofundar (na medida do possível) nas questões pertinentes ao sujeito, em especial, o sujeito dividido, não homogêneo, que se manifesta pela língua através dos efeitos do inconsciente: os atos falhos, os chistes ou sonhos. Desse modo, em um segundo momento, ainda no primeiro capítulo, o foco é o sujeito na Psicanálise, já que, se há algo que possibilita uma aproximação entre os trabalhos pecheutianos e a Psicanálise, é justamente a luta incansável por construir uma concepção não subjetivista, nem logicista do sujeito e do sentido. Sendo assim, a

Althusser – daí a busca por uma teoria materialista do discurso. Este capítulo estará centrado nos postulados de Michel Pêcheux e em aproximações/afastamentos entre Pêcheux e outros autores: Louis Althusser, Michel Foucault e, em especial, Jacques Lacan.

² Gregolin (2006) destaca que houve diálogos e duelos na leitura que Pêcheux fez da obra foucaultiana. Um exemplo é quando Pêcheux (1997c) afirma, de modo incisivo, em *Só há causa daquilo que falha*, que falta a Foucault duas noções fundamentais: a luta de classes e o sujeito do inconsciente. Sem essas noções, o fundador da teoria materialista do discurso considera que o ser humano não teria nenhuma diferença dos demais animais. Não há resposta direta de Foucault a Pêcheux: ainda assim, é possível afirmar que a obra foucaultiana contribuiu para as idas e vindas da AD, as revisões teórico-metodológicas.

Psicanálise dá suporte às considerações em torno do sujeito, compreendido como cindido pelo discurso do inconsciente, de modo que a notícia do sujeito advenha das formações do inconsciente: atos falhos, sintomas, chistes, sonhos etc.

Desse modo, os múltiplos discursos sobre o sujeito e o sentido ecoam em tantos saberes que seria mesmo sem propósito dizer que a AD é a única responsável por esses estudos. Ainda assim, o ponto de partida (não do discurso, mas deste capítulo) são os estudos pecheutianos e seus atravessamentos, principalmente através da Psicanálise.

Pêcheux, como um grande filósofo, não se fechou a um ou outro conceito, assim como não tomou as teorias de modo límpido, como águas claras – diferentemente, Pêcheux fez os conceitos funcionarem diante do *corpus* de análise. Ele fez discurso. Pôs-se no movimento das águas, da língua, como forma de jogar com as peças necessárias – construindo novos moinhos, uma maneira de produzir instrumentos necessários para a análise.

1.1 Sujeito assujeitado: a AD-1

A partir da segunda metade do século XX, na Linguística, avolumaram-se as críticas feitas às concepções estruturalistas que desprezavam a fala, a enunciação e o discurso. Tanto a Linguística da Enunciação quanto a nascente AD, cada uma a sua maneira, tomaram o discurso e o sujeito como eixo guia do trabalho. É nesse contexto que a AD toma forma, principalmente a partir da obra *Análise Automática do Discurso* (doravante AAD-69), texto publicado em 1969, na França. O primeiro lance da AD (AD-1) é marcado pela pretensão de formular uma máquina capaz de analisar os efeitos de sentido de um determinado discurso, buscando um modo bastante objetivo de análise. A produção discursiva, como máquina autodeterminada e fechada sobre si mesma, põe em destaque uma posição teórica na qual o sujeito é tomado como assujeitado (MALDIDIÉ, 2003; PÊCHEUX 1997a).

Na AD-1, o sujeito é compreendido como determinado pela ideologia; assujeitado, portanto. A noção de assujeitamento ideológico esteve no plano central da constituição da AD. Essa noção adveio das construções althusserianas, a partir da releitura de Marx. A crítica de Althusser se movimenta em torno de algumas leituras marxistas sobre a determinação da infraestrutura sobre a superestrutura. Em outros termos, muitos marxistas liam em Marx que o modo de produção determinava os elementos da superestrutura, de forma que a ideologia fosse apenas condicionada pelo sistema socioeconômico. Combatendo essa visão, Althusser cria o conceito de *sobredeterminação*, já que a ideia central do autor é a de que, “em determinados contextos históricos, elementos da superestrutura podem condicionar elementos da infraestrutura” (SILVA, 2013, p. 79).

Nessa direção, Althusser aponta para a necessidade de um estudo sistemático da *Ideologia em Geral*.³ Como não seria possível determinar as ideologias de modo específico, é proposto um estudo da ideologia em geral. O filósofo marxista, então, deseja compreender como a ideologia é posta em ação, como a ideologia contribui para a reprodução dos modos de produção. Apropriando-se das discussões feitas por Althusser, Pêcheux (1995, p. 152) afirma que “o conceito de ideologia em geral permite pensar ‘o homem’ como ‘animal ideológico’”, ou seja, a ideologia em geral combate as interpretações de cunho subjetivistas (do homem partindo todas as ideias) e o introduz na dinâmica social.

Althusser (1998), em *Aparelhos ideológicos do Estado*, obra publicada em 1970 na França, compreende que os Aparelhos Ideológicos e Repressivos do Estado compõem o cenário da distribuição da ideologia. Aos Aparelhos Ideológicos (escolas, igrejas, partidos políticos, sindicatos etc.) seria reservada a função de ressoar as ideologias da classe dominante, enquanto aos Aparelhos Repressivos do Estado (exército e polícia, por exemplo) estaria destinada a função de reprimir a luta de classes, contribuindo também para a reprodução dos modos de produção.

É possível notar a importância dada à ideologia nos estudos althusserianos. Mas uma pergunta ainda se faz pertinente: do que trata a proposta de um estudo da ideologia em geral? Silva (2013, p. 90) assim fundamenta:

Uma teoria da ideologia em geral, ao contrário do que ocorre com uma teoria das ideologias particulares, permitiria a Althusser considerar a ideologia como uma estrutura desvinculada da caótica realidade mundana e com certa autonomia em relação a essa realidade. Na construção dessa teoria, ele tem em vista mostrar como a ideologia determina, ou melhor, sobredetermina o sentido da ação social e o funcionamento da vida social. Note-se que considerar a ideologia como uma estrutura autônoma que sobredetermina, ainda que, em última instância, o sentido da ação social é rejeitar a experiência do indivíduo como elemento gerador de sua consciência ou, portanto, como a possibilidade de ação consciente do sujeito.

Nota-se aí que, conforme Silva (2013), Althusser considera a ideologia em geral como uma estrutura desvinculada da realidade mundana. Para o filósofo marxista, a ideologia sobredetermina o sentido da ação social, quer dizer, o sentido ocorre mediante a ideologia circunscrita em uma determinada condição histórica de produção. Ainda, as posições subjetivistas (o sentido como uma produção inteiramente individual de um sujeito consciente)

³ Conforme Santos (2013, p. 216), “sob o pseudônimo de Thomas Herbert, em 1967, Pêcheux publica *Observações para uma teoria geral das ideologias*, em que propõe, preliminarmente, uma teoria pensada na relação entre o sujeito, ideologia e sentido. Ele [Pêcheux] abandona essa ideia somente no percurso de suas pesquisas, uma vez que um problema se apresenta: ‘O das ligações entre o objeto de análise da teoria do discurso e o objeto da linguística’ (Henry, 1997 [1969] p. 35), denominado por Pêcheux como ‘o problema da apropriação dos instrumentos científicos’, nesse caso, instrumentos linguísticos e da informática. Trata-se de uma problemática de natureza técnica e teórica”. A questão que leva Pêcheux a abandonar o projeto esteve ligada ao próprio desenvolvimento da AD – o afrouxamento da tese da interpelação ideológica, por exemplo, impôs novos caminhos para a disciplina.

também são contestadas por Althusser, já que o filósofo entende que os sentidos dependem necessariamente das ideologias.

Parafraseando Althusser, a ideologia seria uma representação imaginária dos indivíduos com as suas condições materiais de existência. Assim, os valores (fraternidade, por exemplo) não são resultados diretos das experiências dos indivíduos, mas efeito de sua imaginação sobre as relações sociais. Nessa concepção, os sujeitos se representam na (e somente na) ideologia, de modo que não seria possível conceber o sujeito sem ideologia.

É daí a noção althusseriana de que a ideologia *interpela o indivíduo em sujeito*. Ou seja, o sujeito é “sempre-já” interpelado – o indivíduo é convocado pela ideologia a representar as suas condições sociais. Essa representação ocorre porque ao proletário não é possível conhecer todo o modo de produção. Por isso, o sujeito se representa (representando o modo como seria a vida) de forma a dar sentido à ação social. É da tese althusseriana da interpelação que Pêcheux formula uma *teoria materialista do discurso*.

Nesta teoria materialista do discurso, a Formação Ideológica (doravante FI) é compreendida como um conjunto de representações que não são nem plenamente individuais, nem totalmente universais, mas remetem às posições de classe postas em conflito na arena discursiva. Na teoria materialista do discurso, “as formações ideológicas [...] comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou mais formações discursivas inter-relacionadas que determinam o que pode e deve ser dito [...] a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada” (MALDIDIER, 2003, p. 32).

Daí a necessidade do estudo das Condições de Produção (doravante CP) do discurso. Dessa maneira, as CP compõem o que é exterior ao discurso, ou seja, as condições sócio-históricas de produção do discurso. Para a AD, as CP contribuem para que haja efeitos diversos de sentidos. O sujeito, assujeitado à sua condição sócio-histórica, não tem controle total sobre o que diz, qual seja, os sentidos do dizer ultrapassam a intencionalidade do sujeito: já que o controle escapa ao falante, torna-se relevante o estudo das CP.

Sendo assim, “a referência às CP designa a concepção central do discurso determinado por ‘um exterior’ (...) para evocar tudo o que, fora a linguagem, faz que um discurso seja o que é: o tecido histórico-social que o constitui” (MALDIDIER, 2003, p. 23). Em suma: o projeto de uma teoria discursiva materialista procura, no tecido histórico-social, os modos pelos quais os discursos dispersam; já que o controle escapa ao falante, os efeitos de sentido se tornam cruciais ao analista de discurso.

Assim, a teoria materialista do discurso, formulada e reelaborada desde o início da AD, compreende que o indivíduo se torna sujeito a partir da interpelação da ideologia. O discurso, na teoria materialista, não pode ser compreendido como propriedade original do

falante, tampouco pode ser controlado/monitorado inteiramente por quem fala. Para a AD, nem mesmo a língua pode ser compreendida como um sistema lógico perfeito: a língua não se vale de uma suposta perfeição monossêmica. Ao contrário, os discursos ocorrem porque há representações do meio social, representações diversas: a teoria materialista põe em xeque tanto o logicismo (a língua plena, perfeita, lógica) quanto o subjetivismo (o sujeito ideal que controla o dizer).

Tirando consequências da tese althusseriana da interpelação ideológica (o indivíduo é interpelado pela ideologia em sujeito), a AD-1 compreende a produção de sentidos como um efeito de uma *máquina-estrutural discursiva*, de um sujeito incapaz de se livrar das peças ideológicas, assujeitado, portanto. Sob a consigna da AAD-69, o primeiro momento da AD pretende “reunir um conjunto de traços discursivos [...] fazendo a hipótese de que a produção desses traços foi, efetivamente, dominada por uma, e *apenas uma*, máquina discursiva (por exemplo, um mito, uma ideologia, uma episteme)” (PÊCHEUX, 1997a, p. 312, grifo nosso).

Assim, os trabalhos da AD-1 estão voltados para a análise do *discurso político*. Buscam-se, em um *corpus* fechado, em um espaço (supostamente) homogêneo, as condições de produção estáveis do discurso (MALDIDIER, 2003). O tabuleiro parece fechado para os discursos cotidianos, heterogêneos e não estabilizados. No procedimento da AAD-69, a sequência escolhida é posta em análise, de modo a se fazer inicialmente um exame da base material, a língua, ou seja, a análise linguística é o pré-requisito à análise discursiva.

Na AAD-69, compreende-se que, após a análise linguística, é necessário ocorrer a análise discursiva, de modo a “detectar e construir sítios de identidades parafrásticas intersequenciais (isto é, entre fragmentos de sequências de discursos empíricos diferentes)” (PÊCHEUX, 1997a, p. 312-313). Por fim, essas identidades encontradas dão suporte à interpretação, já que elas identificam a suposta ideia/máquina geradora daquele discurso. Nesse jogo, toda análise gira em torno de um aspecto (máquina) gerador do discurso – o jogo não dá margens para as nuances da heterogeneidade, as nuances da alteridade: o sujeito permanece fechado, assujeitado.

Conforme Coracini (2007, p. 27), essa concepção de trabalho advém principalmente das elaborações de Harris, linguista norte americano, “que define o discurso como unidade interfrástica e propõe uma análise de base distribucional”. A proposta distribucionista americana pressupõe a separação exata dos léxicos do texto, de modo a buscar um núcleo de onde se propagaria o discurso. O texto inteiro é analisado como uma grande sentença. Além disso, a AAD-69 também foi fundamentalmente influenciada pelos trabalhos de “Saussure, que define discurso como realização concreta e individual da língua, único objeto do projeto científico da linguística”, e “Benveniste, para quem o discurso constitui lugar de emergência

da subjetividade do enunciador que deixa, no texto, marcas de seu envolvimento com o que enuncia” (CORACINI, 2007, p. 27). Dessa maneira, a busca da exatidão do sentido está na centralidade dos primeiros trabalhos pecheutianos.

Devido à exatidão monossêmica dos primeiros trabalhos da AD, Pêcheux (1997a, p. 313), em *As três épocas da Análise do Discurso*, texto publicado em 1983 na França, em processo de revisão teórica, afirma que, no projeto AAD-69, “a existência do *outro* está [...] subordinada ao primado do *mesmo*”, o outro só existe enquanto “‘máquinas’ (cada uma idêntica a si mesma e fechada sobre si mesma), quer dizer, uma diferença entre os mesmos”. Em grande parte o projeto da AD-1 é abolido, abrindo novas discussões sobre o sujeito e sobre o sentido.

Malidier (2003, p. 19) se refere ao primeiro lance da AD como “os tempos das grandes construções”, de 1969 a 1975. A autora compreende que há na AAD-69 um pressuposto de funcionamento de uma linguagem sem falhas, homogênea, já que a máquina discursiva faz a interpretação funcionar de um modo restrito – uma, e apenas uma, máquina discursiva gera um único modo de ler. O sujeito, no início da AD, ainda segundo Malidier (2003), é assujeitado, uma vez que a ele é destinada apenas a reprodução do mesmo: quem diz é a ideologia, de modo que não haja a consideração das falhas ideológicas. Ainda, a autora sustenta que Freud e Marx são apenas evocados nesse momento, e que, somente mais tarde, os pressupostos psicanalíticos voltariam com mais força, em especial a partir de 1978.

Este primeiro lance da AD auxilia os analistas do discurso a evitarem a trilha do primado do mesmo (a insistência em apenas um elemento causador do discurso). Nesta pesquisa, no estudo do discurso maranhense, em uma escola municipal de Goiânia, não será feito o mesmo movimento da AAD-69, já que não há no discurso imigrante um (e somente um) aspecto gerador do discurso. Ao contrário, os maranhenses dizem e são ditos, de modo a ser possível notar a alteridade dos sujeitos, as marcas da divisão. Sendo assim, os discursos analisados vão rumo à heterogeneidade de vozes, como pode ser notado a partir dos equívocos – algo é encoberto, mas os efeitos discursivos permanecem. O equívoco analisado no segundo capítulo deste trabalho, então, dá sinal de que a máquina fechada em si da AAD-69 não é suficiente para a análise do discurso proposta nessa pesquisa.

1.2 Sujeito heterogêneo: a AD-2

O segundo movimento da AD (AD-2) é um momento de crítica à Análise Automática do Discurso. Nesse momento, novos “jogadores” adentram o campo da AD, ou seja, Pêcheux lê e redimensiona o trabalho a partir de outros autores. O principal debatedor é Michel

Foucault. Trata-se de um oponente que, a partir de seus escritos, impõe novos olhares ao discurso. Em especial, “a segunda fase da AD está pautada exatamente nas formações discursivas (FD), conceito que se mostra central para Pêcheux edificar a sua teoria [materialista]” (SANTOS, 2013, p. 218).

Foucault (2014), em *Arqueologia do Saber*, obra publicada em 1969, na França, compreende que a Formação Discursiva (doravante FD) é o regime que controla o dizer. Nesse sentido, a uma suposta FD é destinada a função de estipular o que *pode ou não ser dito* em um algum lugar. Em outros termos, o conceito de FD foucaultiano remete ao “princípio de dispersão e de repartição, não das formulações, das frases, ou das proposições, mas dos enunciados” (FOUCAULT, 2014, p. 131). Assim, já que o discurso é propagado por certas regras, torna-se possível dizer que são as FD as responsáveis pelas regras de repartição e dispersão dos enunciados. Nas palavras de Foucault (2014, p. 47):

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações) diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* [...].

Pêcheux (1997c), em *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*, obra publicada em 1975 na França com título *Les vérités de La Palice*, compreende que a noção de FD teria um valor crucial para a AD. Pêcheux se apropria da noção de FD, mas a remete ao campo do materialismo histórico, ressaltando também a importância de se levarem em conta os aspectos linguísticos. Assim, Pêcheux dá à AD “uma interpretação que fortalece os aspectos linguísticos e a insere dentro das proposições althusserianas sobre o ‘primado da luta de classes’” (GREGOLIN, 2012, p. 41). Fazendo, então, uma ponte entre Marx/Althusser, Foucault e a Linguística (Saussure), Pêcheux (1997c, p. 160) interpreta a noção de FD de modo singular: “Aquilo que, numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.).”.

Nota-se aí que o movimento da AD-2 em torno do conceito de FD ocorre diante do casamento de duas peças fundamentais para a construção da AD: o materialismo histórico (a partir das leituras que Althusser empreende de Marx) e a presença dos estudos arqueológicos feitos por Foucault. É relevante ressaltar que, a partir da noção de FD, o laço do assujeitamento foi sendo cada vez mais afrouxado. O determinismo ideológico começa a ser suavizado mediante a compreensão da heterogeneidade das FD. Ou seja, uma FD não pode estar totalmente isolada, mas está em permanente deslocamento – atravessamentos –, uma se

imiscuindo na outra. Daí que, na AD-2, o sujeito e o sentido vão rumo à heterogeneidade: as FD contribuem para que diversas vozes façam parte do cenário da AD.

Embora o conceito de FD tenha inicialmente sido tomado como algo estanque, o desenvolvimento da AD se incumbiu de revisões teórico-metodológicas. Como atesta Maingueneau (1997, p. 112), “uma formação discursiva não deve ser concebida como um bloco compacto que se oporia a outros (o discurso comunista contra o discurso democrata-cristão, por exemplo), mas como uma realidade ‘heterogênea por si mesma’”. Assim, os estudos da AD atualmente não fecham o conceito; ao contrário, procuram estabelecer as relações entre uma FD e as demais: a função da FD (o que pode/deve ser dito) ocorre porque há distinção e relação entre as formações discursivas.

Sendo assim, as FD influenciam diretamente no conjunto do que é dito, os discursos. A partir da série de enunciados dotados de determinadas regras de dispersão, torna-se possível dizer de um discurso clínico, político e (por que não?) um *discurso do imigrante*. Neste estudo dos sujeitos maranhenses, há uma série de enunciados que, mesmo louvando a nova terra, impõe um lugar singular à terra natal. Seja na negação do Maranhão, seja na afirmação, o local de saída deixa marcas inerentes ao discurso. Essas marcas não são claras, mas comparecem enquanto efeitos de discurso: atos falhos, repetições, hesitações etc.

É importante afirmar que a AD não compreende a língua como sinônimo de discurso. Há diferenças! No texto *Efeitos discursivos ligados ao funcionamento das relativas em francês*, publicado originalmente na revista *Recherches de psychologie sociale*, em 1981, Pêcheux (2014a, p. 128) sustenta que a língua (objeto da Linguística) é “a base sobre a qual processos se constroem; a base linguística caracteriza, nesta perspectiva, o funcionamento da língua em relação a si mesma, enquanto realidade relativamente autônoma”. Ou seja, a língua é compreendida a partir da realidade fonológica, morfológica e sintática, em relação entre si, estruturada, portanto.

Nesse sentido, para a AD, a semântica é o que excede a linguística (advém daí a noção de discurso enquanto exterioridade), já que aí há interposição de outros saberes: a história e os sujeitos, as CP, dão o tom dos efeitos de sentido. Assim, a língua é a base material na qual o discurso desliza. Essa base não é totalmente autônoma, porque há relações com o exterior; os diversos discursos podem inclusive modificar a base material. Já o *processo discursivo* está posto diante do “funcionamento da base linguística em relação a representações [...] postas em jogo nas relações sociais” (PÊCHEUX, 2014b, p. 128).

O discurso, então, é o que vai além da base material, mas se manifesta na língua. É diante do que excede a língua (as questões sócio-históricas e as relações entre as FD) que o analista do discurso impõe o olhar; é na opacidade discursiva que a análise do discurso pode

prosseguir. Há aí uma aproximação entre a noção de discurso para Lacan (2008c), em *O seminário*, livro 20, proferido entre 1972 e 1973, na França, e a noção de discurso para Pêcheux (2014a). Isso porque, no ensino lacaniano, o discurso é caracterizado como o *liame social*, ou seja, trata-se do deslizamento, na língua, dos significantes. Se, para a AD, o que extrapola a língua é a exterioridade (relações sócio-históricas), para a Psicanálise o que excede à língua é o inconsciente (Outro).⁴ Entretanto, tanto em uma como em outra, só é possível tomar nota (seja das condições sócio-históricas, na AD, ou os efeitos do inconsciente, na Psicanálise) a partir da língua, diante do que é efetivamente dito: o não dito comparece como fissura do dito, os deslizamentos de significante.

Nesse sentido, a AD-2 estabelece crítica sistemática ao subjetivismo (o sentido partindo apenas do próprio indivíduo) e ao logicismo (o sentido criado artificialmente a partir de uma suposta língua universal/lógica). Pêcheux (1997c) sustenta que, em contraposição à lógica da filosofia analítica, para a AD não pode haver uma língua sem falhas, capaz de ser mensurada entre os polos das proposições verdadeiras ou falsas. A língua universal, sem falhas, é uma abstração!

Pêcheux (2014a, p. 137) combate a chamada “terapêutica da linguagem”, ou seja, qualquer modo que “fixaria enfim o sentido legítimo das palavras, das expressões e dos enunciados”. O autor argumenta que o empreendimento neopositivista “visa a construir logicamente [...] uma semântica universal suscetível de regular não somente a produção e a interpretação dos enunciados científicos, [...] mas também (um dia, por que não?) os enunciados políticos”. Pêcheux (2014a, p. 140) continua as incisivas críticas: o Frege do logicismo e o Chomsky da Gramática Universal correspondem a um mesmo “projeto de [...] semântica universal [que] visa a instalar um impossível sujeito falante senhor de si mesmo assim como do universo de sua linguagem”.

Assim, a AD golpeia o narcisismo do subjetivismo e do logicismo. A perspectiva discursiva combate a ilusão da língua perfeita e/ou lógica, assim como não crê no sujeito ideal, origem do dizer. Entretanto, pergunta-se: a heterogeneidade das FD faz o sujeito ainda assujeitado? Há marcas para a singularidade? Essas perguntas foram principalmente problematizadas na AD-3, em especial a partir de 1978.

Ainda na AD-2, em 1975, em ruptura com a noção de sujeito falante ideal, Pêcheux (1997c) postula os dois esquecimentos fundamentais do sujeito: i) *o sujeito não é origem do dizer*; ii) *o sujeito não possui total controle sobre o que diz*. Quem estaria jogando? Sustenta-se, a partir dos esquecimentos, que todo dito não parte do sujeito falante (ideal), mas de um já

⁴ Lacan refere-se à própria produção como um *ensino*. Há a preferência do termo “ensino” em detrimento de “teoria”, uma vez que não se trata de um sistema teórico fechado, mas de uma implicação singular com o saber psicanalítico.

dito. Mais, os dois esquecimentos dão notícia da heterogeneidade do sujeito, uma vez que não se pode controlar tudo, nem o sentido, nem o sujeito: o discurso atravessa a suposta/idealista homogeneidade do sujeito.

Na AD-2, há a sustentação de que, diante do já-dito (diante de tudo o que já foi dito), o sujeito crê cegamente estar criando solitariamente o próprio discurso; o sujeito cria a ilusão de ser o dono do dizer, dono de um discurso adâmico (primeiro esquecimento). Por outro lado, o segundo esquecimento é aquele que faz o sujeito crer na ilusão do controle do discurso; trata-se da ilusão de controlar a recepção do que é enunciado – a ideia de que o que se diz ao outro deve ser entendido de um único modo. Assim, a premissa pecheutiana dos *dois esquecimentos* é um modo de combater qualquer tentativa de originalidade de sujeito, além de denunciar o desejo (impossível) de controlar o outro e a si mesmo.

Nas palavras de Pêcheux (1997c, p. 173), “o esquecimento número 1 [...] dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina”, ou seja, o sujeito esquece que há uma FD que determina o que pode e deve ser dito. Já o esquecimento número 2 se relaciona ao modo pelo qual “todo sujeito-falante seleciona no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase”. Ou seja, o esquecimento dois é aquele que faz o sujeito nutrir a ilusão de que pode selecionar o enunciado que bem quiser, esquecendo-se que é impossível controlar totalmente a recepção do dito. Assim, o segundo esquecimento está em posição de encobrir o primeiro, porque, ao se selecionar um enunciado, o sujeito encobre a determinação/dominação da FD. Embora heterogêneo, devido à diversidade das FD, o sujeito não é totalmente livre para criar o próprio discurso.

Os dois esquecimentos fundamentam a noção de *interdiscurso*. Pêcheux (1997c) compreende que o *pré-construído* e a *articulação* compõem o interdiscurso. O pré-construído é o que está “sempre-já-aí” (o pré-construído é todo dito já dito por outros, antes mesmo do nascimento da criança). Quanto à articulação, trata-se de como o sujeito articula o já dito, de como o sujeito se faz no discurso, ou seja, como o sujeito seleciona o pré-construído para enunciar. Enquanto o pré-construído compõe os ditos anteriores ao sujeito, a articulação é o processo de selecionar esses dizeres, articulando-os. Assim, o interdiscurso compreende tanto o já dito (pré-construído) quanto a sua articulação. O interdiscurso é o que instaura o discurso na ordem dos discursos, ou seja, um discurso está necessariamente posto em relação a outros.

Nota-se que o pré-construído se relaciona ao primeiro esquecimento, enquanto a articulação está para o segundo esquecimento. O sujeito desconhece (esquece-se) do pré-construído (primeiro esquecimento/origem do dizer). Além disso, o sujeito se esquece de que

a articulação do discurso ocorre mediante uma série de outros ditos, esquece-se de que, nesse processo, não há controle sobre o que diz (segundo esquecimento). O sujeito não homogêneo da AD-2 (sujeito de diversas FD e sujeito dos dois esquecimentos) desconhece que todo discurso é efeito de outros discursos, o interdiscurso – todo dito é efeito do já dito.

Na análise do discurso dos maranhenses da escola municipal estudada, por exemplo, torna-se possível notar como um discurso só existe em relação a outros – o interdiscurso. Quando um sujeito participante da pesquisa comparece via atos falhos ou pelo humor, outro discurso insiste em se fazer presente (mesmo que na ausência). É o caso do reforço positivo em relação ao novo território (Goiânia–Goiás), dito várias vezes pela participante da pesquisa, “aqui é bom/aqui é muito bom/ aqui é maravilhoso”, o que traz à tona outros discursos. A noção de interdiscurso é relevante como modo de sustentar que a afirmação positiva no novo solo, em Goiás, ocorre mediante uma série de outros discursos – a tentativa de apagamento de qualquer beleza no estado do Maranhão contribui para a suposta “necessidade” de não voltar à terra de origem, permanecendo em Goiás. Trata-se aí de uma justificativa para o silenciamento do sotaque maranhense, ou seja, o discurso de que “a terra daqui é melhor do que a de lá” possibilita absolver uma possível culpa ou expressar o alívio de ter deixado a terra natal. A presença do discurso sobre o Maranhão ocorre na ausência/esquecimento/afastamento da terra de lá: o interdiscurso se manifesta também na ausência/negação. No discurso da participante, o Maranhão não tem palmeiras onde canta o sabiá!

Na AD-2, enfim, há o desenvolvimento de noções fundamentais para o afrouxamento da tese do assujeitamento, são elas: *formação discursiva*, *pré-construído*, *articulação*, *interdiscurso* e os *dois esquecimentos*. Essas noções, mesmo problematizadas mais tarde, são parte das discussões sobre o sujeito e o sentido, já que para a AD não é possível dissociá-los.⁵ Observa-se que, a partir das noções desenvolvidas na AD-2, o sujeito encontra-se, cada vez mais, rumo à heterogeneidade: sejam as FD se misturando umas nas outras, seja a noção de interdiscurso, a rede de discursos já enunciados ou, mesmo, os dois esquecimentos do sujeito: o sujeito heterogêneo a si mesmo.

Entretanto, o fundador da teoria materialista do discurso, na AD-3, a partir de 1978, na França, começa a se indagar sobre algumas noções desenvolvidas na AD-2. Quanto ao apagamento ou esquecimento: seria mesmo possível apagar o processo de interpelação ideológica? O esquecimento seria um modo de anular a subjetividade? Quais seriam as

⁵ Especialmente na AD-2, nota-se como os estudos pecheutianos são articulados no entremeio dos saberes, na heterogeneidade discursiva, de modo que a AD seja possível diante do casamento do que foi chamado por Pêcheux de *tríplice aliança*: Marx/Althusser, Freud/Lacan e Saussure.

marcas da interpelação? Essas perguntas são elaboradas mediante a revisão teórico-metodológica, principalmente a partir do questionamento da noção de recalque.

Assim, a AD desenvolve-se através dos duelos travados no interior da disciplina. As críticas à AAD-69, por exemplo, já vinham sendo feitas em vários textos: em *A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectiva*, texto publicado sob a dupla autoria, Pêcheux e Fuchs, em 1975, na França, já havia uma revisão do projeto de “máquina discursiva”. No entanto, é em *Semântica e Discurso* que o desenvolvimento dos conceitos principais relativos à AD-2 está mais consolidado (MALDIDIER, 2003). Ainda que de forma didática, torna-se possível subdividir a AD do seguinte modo: AD-1) até 1969, com a chamada *Análise automática do discurso*; AD-2) a partir das críticas à AAD-69, pós 1969; AD-3) o que se segue depois de 1978. Na AD-3, há a radicalização do conceito de sujeito e o aprofundamento da noção de heterogeneidade discursiva, de modo que a noção de equívoco possa interrogar ainda mais a tese do assujeitamento (apagamento da interpelação) presente, em maior ou menor grau, nas épocas anteriores.

1.3 Sujeito do equívoco: a AD-3

Até 1975, as posições althusserianas foram centrais às elaborações da AD-1 e AD-2. Entretanto, “a partir de 1978, Pêcheux inicia um período de autocríticas que acaba por [...]deslocá-lo, teórica e politicamente, das posições dogmáticas da ‘primeira época’” (GREGOLIN, 2012, p. 45). Essas posições dogmáticas são aquelas que dão primado ao mesmo em detrimento do outro, como ocorre com o sujeito assujeitado da AAD-69. Principalmente, a partir do texto *Só há causa daquilo que falha*, escrito no inverno francês de 1978 e publicado como anexo na edição inglesa de *Vérites de La Palice* em 1982, Pêcheux (1997c) inicia uma revisão teórica, de forma a considerar ainda mais a heterogeneidade discursiva e o conceito de sujeito da Psicanálise.

Em *Só há causa daquilo que falha*, Pêcheux (1997c) inicia um jogo contra si mesmo, contra aquilo que havia produzido, ampliando as possibilidades do tabuleiro teórico. As ideias difundidas em *Semântica e Discurso* são frontalmente contestadas. O fundador da AD identifica um ponto pedagogizante na obra de 1975, o que a torna idealista. A crítica feita a si mesmo é a de que a sequência 1) *interpelação ideológica*; 2) *o apagamento (os dois esquecimentos)*; 3) *a amnésia/apropriação da interpelação* coloca a teoria acima da práxis, além de não haver uma compreensão mais precisa sobre o mecanismo do recalque.

Contra a supremacia da teoria, o autor considera que o sistema montado (interpelação/apagamento/apropriação) não dá conta da heterogeneidade e das dificuldades de

notar até onde vai o assujeitamento. Isso porque, nessa tríade, há a falsa ideia de um apagamento total da interpelação ideológica. O momento da apropriação seria quando a interpelação não pudesse deixar nenhum sinal. Entretanto, há sempre restos, há sempre não ditos! Observa-se aí que, em *O seminário*, livro 5, proferido entre 1957 e 1958, na França, Lacan (1999) anuncia como compreende a heterogeneidade. Em consonância com a retificação pecheutiana, o ensino lacaniano parte da noção de *hetero*, que possui, em Latim, a acepção de *resto*, de *resíduo*. A heterogeneidade, mais que sinônimo de diversidade, é o que, na Psicanálise, deixa restos, efeitos discursivos não previstos. Assim, o recalque, o corte, não pode ser compreendido como apagamento total de um afeto, mas como aquilo que, mediante a incisão, causa efeitos discursivos, *hetero*, deixa resíduo.

Na retificação pecheutiana de 1978, a consequência de haver efeitos discursivos, restos, é a de que a apropriação ideológica não podia mais ser compreendida como apagamento total da interpelação, mas como efeitos singulares manifestados em cada sujeito a partir do recalque. Assim, Pêcheux propõe se voltar à Psicanálise. Para ele, o apagamento do qual fala em 1975, em *Semântica e discurso*, é da ordem do platonismo, idealista, apagamento total que culmina no assujeitamento pleno. A partir de 1978, Pêcheux nota a necessidade de repensar a noção de recalque: o que deixa sobras e causa efeitos de sentido.

O recalque deixa efeitos, que, através de uma série de repetições, podem ser notados pelo que a Psicanálise denomina de *formações do inconsciente* (atos falhos, chistes, sonhos, sintomas etc.). Nesse sentido, Pêcheux se põe em posição de radicalizar os achados psicanalíticos, em especial, as voltas da falha enquanto movimento do sujeito. Assim, tomar algo como causa já pressupõe falhas: não há ritual sem falhas! Há, então, os tropeços, o equívoco, o próprio movimento do sujeito não totalmente assujeitado pela ideologia.

Sobre as reflexões de Pêcheux, a partir de 1978, Coracini (2007, p. 37) afirma que o fundador da AD “procura, assim, por meio de uma autocrítica salutar, evitar o retorno idealista de um primado da teoria sobre a prática, à maneira de Platão, e, de outro lado, o primado da consciência, da ilusão do ‘sujeito-eu-pleno’, sobre o inconsciente”. Nesse sentido, as revisões teóricas caminham rumo a um distanciamento das análises de cunho exato, matemático (como tendia a AAD-69), além de se afastarem das implicações do “sujeito-forma”, o sujeito do imaginário, presente em *Semântica e discurso*, para caminhar a passos largos rumo ao sujeito do inconsciente – o sujeito da falha/equívoco.

É por isso que, na AD-3, em especial a partir de 1978, a proposta é levar às últimas consequências o discurso do inconsciente. As falhas passam a ser o alvo dos *corpora* pecheutianos porque põem em causa o movimento do outro (a causa não racionalizada do sujeito). Do mesmo modo, estudar o equívoco como constituinte do sujeito e do sentido

denuncia a heterogeneidade, o primado do outro sobre o mesmo, o próprio sujeito cindido pelo Outro discurso.

Nessa direção, Pêcheux (1997a, 315) enfatiza as rupturas ocorridas a partir da AD-3: “o primado teórico do outro sobre o mesmo se acentua [...]; o procedimento da AD por etapas, com ordem fixa, explode definitivamente [...]”. Observa-se aí o afastamento das teses da interpelação ideológica, do assujeitamento, para lidar com a dimensão heterogênea dos discursos e, conseqüentemente, dos sujeitos e dos sentidos. O sujeito cindido pelo Outro discurso é posto ainda mais em questão. Assim, o conjunto da obra pecheutiana anuncia uma

guinada [...] que põe em questão inclusive o marxismo – como ciência e como verdade –, e o estruturalismo, que orientavam os [...] trabalhos anteriores, e abre horizontes profícuos aos estudos do discurso, postulando, sobretudo, o inconsciente como impossibilidade do controle de si e do dizer, a heterogeneidade constitutiva do discurso e o equívoco como constitutivo da linguagem. (CORACINI, 2007, p. 41).

Assim como Coracini (2007) sustenta que houve a entrada do sujeito do inconsciente na AD-3, Leite (1994), em tese de doutoramento pela Unicamp, afirma que a noção de estrutura em Pêcheux sofreu grandes alterações, saindo do polo do Outro fechado para o Outro inconsciente. Nesse processo, a autora identifica que a AAD-69 e, também, os trabalhos assinados por Thomas Herbert em 1968 estão voltados para uma noção de estrutura em que o sujeito não está incluído. Com os processos de revisão, especialmente na última conferência de Pêcheux, o sujeito passa a coabitar a estrutura, sendo dela parte. Assim, a estrutura encontra-se fissurada (Outro inconsistente), de modo que a interpretação, não mais em forma de uma máquina (Outro fechado), seja uma questão de responsabilidade e ética, como assegura Pêcheux no último parágrafo do texto de 1983: “Face às interpretações sem margens nas quais o intérprete se coloca como um ponto absoluto, sem outro nem real, trata-se aí, para mim, de uma questão de ética e política: uma questão de responsabilidade” (PÊCHEUX, 1997b, p. 57).

Ao longo das revisões, a interpretação passa a ser compreendida não como algo exato, mas como uma questão de responsabilidade do analista. Já que os efeitos de sentido são diversos, as análises não podem estar no polo fechado da única ou exata interpretação. Há efeitos de leitura – há efeitos de sentido! A obra *Entre a transparência e a opacidade: um estudo do sentido*, publicada na França, em 1982, de Authier-Revuz (2004), contribui sobremaneira para a AD-3 e, conseqüentemente, para as revisões da AD. A autora, buscando apoio em Bakhtin e Lacan, expõe a tese da heterogeneidade constitutiva do discurso e do sujeito.⁶ Sendo assim, a autora considera que a voz do outro/Outro pode ocorrer no discurso

⁶ Maldidier (2003) salienta que Bakhtin adentra o cenário francês em 1968, com a tradução de Julia Kristeva, do russo para o francês, de *Le mot, le dialogue, le roman*. Na década de 1970, há também a tradução de duas

de modo mostrado ou não. Ou seja, a *heterogeneidade mostrada* é aquela em que a voz do outro comparece no discurso pela via do discurso direto ou indireto; mostra-se a voz do outro. Já a *heterogeneidade não mostrada* denuncia a natureza heterogênea de todo discurso, de modo que o discurso seja atravessado por diversas vozes necessariamente; todo discurso é constituído pela voz do Outro. É a voz do Outro, a alteridade do eu (o que é estranho e constituinte do eu) que denuncia a heterogeneidade não mostrada – a voz do Outro no fio da própria voz. Leite (1996, p. 184) afirma que há uma aproximação entre a noção de heterogeneidade operada por Lacan, Pêcheux e Authier-Revuz:

A heterogeneidade de que se trata é menos da ordem de uma multiplicidade de manifestações do que da constatação de um mesmo impossível (um furo real) que parasita qualquer manifestação, daí poder ser qualificada de heterogeneidade constitutiva [como demonstra Authier-Revuz].

Mais que multiplicidade, a heterogeneidade é o que deixa resto inevitavelmente, constituindo o discurso e o sujeito, provocando Outro discurso, qual seja, o discurso do inconsciente, do equívoco. Para dar conta da heterogeneidade discursiva e combater a noção lógica de proposição, Pêcheux (1997b) introduz a noção de *enunciado*. Este último é compreendido enquanto acontecimento discursivo, ou seja, os enunciados não são algo dado *a priori*, quantificável, exato, mas um acontecimento de discurso cuja novidade é fator primordial. Nesse sentido, o enunciado não pode ser caracterizado como algo acabado e fechado, regulado, quantificável, já que “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de se tornar outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (PÊCHEUX, 1997b, p. 53).

Por mais que a sequência linguística seja a mesma, o enunciado é sempre novo. O enunciado é, pois, um acontecimento que irrompe o universo linguístico, de modo que o sujeito, a história e a ideologia estejam postos aí. Assim, o enunciado está inserido em uma CP – histórico-ideológica e inconsciente –, necessariamente interligado a outros enunciados, sejam aqueles já ditos ou mesmo outros ainda não ditos. A tarefa do analista do discurso, desde o início da AD, é oferecer uma interpretação possível aos enunciados, não dizer se é verdadeiro ou falso, como atesta Pêcheux (1997b, p. 53), “todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação”.

importantes obras do autor russo: *Problemas da poética de Dostoiévski* e *Marxismo e filosofia da linguagem*. Essas obras contribuem para os postulados da AD, em especial, da AD-3, já que Bakhtin propõe uma análise dialógica da linguagem, ou seja, uma análise em que o outro necessariamente constitua e seja constituído pelas diversas vozes sócio-históricas. Não se trata do outro empírico, mas das marcas, no discurso, das vozes sociais. É nesse contexto que Authier-Revuz busca uma aproximação entre Bakhtin e Lacan, com a tese da heterogeneidade do outro/Outro, aproximando a dialogia bakhtiniana com a Psicanálise.

Foucault (2014) também difere o enunciado das proposições ou das frases. Para o autor, o enunciado é dotado de uma materialidade repetível, ou seja, uma mesma sequência linguística pode se tornar diferentes enunciados. Isso porque um enunciado implica uma posição-sujeito, uma função que relaciona um enunciado a outros precedentes e subsequentes. Assim,

chamaremos *enunciado* a modalidade de existência própria desse conjunto de signos: modalidade que lhe permite ser algo diferente de uma série de traços, algo diferente de uma sucessão de marcas em uma substância, algo diferente de um objeto qualquer fabricado por um ser humano; modalidade que lhe permite estar em relação com um domínio de objetos, prescrever uma posição definida a qualquer sujeito possível, estar situado entre outras performances verbais, estar dotado, enfim, de uma materialidade repetível. (FOUCAULT, p. 130, 2014).

Também para Bakhtin e Volochínov (2012), em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, obra publicada originalmente na Rússia em 1929 e traduzida para o Francês em meados de 1970, o enunciado concreto não pode ser confundido com a frase. Isso porque Bakhtin e Volochínov consideram que a construção do sentido do enunciado advém das condições sócio-históricas de produção e dos sujeitos em interação. Assim, tanto Bakhtin e Volochínov quanto Foucault e Pêcheux compreendem o enunciado como distinto das proposições lógicas ou das frases, isso porque o sentido não é intrínseco à sequência linguística da frase, muito menos está entre os pressupostos do falso ou verdadeiro das proposições lógicas. O sentido modifica-se de acordo com as condições de sócio-históricas produção do enunciado: os enunciados não são independentes das relações histórico-ideológicas. Para a AD, então, o enunciado é compreendido como a emergência da singularidade do acontecimento discursivo, de forma que não fiquem para trás a historicidade e os sujeitos discursivos.

Nessa direção, o discurso, como conjunto de enunciados interligados, está atravessado por questões sócio-históricas. Na definição foucaultiana (2014, p. 131), o discurso é o “conjunto de enunciados que se apoia em uma mesma formação”, de maneira que a FD seja relevante ao se aperceber desse conjunto. Pêcheux (1997b, p. 56), em *Estrutura ou acontecimento*, reavaliando a noção de discurso, afirma que “todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho [...] de deslocamento no seu espaço”. O agrupamento de enunciados, o discurso, marca as filiações ideológicas do sujeito, de modo que as questões históricas sejam postas. Sem a história, a língua e o sujeito, o discurso não aconteceria, segundo os postulados da AD.

Assim, as questões sócio-históricas do discurso podem ser notadas no segundo capítulo desta dissertação, quando a voz maranhense se utiliza do discurso direto como modo

de apontar as vozes goianas que insistem em desqualificar o modo de ser maranhense. Não há como dissociar o preconceito, demonstrado através do discurso direto, aos fatores sociais que diferem Goiás e Maranhão. Na fala da participante da pesquisa “assim, às vezes ela fala ‘não’, ela fala ‘isso’, ela fala ‘tu’”, mediante o uso da heterogeneidade mostrada (AUTHIER-REVUZ, 2004), o sujeito se faz porta-voz de outro discurso, no caso, a voz goiana, para exemplificar a desqualificação do maranhense em Goiás. Torna-se, pois, possível conjecturar que a heterogeneidade mostrada (a marca da voz do outro) não é empregada de modo aleatório, mas que há efeitos discursivos próprios, no caso, a denúncia de questões sócio-históricas pertinentes à imigração.

No caso analisado, o sujeito se vê em uma posição constrangedora e com dificuldades de reagir, o que é demonstrado pelo fato de não haver utilizado a voz goiana como sua (heterogeneidade não mostrada), como própria, mas marca-se a voz goiana como *outra*, distinta. Trata-se, então, de outra voz que surge (ainda que não desejada). Daí a dificuldade de integrar a voz que discrimina o nordestino à própria voz – é preciso deixá-la em destaque via discurso direto, um modo de o sujeito se colocar como não proprietário daquelas palavras desqualificadoras.

Ainda nas trilhas da AD-3, Gregolin (2012) aponta os nomes cruciais para a AD: De Certeau, Foucault, Robin, Ghilhamamou, Cortine e Lacan. Esses autores trouxeram Pêcheux para o *registro ordinário do sentido*, o estudo das formulações cotidianas. Ou seja, a AD-3 se afasta das grandes narrativas ou dos discursos políticos mais estabilizados, como acontecia na AD-1 e AD-2, concentrando-se principalmente em *discursos não estabilizados*, os discursos cotidianos, o dia a dia das produções de sentido. Assim, a preocupação com a alteridade, a palavra do outro, toma a centralidade dos trabalhos pecheutianos a partir de 1978. Do mesmo modo, as discussões sobre o sujeito dividido também entram em cena.

Há, então, duas subversões na AD-3, comparando às demais etapas: *as seleções dos corpora e a primazia pelo outro/Outro*. Os *corpora* não são mais estabilizados, mas cada vez mais próximos dos discursos do cotidiano. O primado deixa de ser o mesmo (o sujeito assujeitado pela ideologia) para lidar com a dimensão dividida do sujeito, os equívocos. É por isso que as discussões da AD-3 tomam o sujeito por um viés para além da tese da interpelação ideológica althusseriana, de modo que os sujeitos sejam compreendidos a partir dos modos pelos quais ou se apropriam “dos códigos e lugares que lhe são impostos ou para subverterem as regras a fim de comporem novas formas (as *invenções do cotidiano*)” (GREGOLIN, 2012, p. 46). Apropriando-se ou subvertendo os códigos, o sujeito não está plenamente assujeitado, como queria a AD-1, mas em constante deslocamento de posições subjetivas, em constantes mudanças.

Nesse sentido, as discussões foucaultianas sobre as relações de *poder e resistência* dão sustentação às novas tensões da AD. Já que o poder e a resistência se emaranham nas/para as relações humanas, os estudos dos *corpora* cotidianos, então, são vistos a partir das posições ocupadas pelos sujeitos em suas relações com o outro/Outro. Enfim,

a revisão teórico-metodológica, que aproxima a AD pecheutiana de Foucault, Bakhtin e De Certeau, leva à análise do *real da língua* e do *real da história*, integrados na produção ‘em espiral’ de reconfigurações do *corpus*. São explicadas, nos textos posteriores a 1978, a tematização da heterogeneidade, a ideia de alteridade (‘presença do discurso do outro como discurso de um outro e/ou discurso do Outro’), as relações entre intradiscurso e interdiscurso (no ‘fio do discurso’, vestígios da memória discursiva), etc. (GREGOLIN, 2012, p. 47).

Através da citação anterior, destaca-se a aproximação da AD ao ordinário do sujeito e do sentido, ampliando o diálogo com diversos outros autores. Nesse momento, o estudo do equívoco adentra a centralidade dos trabalhos pecheutianos, levando os pressupostos psicanalíticos ainda mais adiante. A noção de real da língua e a noção de Outro dão o tom do que ficou conhecido como o primado outro/Outro sobre o mesmo. O primado da diversidade. Enfim, a língua e o sujeito são compreendidos, na AD-3, como constituídos de equívocos.

Vale também ressaltar o percurso teórico da AD em relação a Saussure, o fundador da Linguística moderna. Isso porque, na AD-3, Pêcheux e Gadet (2004), em *A língua intangível*, obra publicada em 1983, na França, sustentam que Saussure representou uma ruptura, mas os pós-saussurianos tentaram apagar a grande descoberta do linguista genebrino. Conforme Gregolin (2012, p. 37), a acusação de Pêcheux e Gadet é de que:

a Linguística pós-saussureana obscureceu a ideia de ‘valor’ e centralizou-se na separação radical entre língua e fala e que isso a) levou a Linguística a abandonar o estudo da Semântica e b) abriu a porta para o formalismo e o subjetivismo (já que a parole é pensada como individual) e, por isso, o objeto da Linguística deve ser a *langue*, pensada como sistema abstrato e coletivo.

Conforme o excerto, a ênfase na dicotomia *langue* e *parole* recalca a descoberta da Linguística saussuriana. As leituras exclusivamente da *langue*, do sistema (aquelas que desconsideram a fala ou que consideram a fala como meramente individual) não dão conta de notar os efeitos da teoria saussuriana do valor.

Na teoria saussuriana, cada elemento adquire um determinado valor a partir da relação entre os demais: “o valor não estará fixado” (SAUSSURE, 2012, p. 162). O Saussure do *Curso de Linguística Geral* (2012) destaca dois elementos importantes para a ideia de “valor”, são eles a) *o elemento pode ser trocado por outra coisa diferente*; b) *um elemento pode ser comparado a outro do mesmo sistema*. As palavras, por exemplo, adquirem significação

mediante a relação entre os elementos da língua, não há valor preestabelecido – essa é a grande ruptura instaurada pela Linguística, segundo a AD.

Compreendida simplesmente enquanto sistema fechado, dissociado da fala, a língua perde a noção saussuriana de “valor” – noção esta que a AD destaca como a revolução da Linguística. No *Curso de Linguística Geral*, de 1913, obra editada por dois estudantes, Charles Billy e Albert Sechehaye, a partir de anotações dispersas das aulas do mestre genebrino, Saussure (2012, p. 271) é apresentado como quem superestima a língua em detrimento da fala: “a Linguística tem por único e verdadeiro objeto a língua”. Entretanto, nos *Escritos de Linguística Geral*, manuscritos de Saussure encontrados somente em 1996, na França, o mestre genebrino admite a impossibilidade de estudar a língua ausentando a fala: “seria inútil acreditar que se vai estudar a particularização do idioma isolado [língua] numa ilha: vai-se estudar os dois [língua e fala], um diante do outro” (SAUSSURE, 2002, p. 250-251). Nota-se que a separação língua e fala é muito mais uma interpretação das aulas do linguista do que o pressuposto saussuriano. Conforme os manuscritos, Saussure não despreza a teoria do valor, muito menos a fala.

A partir das leituras de Saussure e da crítica aos pós-saussurianos, Pêcheux e Gadet (2004, p.58) consideram a língua não como uma instância totalmente fechada, mas constituída de falhas, de furos, de equívocos: “colocar o valor como peça essencial do edifício equivale a conceber a língua [...] no jogo de seu funcionamento opositivo e diferencial [...]; conceber o não dito”. A língua como sistema não todo é o que se ressalta a partir da noção de “valor”. Esse sistema não todo é possível ao se notar que não há nenhum significado fixo ao significante, ou seja, o sistema, dotado de leis próprias, não está *a priori* pronto ou exato; ao contrário, a estrutura da língua está suscetível de mudanças diante do curso da enunciação.

Na leitura pecheutiana, tanto os estudos saussurianos sobre os versos saturninos, quanto as ideias sobre o valor seriam descartados quando se leva em conta apenas a língua como sistema fechado, homogêneo. Isso porque o estudo dos anagramas, realizado também pelo fundador da Linguística, denuncia aspectos da realização da língua – os anagramas retiram qualquer tentativa de fixidez entre a ideia e a coisa, de modo a exemplificar a natureza não totalmente fechada da língua.

Para Gadet e Pêcheux (2004), apenas afirmar e reafirmar o Saussure da *Langue* estável, fechada, sistêmica ou estrutural não é suficiente. Mais, descartar o Saussure da *Parole* é recalcar a revolução da Linguística – a fala enquanto possibilidade de atravessamento do sistema linguístico, a fala como o não todo da língua. Assim,

Pêcheux entende que Saussure deve ser considerado como o inaugurador da ciência da linguagem e, por isso, em torno de suas propostas devem continuar a serem

gestadas as grandes questões da análise do discurso: a possibilidade de pensar os jogos da/na língua (a ‘felicidade da simetria/ o drama da abertura’), a produção da singularidade do sujeito na língua, assim como a articulação entre língua, ideologia e o inconsciente (GREGOLIN, 2012, p. 38-39).

Tanto a ideia de valor quanto os estudos sobre o anagrama, então, fazem parte do grande achado da fundação da ciência Linguística. Quer dizer, há em Saussure uma antecipação dos estudos discursivos, já que o fundador da Linguística já pressupõe o modo de realização da língua (a partir dos versos anagramáticos saturninos, o não todo da língua).

Na leitura pecheutiana, a tríplice aliança (Marx-Freud-Saussure) se mostra fundamental para a elaboração da disciplina AD, já que os três intelectuais contribuíram para não ofuscar a revolução da língua, o real da língua: “o efeito subversivo da trilogia Marx-Freud-Saussure foi um desafio intelectual engajando a promessa de uma revolução cultural, que coloca em causa as evidências da ordem humana como estritamente biossocial” (PÊCHEUX, 1997c, p. 45).

Assim como o Marx de Althusser, o Saussure do valor e dos anagramas e o Freud de Lacan foram cruciais para não encobrir a realização da língua como não toda, também é preciso destacar, como o fez Pêcheux (1997b), que a tríade não pode também ser usada para pensar uma ilusão de completude teórica. Se, por um lado, os três intelectuais dão base para pensar o equívoco, o real da língua e do sujeito, por outro, não se pode tomá-los como terrenos totalmente sólidos capazes de resolver todos os problemas. É preciso estar no curso, no discurso, criando também novas ferramentas para a análise. Assim, a partir da impossibilidade de mapear todas as nuances lógicas da língua, Gadet e Pêcheux (2004), baseados nos estudos lacanianos, deram primazia ao equívoco sobre a suposta homogeneidade da língua – o sujeito diz mais do que supõe dizer, o real: o sujeito do equívoco.

Compreendendo a língua e o sujeito como constitutivos de equívocos (não todo da língua e do sujeito), o estudo sistemático sobre o sujeito, o sujeito do equívoco, vem à tona nos trabalhos após 1978: “Pêcheux abandona, ao abortar o projeto de uma análise automática (o que equivale a dizer: precisa, objetiva), para dar lugar a uma análise do discurso que assume a falta, o equívoco [...], abrindo-se, assim, menos timidamente, para os postulados psicanalíticos (CORACINI, 2007, p. 43). Assim, torna-se eixo fundamental adentrar o recinto da Psicanálise, no sentido de tangenciar o sujeito freudo-laciano, para poder (a)bordar o repetível, ou seja, os efeitos do equívoco.

Nesse sentido, a AD-3 sustenta a necessidade de notar a radicalidade da Psicanálise, ir à raiz, em especial a partir do conceito de *sujeito*. O próprio Pêcheux esteve embrenhado pelo discurso psicanalítico, entretanto, muitas de suas elaborações tiveram o intento de encobrir os efeitos do inconsciente na língua:

[...] vale lembrar que, no texto de 1975 [Semântica e Discurso], chamou-nos a atenção a ausência de explicação de uma das regiões mais importantes sobre as quais se apoia a AD, que, afinal, resulta de uma rede complexa de discursos outros: a região da Psicanálise. É bem verdade que é possível rastrear cá e lá formulações que remetem ao atravessamento da Psicanálise freudiana e lacaniana, presente na noção de sujeito cindido, inconsciente, descentrado [...] No desejo de construir um modelo de análise fundamentado em princípios matemáticos [...] Pêcheux, aos poucos, se dá conta da incompletude da língua, da impossibilidade de estancar os sentidos. (GREGOLIN, 2012, p. 47).

Se o inconsciente esteve encoberto (o que representou uma tentativa pecheutiana de exatidão das análises, em especial na AAD-69), também o eu, a “forma-sujeito/imaginária”, esteve em vias de encobrir o descentramento do sujeito. Daí a necessidade de ir à radicalidade da Psicanálise, ir à raiz, em busca de maior esclarecimento do conceito de sujeito a partir de Freud e Lacan.

1.4 Sujeito na Psicanálise

O desafio de enunciar sobre a constituição do sujeito não é tarefa fácil. Isso porque o sujeito da Psicanálise não deve ser concebido como uma mera evolução genética ou, mesmo, uma simples interação entre um e outro. A questão, então, passa para o campo da discursividade, o que difere de concepções que prezam pelo “desenvolvimento” ou “nascimento” do indivíduo psicofísico ou psicossocial. Assim, principalmente a partir do ensino lacaniano, o sujeito é concebido pela tônica radical da linguagem, de modo que o sujeito seja efeito de significante.

O conceito central da Psicanálise não é outro senão o *sujeito*.⁷ Este, entretanto, desde Freud (1996b), em *A interpretação dos sonhos*, livro publicado em alemão, em 1900, é compreendido para além dos movimentos motores ou genéticos, mas a partir de uma rede complexa de representação (*Vorstellungen*), de signos de percepção (*Wahrnehmungszeichen*) e traços de memória (*Erinnerzeichen*). Embora Freud não se refira de modo explícito ao campo da linguagem, a constituição da Psicanálise sempre esteve de braços dados com as questões desse campo: seja na passagem da hipnose à livre associação, seja na própria dinâmica do inconsciente, o que lança o sujeito diante das próprias falhas, os equívocos, conforme a AD-3 e a Psicanálise.⁸

⁷ A centralidade do conceito de sujeito atravessa a Psicanálise. Segundo Fink (1998), de Freud a Lacan, o sujeito esteve como o pilar dos trabalhos psicanalíticos. Observa-se aí uma aproximação entre a AD e a Psicanálise. Bakhtin, Foucault e Pêcheux também enfatizam a centralidade do conceito de sujeito para os estudos discursivos. Entretanto, se há aproximações, há também afastamentos. Daí a importância de adentrar o terreno psicanalítico, de modo a notar a radicalidade, de Freud a Lacan, do conceito de sujeito: consonâncias e divergências marcam o encontro do conceito de sujeito da AD e da Psicanálise.

⁸ Como sugerem os termos, “livre associação” consiste no método pelo qual o analista convida o analisando a falar de tudo, inclusive dos conteúdos que podem ser julgados como irrelevantes ou imorais. A livre associação

Para estudar o sujeito, em especial a partir da Psicanálise, uma série de noções é mobilizada: i) inconsciente/Outro; ii) a alienação/separação; iii) a pulsão/objeto *a*; iv) o estranho/familiar; v) o real/*alíngua*. Todos esses conceitos e noções são pensados de modo a responder a seguinte indagação: como se dá a constituição do sujeito a partir da Psicanálise? Há possibilidades para a singularidade?

Ora, já que o sujeito da Psicanálise não é compreendido como homogêneo ou completo/ideal, a relevância de trabalhar o descentramento do sujeito se justifica. Isso porque, desde a constituição, o sujeito se divide diante do Outro discurso, o que se manifesta através das falhas – as formações do inconsciente. Diante das falhas, a marca do sujeito, é possível uma interpretação, tanto para a Psicanálise quanto para a AD (LACAN (1998); PÊCHEUX, 1997c).

Estabelecendo diálogos entre a AD e a Psicanálise, Carvalho (2008), em tese de doutoramento sobre Lacan e Pêcheux, defende que Pêcheux munuiu-se de várias noções psicanalíticas, deixando encobertas outras. A tese enfatiza que a AD se voltou principalmente sobre os estudos freudianos do inconsciente e ao ensino de Lacan até o décimo primeiro seminário, em especial, o livro 11: *Os quatro conceitos fundamentais da Psicanálise*. Ainda nessa tese, há a defesa de que a AD teria fomentado a ilusão de que fosse possível abarcar o conhecimento total de uma época a partir da tríade: Marxismo, Linguística e Psicanálise.

Além da tentativa de abarcar a totalidade, a ilusão se manifesta também na busca por exatidão, principalmente na AAD-69, mas não só. Ao longo das obras pecheutianas, a relação do sujeito e do sentido esteve encoberta em função da importância exacerbada conferida à noção de eu/imaginário, a chamada “forma-sujeito”. Esta, a “forma-sujeito”, buscava uma exatidão no processo de interpelação ideológica, de modo a entender a apropriação da ideologia como um esquecimento total do processo de interpelação ideológica: o assujeitamento encobria a radicalidade do sujeito da Psicanálise (CARVALHO, 2008; CORACINI, 2007).

Se isso é verdade, a importância de compreender a questão do sujeito da Psicanálise se vê ainda mais justificada, já que o ensino lacaniano não se põe na direção da exatidão (a verdade é não toda), nem mesmo em defesa das ilusões do “eu”. Assim, a perspectiva lacaniana leva a sério o não todo da língua (o real), de modo que as questões profícuas para o aprofundamento do estudo sobre o sentido/sujeito sejam levadas adiante a partir de noções tão caras à Psicanálise e (por que não?) à AD: o inconsciente/Outro, a alienação/separação, a pulsão/objeto *a*, o estranho/familiar e o real/*alíngua*.

marca a passagem dos métodos de sugestão para a fala livre, o que ocorre quando a paciente Anna O. (Bertha Pappenheim) exige o silêncio de Freud, em busca de enunciar as próprias palavras (Cf. FREUD; BREUER; [1885]; 1996a).

1.4.1 Inconsciente *en passant*⁹

Desde o final do século XIX, a divisão do sujeito é central para a Psicanálise. Essa cisão advém principalmente a partir da noção freudiana de inconsciente. Não se trata de afirmar que foi Freud o primeiro a trabalhar essa noção, mas de assumir que o legado freudiano determina certa dinâmica de funcionamento ao inconsciente. Assim, nas três principais obras da primeira tópica freudiana (*Interpretação dos sonhos; Psicopatologia da vida cotidiana; O chiste e sua relação com o inconsciente*), Freud ([1900]; 1996b), ([1901]; 1996c) e ([1905]; 1996d) traz a concepção de sujeito fendido, ou sujeito do inconsciente, de forma que o inconsciente seja estruturado como uma linguagem (LACAN, 1998).¹⁰

Na leitura lacaniana, o inconsciente freudiano possui uma lógica de linguagem – há aí o principal legado freudiano, já que o inconsciente não é compreendido como sinônimo de irracionalidade ou simplório devaneio. Conforme Freud ([1900]; 1996b), em *Interpretação dos sonhos*, os sonhos trazem à tona esses desejos recalçados a partir dos seguintes procedimentos: o *deslocamento* (um elemento do sonho é colocado no lugar de um pensamento latente) e a *condensação* (um mesmo elemento representava vários pensamentos do sonho). No retorno a Freud, Lacan (1998), em *A instância da letra no inconsciente*, texto publicado na França em 1957, identifica a lógica do inconsciente como o funcionamento de uma linguagem: o deslocamento como a metonímia e a condensação como a metáfora.

Já em *O chiste e sua relação com o inconsciente*, obra de 1905, Freud (1996d) estuda sistematicamente os chistes, o que caminha também para a concepção de que, ao se produzir um determinado *witz*, deixa-se escapar algo do inconsciente.¹¹ Também em *Psicopatologia da vida cotidiana*, livro de 1901, Freud (1996c) considera que os desejos inconscientes podem ser convertidos em sintomas no corpo. Desse modo, os sonhos, os sintomas, os chistes e os atos falhos – as chamadas formações do inconsciente – dão forma ao inconsciente através do discurso, o discurso do inconsciente ou discurso do Outro.

⁹ *En passant* é um movimento especial do jogo de xadrez. Acrescido ao xadrez a partir do século XV, o movimento permite que seja capturado um peão durante o avanço de duas casas, caso tenha um peão de cor trocada na casa adjacente, quarta fileira para as brancas e quinta para as negras. O movimento é o único que permite a captura de uma peça de modo distinto do que já estava previsto pelas regras do xadrez. Assim como o inconsciente, o movimento *en passant* possui outra lei, outra lógica. Enquanto os peões capturam na diagonal à frente, o movimento especial permite que outra regra seja executada, tal como ocorre ao inconsciente. Tanto o movimento *en passant*, quanto o inconsciente diferem do que já estava previsto; trata-se de outra lógica.

¹⁰ A primeira tópica freudiana trabalha as seguintes noções: consciente, pré-consciente e inconsciente. Essas noções tomam relevo principalmente nos capítulos sete e oito de *Interpretação dos sonhos* (FREUD, 1996b). A relevância basilar da primeira tópica é estabelecer a lógica de funcionamento do inconsciente, posto em relação ao consciente e o pré-consciente.

¹¹ No livro 5, Lacan (1999) traduz o *witz* alemão (termo usado por Freud) por *trait d'esprit*, ou seja, “tirada espirituosa” ou “rasgo de engenhosidade”, de modo que o habitual *mot d'esprit* (palavra espirituosa) fosse substituído.

Esse discurso do inconsciente, discurso do Outro, advém a partir da operação do *recalque*. Trata-se do corte da linguagem, que evita qualquer transparência entre o desejo (recalcado) e o que vem à tona. Dessa maneira, os sonhos, os atos falhos, as hesitações etc. exemplificam o funcionamento do inconsciente, o Outro discurso. Como em um discurso poético, o discurso do inconsciente comparece de modo fraturado, não transparente, denunciando a opacidade e descentramento do sentido e do sujeito (AUTHIER-REVUZ, 2004; PÊCHEUX, 1997c; LACAN, 2008b). Isso porque, para a Psicanálise, e também para a AD, não há um sujeito homogêneo, senhor de si ou completo (não se trata do sujeito falante ideal), mas tão somente do sujeito cindido pelo discurso, de modo que o *Je*, o eu da enunciação, seja atravessado pelo inconsciente. Nessa direção, a noção de discurso em Psicanálise se aproxima da noção de discurso em AD. Em ambas, o discurso manifesta-se na língua, nos ditos, mas também a excede. Na visão da Psicanálise, as formações do inconsciente marcam o que vai além da língua, o Outro discurso, enquanto na AD são elementos extralinguísticos (os aspectos sócio-históricos e ideológicos).

Assim, o inconsciente freudiano possui a seguinte estruturação: da operação do recalque, o corte, surgem as formações da linguagem inconsciente: afasias, sonhos, atos falhos. É relevante afirmar que a incisão ocorre de modo a aparelhar o *enfant* à linguagem, deixando restos, *hetero*, os efeitos discursivos. Os ditos do Outro, então, empreendem o corte, aparelhando o ser à linguagem. Vale ressaltar que os termos *formações do inconsciente*, neste trabalho, equivalem aos termos *discurso do inconsciente* e *discurso do Outro*. Tal como a língua, as formações do inconsciente manifestam através da metonímia (deslocamento) e da metáfora (condensação), uma lógica de linguagem: metonímia e metáfora do desejo do Outro: recalcado, portanto. Os sonhos, por exemplo, acontecem como a realização metonímica do desejo; os sintomas, por outro lado, realizam o desejo de forma invertida, ou seja, os sintomas se convertem ao corpo via metáfora. Portanto, é da operação do recalque, corte operado pelo aparelhamento do sujeito à linguagem, que o inconsciente pode se manifestar como uma linguagem opaca, o discurso do inconsciente.

No diálogo entre a Psicanálise e a AD, a noção de recalque se torna central. Em 1978, no texto *Só há causa daquilo que falha*, Pêcheux (1997c) expõe a própria incompreensão acerca do mecanismo de cifragem do desejo. Apropriando-se da letra lacaniana, o fundador da AD toma as palavras do psicanalista francês para compor o título do texto – “Só existe causa para o que manca/falha” (LACAN, 2008, p. 29). Conforme a Psicanálise, a causa não é jamais racionalizada, entretanto, no tropeçar, no “mancar” do sujeito, advém uma determinada causa, ou seja, a causa surge devido à falha.

Pêcheux esteve sempre em via de problematizar os próprios troços (basta notar as idas e vindas teóricas da AD) justamente porque havia uma causa em questão. Trata-se, no caso da AD, do próprio material de análise, o discurso e o sujeito, ou seja, a causa advém da não completude do sujeito e do discurso. Compreendendo a causa como impossível de ser racionalizada, a revisão de 1978 aproxima a AD da Psicanálise: o recalque cifra o desejo (não o apaga totalmente), de modo que haja empecilhos entre o objeto demandado e o desejo: o desejo está nas bordas do objeto, nas voltas da linguagem, quer dizer, não há completude no objeto demandado!

É importante ressaltar que, no ensino lacaniano, o desejo não pode ser confundido com a demanda, assim como o eu não se confunde como sujeito. O eu [ego] demanda satisfação através dos diversos objetos; entretanto, uma vez satisfeita a demanda, novos objetos são necessariamente investidos. Em toda demanda, há o desejo “correndo por baixo”, ou seja, o desejo (inconsciente) é o que motiva a demanda. Já que a natureza do desejo e do sujeito se traduz enquanto impossível e insatisfeita, após a satisfação da demanda, o desejo se incumbe de apresentar novas demandas ao eu, novos significantes denunciando a impossibilidade de completude do sujeito. Enquanto o eu se satisfaz, mesmo momentaneamente, o sujeito se desloca de um significante/demanda a outro. Quanto ao desejo, parafraseando Lacan (2008b), é possível dizer que não se trata de ir ao encontro da presa e se satisfazer, como ocorre aos animais, ao contrário, ao se satisfazer, outro significante (outra demanda) surge enquanto efeito da condição desejante do sujeito.

Observa-se aí que a noção pecheutiana de “forma-sujeito”, utilizada na obra *Semântica e Discurso*, ressalta principalmente o eu [ego], pois, para a AD, a “forma-sujeito” remete às relações imaginárias do sujeito interpelado ideologicamente. A “forma-sujeito” se aproxima da noção de eu [ego] e diverge do conceito de sujeito da Psicanálise. Isso ocorre porque o sujeito da Psicanálise se manifesta como impossível de plena satisfação, impossível de ser reduzido a uma demanda, ao contrário, o sujeito se encontra, pela via do desejo, em constante de deslocamento, de significante em significante. Qualquer tentativa de dar uma forma ao sujeito difere do conceito psicanalítico de sujeito.

Há, assim, uma hiância: o objeto demandado ao eu não é sinônimo do desejo, do sujeito desejante. Trata-se, assim, da impossibilidade de determinar plenamente o desejo. Diante do recalque, o desejo, que é inconsciente, adentra o campo da demanda, de modo que os objetos demandados sejam apenas efeitos da ação do recalque sobre o desejo. Por isso, para a Psicanálise, o recalque não exclui totalmente um afeto, ao contrário, da ação do recalque uma causa comparece, causa que não pode ser racionalizada (LACAN, 2008b). Assim, a

causa do analista do discurso se torna a análise do equívoco, a análise da falha, ou seja, a análise do que presentifica o não todo do sujeito, o não todo da língua, o real.

No caso da análise do discurso dos sujeitos maranhenses da escola estudada, o funcionamento do recalque não exclui ou apaga a história. Ao contrário, a análise é levada por uma via cujos efeitos são postos em questão: a hesitação, no discurso analisado, ressalta o desejo enquanto cifrado: não há transparência entre a história vivenciada no Maranhão e os equívocos causados na enunciação. Ao passo que não se quer falar do sofrimento no estado de origem, as hesitações comparecem: “eu morava numa cidade (hesitação), não, era uma roça mesmo”. Através da análise do discurso, torna-se relevante afirmar que o recalque causa efeitos discursivos singulares e que, em um processo de opacidade, não transparência, a hesitação comparece como equívoco, como na AD-3; trata-se de um modo singular e cifrado dos efeitos do recalque.

Na AD-3, adentra-se o terreno movediço da língua não toda, a língua recheada de fissuras. O equívoco, então, seria a manifestação dessas fissuras, o comparecimento do não todo da língua: a inconsistência do sujeito e do sentido. Parafraseando Milner (2012), amar a língua seria também amar o equívoco, o não todo, o real da língua, isso porque, tanto na poesia como na fala ordinária, tanto nos sonhos quanto no falar diurno, o furo sempre insiste em comparecer! Nota-se aí uma aproximação entre a AD-3 (equívoco) e a Psicanálise (ação do recalque). Lacan (1999, p. 100), em consonância com a AD, menciona sobre o equívoco constitutivo do sujeito e da língua: “a equivocação e o desconhecimento são um caráter fundamental da linguagem, constituem dela uma dimensão essencial”. Quer dizer, tanto a AD quanto a Psicanálise consideram o equívoco como constitutivo da linguagem e do sujeito.

Assim, o discurso do Outro atravessa o sujeito, na enunciação, mediante os equívocos. Por isso, o sujeito na Psicanálise é efeito de significante do Outro. Simbolizado pela primeira letra do alfabeto (A), inicial de *Autre* maiúsculo, o Outro pode ser definido como o responsável pelo primeiro significante dado ao sujeito – daí a representação da primeira letra do alfabeto. Trata-se, então, do “lugar em que se situa a cadeia de significante que comanda tudo que vai presentificar-se do sujeito, é o campo desse vivo onde o sujeito tem que aparecer” (LACAN, 2008b, p. 200). Em outras palavras, o Outro é “o arquivo dos ditos de todos os outros que foram importantes para o sujeito em sua infância e até mesmo antes de ter nascido. O Outro é o lugar onde se coloca para o sujeito a questão de sua existência, de seu sexo e de sua história” (QUINET, p. 21, 2012). Ainda, dizendo de outro modo, o Outro diz o sujeito antes mesmo do nascimento. Todas as fantasias da mãe, do pai e dos outros, ainda na gestação ou mesmo antes, perfazem o Outro da criança, de modo que o Outro seja o próprio

discurso do inconsciente. Do mesmo modo que a língua materna é determinada ao falante (não se trata de uma escolha), o inconsciente também determina o sujeito.¹²

Lacan (2008b, p. 147), em consonância com Freud, afirma que “o inconsciente [...] é a dimensão em que o sujeito se determina no desenvolvimento dos efeitos de fala, em consequência do que, o inconsciente é estruturado como uma linguagem”. Assim, a partir da leitura lacaniana, o inconsciente freudiano toma a perspectiva definitiva de linguagem, radicalizando também a concepção de descentramento do sujeito, de modo que a cisão ocupe papel principal, conforme atesta Lacan (2008b, p. 151): “o inconsciente não é ambiguidade de condutas, futuro saber que já se sabe por não saber, mas lacuna, corte, ruptura que se inscreve em certa falta”.

Assim, diante do corte, há a possibilidade de haver alteração na cadeia significante através da metonímia e da metáfora. As alterações na cadeia significante, de um significante a outro, ocorrem porque a língua como uma estrutura (fonológica, morfológica e sintática) é dotada de furos (GADET; PÊCHEUX, 2004; LACAN, 1998). Os neologismos, as metáforas, as construções agramaticais etc. denunciam as fissuras da língua, o não todo da língua (MILNER, 2012). Trata-se da impossibilidade de delimitar toda e qualquer construção da língua. Assim como a estrutura da língua é dotada de fendas, o inconsciente se apresenta também como uma estrutura regida pelo não todo: cindido pelo desejo, as formações do inconsciente permanecem em deslocamento: os neologismos, as afasias, os sonhos etc. Tanto a língua quanto o inconsciente perfazem um sistema fraturado, a lógica do não todo. Enfim, a cisão do sujeito e da língua comparece pela via das formações do inconsciente: a constituição do sujeito advém como marca do significante, o deslocamento, na cadeia, do significante.

É de Saussure (2012), no *Curso de Linguística Geral*, que a Psicanálise lacaniana toma a noção de significante. Para o fundador da Linguística, o significante seria a *imagem acústica*, enquanto o significado, o *conceito*: ambos formando o *signo*. Entretanto, o signo saussuriano só adquire um valor diferencial quando posto em relação a outros signos. Trata-se aí de admitir a importância da teoria do valor, já que, para o fundador da Linguística, a marca da diferença de um signo não é intrínseca ao próprio signo, mas, quando um signo adentra o campo sistêmico, o valor é possível – o valor de cada elemento ocorre à medida que haja relação entre os elementos de um determinado conjunto.

No texto *A instância da letra no inconsciente*, Lacan (1998) recorre à categoria de *significante* para dar um suporte metodológico para o inconsciente. Nesse texto, o psicanalista

¹² *Via de regra*, o primeiro representante do Outro para a criança é a própria mãe. É ela que materializa o campo da linguagem (o campo da língua materna). Entretanto, a própria mãe é também atravessada pelo significante e, portanto, efeito de significante do Outro. Sendo assim, as consequências de a mãe ser marcada pelo significante do Outro é a possibilidade, para a criança, de se desalienar da mãe e tornar-se sujeito (a questão da *alienação* será desenvolvida ainda neste capítulo).

afirma que Saussure já vislumbrava a barra entre o significado e significante. No entanto, como em um estilo barroco, o psicanalista francês inverte a relação: se, para Saussure, o significado advinha em primeiro plano, para Lacan, o significante se encontra em plano central, de modo que haja a barra entre S (significante) e s (significado): S/s.

A barra aí é entendida como o recalque – a impossibilidade de dizer tudo, o efeito de cifrar o desejo. Há, no ensino lacaniano, a primazia do significante no processo de construção do sentido – o significado que é injetado de significantes. Assim, Lacan (2008b) sustenta que o processo de significação ocorre mediante a relação de significantes, de modo que a produção de sentido possa advir da relação de encadeamento de significantes, o registro do simbólico.¹³

No livro 20, Lacan (2008c) dá crédito a Saussure pela teoria do significante. Nesse seminário, na lição *O saber e a verdade*, o psicanalista francês compreende que o sonho não pressupõe um saber mítico ou metafísico; ao contrário, o sonho manifesta o jogo de significantes, de forma que seja possível “ir mais longe ao tomar seus equívocos no sentido mais anagramático do termo. É nesse ponto da linguagem que Saussure colocava a questão de saber se nos versos saturninos, onde se encontrava as mais estranhas pontuações de escrita, isso era intencional ou não. É aí que Saussure espera por Freud” (LACAN, 2008c, p. 102-103). Percebe-se aí que o Saussure dos anagramas leva adiante a inquietação com o jogo de significantes, sendo um tanto impróprio repetir o estatuto do mesmo, ou seja, reforçar apenas o Saussure da *langue*. Tanto o Saussure que se indaga diante dos versos saturninos quanto o Saussure da teoria do valor dão suporte ao ensino lacaniano.

Freud (1996b), no início do século XX, já sustentava que o sonho não devia ser interpretado como analogia ou simbolismo universalizante, mas como a própria dinâmica do inconsciente do sonhador, ou seja, a condensação e o deslocamento teriam sentido a partir dos conteúdos latentes e manifestos de quem sonhara. O próprio fato de rememorar não significa lembrar tal qual teria ocorrido: há recalque. Ao contrário, em *Uma criança é espancada*, Freud (1996f), no texto de 1919, já compreendia os efeitos da fantasia – o que fazia uma criança dizer que havia sido espancada pelo pai, mesmo que não tivesse ocorrido de fato. A significação, desde Freud, já ocorria de modo a fazer deslizar pela cadeia o *representante da representação* – o que se aproxima da noção de significante –, e não o fato em si.

Ao mesmo tempo em que a língua e o inconsciente são estruturados (um elemento adquire valor em relação a outro elemento), há também o deslizamento do significante, as

¹³ O simbólico é o sistema que preexiste ao sujeito e que o condiciona desde antes do nascimento. Lacan (2008b) sustenta que o simbólico é um registro de linguagem, o que precede o sujeito; é o campo onde a verdade do sujeito é determinada. Há uma aproximação entre o “simbólico” de Lacan e o “pré-construído” de Pêcheux: em ambos os casos, trata-se do “sempre-já” da linguagem, o que é anterior ao sujeito.

possibilidades de equívocos. Assim, a língua e o inconsciente são estruturas atravessadas pelo incessante correr dos significantes: o significante fura qualquer tentativa de homogeneidade da língua ou do sujeito. A estrutura convive com a fissura (LEITE, 1994): os significantes deslizam incessantemente.

No ensino lacaniano, o significante se torna o suporte do inconsciente, isso porque ele é tanto *material* quanto *simbólico*. Nesse sentido, tanto na linguagem quanto no inconsciente, o deslizamento de significantes na cadeia (a metonímia) e a substituição (a metáfora) constituem o procedimento de produção de sentido, conforme Lacan (1998). Isso porque o significado não está dado *a priori*, mas é constituído mediante a relação de significante a significante. É a base material do signo, isto é, o significante, que, posto em relação a outros significantes, constitui a rede simbólica – a articulação em cadeia –, o próprio estatuto da significação. Assim sustenta Elia (2012, p. 37):

Lacan encontra o suporte metodológico do inconsciente: dos dois elementos constitutivos do signo de Saussure, só o significante é *material* (imagem sonora, unidade material da fala humana) e *simbólico* (sua articulação em cadeia produz uma ordem capaz de engendrar o significado, que não se encontra constituído desde o começo, antes da articulação significante).

Apesar de não utilizar o saber da Linguística, o inconsciente freudiano é considerado “um sistema de elementos materiais articulados como cadeias (Freud chega a falar de *feixes*) desprovidos, em si mesmos, de significação, estas passíveis de serem produzidas pelo sujeito uma vez constituído” (ELIA, 2012, p. 38). No inconsciente freudiano há o cerne de linguagem. A interpretação, de Freud a Lacan, não possui um *status* metafísico, mas advém da colaboração do autor do sonho, chiste ou ato falho, de modo que o sentido seja elaborado singularmente.

Nesse sentido, impõe-se para o analista do discurso não a necessidade de comprovar a veracidade dos fatos narrados, mas a busca da articulação do significante na cadeia, de modo a interpretar os furos, os equívocos constitutivos da linguagem e do sujeito. Isso vale para a análise do discurso maranhense: não se trata de buscar intenções, verdades plenas, mas procurar o funcionamento significante, o próprio deslizamento.

Sendo assim, a análise busca o não estabilizado, o que não é óbvio, mas, tão somente, os significantes que ponham em questão o próprio sujeito: a análise do discurso maranhense procura uma interpretação daquilo que, na enunciação, escapa ao falante. Analisar as hesitações, os efeitos de humor e as repetições, por exemplo, pode trazer à tona tanto a articulação significante (o simbólico) quanto a materialidade da linguagem (a imagem sonora). No caso do discurso analisado no segundo capítulo, pergunta-se: quais são os efeitos

de sentidos ao se trocar (via hesitação) os significantes? Quais são os efeitos do humor no discurso maranhense?

Assim, o deslizamento do significante no discurso maranhense ocorre porque nem as vozes maranhenses, nem as vozes goianas mostram-se totalmente consistentes, ausentes de furos. Ao contrário, justamente pelo fato de essas vozes serem efeito de significante (não consistentes), é possível o equívoco (hesitação, repetição, atos falhos, *witz* etc.). A análise do discurso maranhense se encontra no entremeio: nem uma voz absolutamente goiana, nem uma voz totalmente maranhense – é nesse meio que o significante maranhense se vê deslocado, constantemente deslizando.

É, então, mediante a operação do significante do Outro que a cisão do sujeito ocorre: o corte advém pela via do significante do Outro. O discurso do inconsciente se materializa como a ação do significante primeiro, o S1 – o S1 é o significante do Outro; é o significante para sempre recalçado, marcando o corte para o sujeito. A constituição do sujeito ocorre mediante o aparelhamento do ser à linguagem, a fenda causada pelo S1.¹⁴

S1, como representação do corte, é o que lança o sujeito no que há de faltante na linguagem; é o que torna possível a produção das formações do inconsciente: a condição *sine qua non* para que haja o sujeito de linguagem, o sujeito fendido. Sendo assim, o significante paterno (S1) instaura a castração – termo freudiano –, fazendo com que o sujeito daí advenha enquanto descentrado, faltante, efeito do Outro discurso. Mediante o primeiro significante, os efeitos de linguagem tomam o desejo do sujeito como cifrado – a própria operação do recalque.¹⁵ Quando o ser adentra o campo do Outro, o significante mestre (S1), advindo do Outro, cinde o sujeito, formando o discurso do inconsciente: o discurso do Outro.

A cisão operada pelo significante é o pressuposto de que não há transparência tanto à linguagem quanto ao sujeito (PÊCHEUX, 1997c; LACAN, 1998), ou seja, não há transparência entre o desejo e a demanda, assim como não há transparência entre o eu e o sujeito. Assim como, para a Psicanálise, o desejo não pode ser notado transparentemente; para a AD, também não o pode. Há restos, *hetero*: há efeitos de sentido. Tanto para o sujeito da Psicanálise quanto para a AD, há a ruptura com qualquer ilusão subjetivista (o sentido partindo do próprio sujeito), já que o primeiro significante não é propriedade original do falante, ao contrário, advém do Outro.

¹⁴ O S1 pode ser lido na obra lacaniana de várias formas: *significante mestre*, *significante paterno* e *significante primeiro*. De modo geral, o significante paterno é aquele que opera o corte, instaura o sujeito na dimensão de incompletude. Entretanto, o S1 não é necessariamente estabelecido pelo pai biológico, mediante uma relação direta, mas através do Outro. É o campo do Outro que cinde o ser com o primeiro significante.

¹⁵ Nesse parágrafo, há a tentativa de associar o termo lacaniano *S1* como o significante equivalente à castração freudiana. Isso porque é mediante o primeiro significante que se instaura o sujeito de desejo. Sendo assim, a ação do S1 atua como os efeitos da castração; o recalque cifra os desejos, não deixando transparência entre o desejo recalçado e as formações do inconsciente.

Continuando pela via da confluência entre Pêcheux e Lacan: o primeiro esquecimento, pressuposto da AD – formulado na AD-2, mas jamais abandonado pela AD – afirma que o sujeito não é a origem do que diz, o discurso advém da rede discursiva, o interdiscurso. No ensino lacaniano, destaca-se que o significante primeiro é do Outro, ou seja, o significante não é nem propriedade de quem fala, nem do outro empírico. Trata-se, na confluência entre AD e Psicanálise, de compreender que há recalque: não se sabe (não se lembra) de como o sujeito se aparelhou à linguagem, porque houve o corte. O sujeito e a linguagem, então, não podem ser compreendidos como águas límpidas, porque há recalque, efeitos, *hetero* – é daí, do recalque empreendido do aparelhamento do sujeito à linguagem, que surge o equívoco, a falha. De outro modo, o corte empreendido pelo significante do Outro deixa restos, fazendo com que o sujeito compareça através das formações do inconsciente, através da linguagem do equívoco.

Em síntese: “a tese freudiana poderia ser dita assim: o fato de que haja língua tem a ver com o fato de que haja inconsciente – com isso, os mecanismos da primeira repetem os do segundo” (MILNER, 2012, 65). Assim, os tropeços na/da linguagem denunciam a natureza cindida do sujeito e do Outro; tanto o sujeito quanto o Outro são fruto do corte operado pelo significante – nem o sujeito, nem o Outro são totalmente consistentes.

Comentando sobre o ensino lacaniano, Quinet (2012) afirma que o Outro é também atravessado (furado) pela ação do significante: o Outro não é consistente.¹⁶ Devido ao furo constitutivo do Outro, há algumas consequências diretas para o sujeito: i) possibilidade para o sujeito de desalienar ao significante do Outro; ii) o Outro, por ser barrado também pelo significante, torna-se inconsistente, incompleto. A falta constitutiva do Outro, então, impõe a condição de que não há garantias para aquilo que se julga ser, o próprio movimento do sujeito.

Nessa trilha, o pressuposto de que o significante advém do Outro está em consonância com a máxima lacaniana de que o inconsciente é estruturado como uma linguagem. Isso porque o sujeito não advém de um corte metafísico, mas da cisão operada pelo Outro, comparecendo o sujeito aparelhado à linguagem. O Outro, enquanto ditos de outros sem consistência ou completude, é o que precipita o sujeito de linguagem, de modo que o primeiro significante, o S1, seja o próprio significante do corte, o significante “sempre-já” recalcado.

No caso da análise do discurso maranhense, os sujeitos foram alienados ao significante do Outro, o Outro da terra natal. No entanto, devido à não completude do Outro, à

¹⁶ O pressuposto da inconsistência do Outro se aproxima do segundo esquecimento. A AD compreende que o sentido não pode ser controlado completamente (o sujeito se esquece disso), assim como, para a Psicanálise, o Outro é furado pela ação do significante, de modo que não haja um sentido pleno, completo ou homogêneo. Tanto o sentido (advindo do Outro) quanto o sujeito são recortados pela ação do significante: trata-se da impossibilidade de controle do sujeito e da língua.

inconsistência do Outro, pôde ocorrer a separação do significante primeiro. A participante da pesquisa, por exemplo, toma para si outro significante: “[...] sou, já me sinto até goiana”. O sujeito separa-se do S1 maranhense e, sincronicamente, aliena-se ao S2, o conjunto de saberes goiano. Já que não são totalmente apagados os efeitos da interpelação (os efeitos do S1 permanecem), uma análise se torna possível.

1.4.2 Alienação e separação

No livro 11, Lacan (2008b) utiliza as noções de *alienação* e *separação* para elucidar a relação entre o sujeito e o Outro. A alienação é definida como o processo no qual o ser desaparece para surgir no Outro (como significante do Outro). Já a separação, ao contrário, pressupõe que possa haver a desalienação do Outro, comparecendo o ser. A separação só é possível porque as vozes constituintes do Outro são inconsistentes. Assim, a alienação e a separação/desalienação perfazem a dialética do sujeito, de modo circular, sincrônico e complexo: aliena-se e separa-se do Outro sincronicamente.

Inicialmente, “o sujeito é chamado ao Outro, ao sujeito pelo que ele viu a si mesmo aparecer no campo do Outro” (LACAN, 2008b, p. 2003). Ou seja, o sujeito aparece, no primeiro momento, como um significante do Outro – a alienação. A convocação do Outro faz com que o sujeito receba um significante para si. Nesse momento, desaparece o ser – o *fading* – e comparece apenas o significante do Outro. Já a separação ocorre justamente quando se distancia do significante recebido (aproximando-se do ser). Entretanto, Lacan (2008b) reforça que não há separação sem a alienação a outro significante. Em suma: a dialética do sujeito se encontra no aparecer e desaparecer, surgir no Outro e sumir enquanto ser; surgir como ser e sumir do Outro – desaliena-se para que haja a alienação a outro significante.

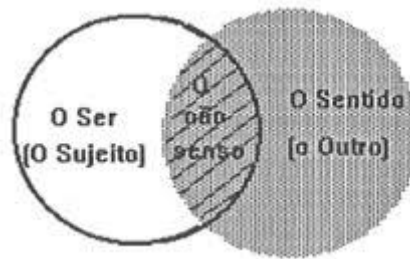
O sujeito, ao desalienar-se de um significante, aliena-se necessariamente a outro significante: a linguagem determina o sujeito. Lacan (2008b, p. 209), explicando como se dá a separação do significante do Outro, registra: “surge na experiência da criança, o seguinte, que é radicalmente destacável – *ele me diz isso, mas o que é que ele quer?*”. “Ele me diz isso”: o sujeito recebe um significante do Outro. Em seguida, em “o que é que ele quer?”, há a demonstração da inconsistência do Outro e, conseqüentemente, a possibilidade de se separar do significante recebido. Como não se sabe exatamente o que o Outro quer do sujeito, a invenção/desalienação se torna possível. Trata-se, então, de adentrar a outro terreno discursivo, de se admitir enquanto outro significante.

Tal como se dá o discurso maranhense analisado no segundo capítulo: a participante se desaliena do significante advindo do sofrimento nordestino e, sincronicamente, aproxima-se dos significantes “sucesso” e “conquista”, advindos do novo relacionamento com os goianos.

Nesse caso, há a ocorrência da separação dos significantes maranhenses (a inconsistência do Outro pode ser notada através das denúncias de sofrimento). Separa-se do Outro e se aproxima de outra filiação discursiva: a participante aproxima-se dos significantes goianos, o time de futebol (Goiás) e as novas conquistas, por exemplo. Assim, é devido à incompletude do Outro, a não exatidão do desejo (o que é que ele quer?), que o sujeito pode separar-se/desalienar-se do Outro e, conseqüentemente, aproximar-se de outros significantes.

Para a Psicanálise, o sujeito se manifesta na divisão operada pelo significante do Outro. Lacan (2008b) afirma que, se o sujeito aparece de um lado como *sentido*, um efeito de significante do Outro, por outro lado, ele desaparece, a *afânise*.¹⁷ Ao se encontrar como sentido no Outro, sincronicamente a *afânise* produz o efeito de desaparecimento do sujeito. Nesse sentido, o sujeito se manifesta mediante o Outro e o ser, conforme o gráfico a seguir.¹⁸

Gráfico 1 – Alienação e separação



Fonte: Lacan (2008b, p. 207)

O gráfico traz os dois conjuntos em intersecção: o *sujeito/ser* e o *Outro/sentido*. Conforme explica Leite (1994, p. 40):

Na reunião dos dois conjuntos [...] constitui-se uma zona de intersecção que figurativamente refere-se ao não-senso. [...] consiste então no fato de que se escolhermos o ser, o sujeito cai no não-senso, desaparece [*fading*]; se escolhermos o sentido, este só subsiste desprovido desta parte de não-senso.

Observa-se pela citação que o não-senso se refere à impossibilidade de o sujeito se colocar apenas de um lado do gráfico: algo se perde. Embora, Lacan (2008b), no livro 11, utilize o termo “não-senso” como o entremeio do ser e do Outro, no livro 5, Lacan (1999) cria

¹⁷ O termo *afânise* foi primeiramente empregado por Ernest Jones, discípulo de Freud, como medo de desaparecer o desejo. Todavia, Lacan (2008b) retoma o léxico para dizer da dimensão de desaparecimento do sujeito mediante os efeitos opacos do significante do Outro. *Afânise*, *fading*, na obra lacaniana, são sinônimos de *desaparecimento do sujeito*; já que, para a Psicanálise, o sujeito desaparece como forma de tornar-se efeito do significante do Outro.

¹⁸ No livro 11, Lacan (2008b) diz a palavra “sujeito” como sinônimo de “ser”. A utilização do termo “ser”, no entanto, não se refere aos estudos existencialistas, mas, tão somente, ao conceito de sujeito/ser da Psicanálise, o sujeito dividido pelo Outro discurso.

dois neologismos para evitar a ideia de *nonsense*, são eles: pouco-sentido [peu-de-sens] e passo-de-sentido [pas-de-sens].¹⁹ Lacan (1999, p. 101) categoricamente afirma que “não há, de maneira nenhuma, uma ação do *nonsense* toda vez que o equívoco é introduzido”, mas uma relação de pouco-sentido e de passo-de-sentido. O equívoco, como forma de manifestação do sujeito, deixa restos, sobras. Essas sobras compõem a metonímia – as partes, as sobras, hetero – daquilo que o ser demanda ao Outro, o pouco-sentido. É no Outro que a demanda busca a satisfação. O ser, ao se aparelhar à linguagem, produz a demanda, deixando restos, metonímia do desejo (recalcado), o pouco-sentido [peu-de-sens]. Já o passo-de-sentido é o que ocorre pela via da metáfora: trata-se do que está “para além da necessidade, em relação a qualquer desejo formulado, que está na origem a metáfora [pas-de-sens]” (LACAN, 1999, p. 103). Ou seja, o passo-de-sentido é o que, na formulação da demanda, causa a troca de um significante por outro, de uma demanda a outra, a metáfora [pas-de-sens] ocasionada no equívoco.

Tanto o pouco-de-sentido (ação metonímica do desejo) quanto o passo-de-sentido (ação metafórica do desejo) compõem o modo de o sujeito se manifestar. Não se trata, então, de um mero *nonsense*, porque, no equívoco, há um modo de funcionamento específico, uma lógica de linguagem: a metonímia [peu-de-sens] e a metáfora [pas-de-sens]. O desejo deixa restos, pouco-sentido, além de haver também a substituição, de um significante a outro, o passo-de-sentido. Não havendo simetria entre o desejo e o significante/demanda, justamente porque há a determinação da linguagem, o sujeito, na enunciação, deixa sobrar algo [peu-de-sens], além de ocorrer a troca de um significante por outro, a metáfora [pas-de-sens] da demanda. Assim, no gráfico acima, pode haver relevância se houver o cuidado de não se confundir o “não senso” com a ausência de lógica. O que está no corte empreendido pelo significante do Outro funciona pela lógica da linguagem, isto é, através da metonímia e da metáfora: trata-se da não transparência entre a necessidade e a demanda.

Diante do ser e do Outro, conforme o gráfico anterior, Lacan (2008b) assinala os procedimentos de alienação e de separação. O sujeito é interpelado pelo Outro – primeiro procedimento. Nesse mesmo instante, o *fading* do sujeito comparece – o sujeito desaparece para surgir como significante do Outro. Entretanto, o Outro também é inconsistente, de modo que o sentido não possa ser absoluto. Por isso, a intersecção dos conjuntos representa o sujeito

¹⁹ A nota do tradutor, no livro 5, explica que *pas-de-sens* poderia ser traduzido tanto por “sem-sentido/*nonsense*” quanto por “passo/passagem de sentido”. A escolha do segundo termo ocorre justamente pela própria explicação de Lacan: o *pas-de-sens* funciona como a metáfora, substituição de um significante/demanda para outro. Provavelmente, no livro 11, o tradutor não tenha tido o cuidado de marcar a diferença entre “não senso” e “passo de sentido”, daí a imprecisão do Gráfico 1 – separação e alienação. Além disso, o problema central do termo “não senso”, conforme Lacan (1999), no livro 5, está na falsa ideia de que as produções do inconsciente não teriam nenhum sentido, não teriam lógica alguma; ao contrário, o psicanalista francês denuncia que a mesma lógica da linguagem pode ser encontrada nas formações do inconsciente: a metonímia e a metáfora.

em *afânise* e a incompletude do Outro. Enfim, o sujeito da Psicanálise comparece mediante o aparecimento/desaparecimento do ser e do Outro: daí as formações cifradas do inconsciente, o equívoco, mediante a lógica do resto (ação metonímica) e da substituição (ação metafórica).

Lacan (1999), em uma consonância com a AD, sustenta que o equívoco é constituinte do sujeito e do sentido. Como a demanda é a necessidade subsumida às leis da linguagem, nota-se que há a impossibilidade de transparência entre o desejo e o significante demandado (via *peu-de-sens* e *pas-de-sens*), o equívoco. Escreve Lacan (1999, p. 100):

Não é garantido que a significação assim formada seja unívoca. É tão pouco unívoca, aliás, que a *equivocação [maldonne]* e o *desconhecimento* são um caráter fundamental da linguagem, constituem dela uma dimensão essencial. É na ambiguidade dessa formação da mensagem que trabalha o chiste [e demais formações do inconsciente] (Grifo nosso).

Há aí a sustentação de que o desconhecimento e o equívoco são características fundamentais da linguagem. Mais, que as formações do inconsciente (lapsos, sonhos etc.) são possíveis justamente graças à ambiguidade estrutural da linguagem. Tanto Pêcheux e Gadet (2004), na AD-3, quanto Lacan (1999; 2008b) dão importância crucial ao equívoco, já que o sujeito e a linguagem são constituídos pela equivocação. Isto é, não há transparência entre o desejo e a demanda, uma vez que a linguagem incide deixando restos, ação metonímica, e causando substituições na cadeia significante, as metáforas.

No ensino lacaniano, há também a defesa de que a relação entre o ser e o Outro é da ordem do *nem um, nem outro*: sempre se perde algo. Lacan (2008b) traz o seguinte exemplo: em uma suposta situação de assalto, o criminoso exige à vítima – a bolsa ou a vida. Nesse caso, a escolha, seja da “bolsa” ou da “vida”, representa o pressuposto do *nem um, nem outro*, ou seja, há perdas necessariamente. Isso porque, se a bolsa for o objeto escolhido, a vida será perdida e vice-versa, se a vida for escolhida, a bolsa será roubada. Por isso, *nem um, nem outro*: nos dois conjuntos, o “ser” e o “Outro”, “qualquer que seja a escolha efetuada, necessariamente há perda” (LEITE, 1994, p. 40): o equívoco comparece.

Trata-se, nesse exemplo, da escolha forçada do sujeito. Escolha essa que surge porque, independente da escolha, algo se perde. A escolha de um significante é necessariamente a recusa de outro. Assim, a separação do Outro é a alienação a outro significante. Enfim, tanto o ser como o Outro perdem algo: *nem totalmente um, nem completamente outro*.

O ensino lacaniano pode ser uma autorização para afirmar que o maranhense em Goiás não é *nem um, nem outro*; o maranhense não é *nem totalmente* as vozes do Maranhão, *nem plenamente* as vozes goianas. Ao contrário, o discurso maranhense se apresenta diante da escolha forçada: escolhe-se um significante, o goiano, por exemplo, e abandona-se o outro, o maranhense. Entretanto, no processo de escolha, algo se perde, o pouco-sentido, até que haja a

substituição de um significante por outro, a passagem-de-sentido. Assim vale também para afirmar que a análise do discurso maranhense se põe no equívoco; trata-se de uma análise do que sobra, a ação metonímica do equívoco, o que fica do processo de separação/alienação a outro significante. Nesse sentido, algumas perguntas podem ser levantadas: o sair do Maranhão é sinônimo de desalienação do significante maranhense? Vir a Goiânia é se alienar a outro significante? Como se manifestam as equivocações do discurso maranhense?²⁰

Por fim, a alienação e a separação podem ser compreendidas como o processo pelo qual (do sujeito e do Outro) resulta o equívoco: a própria manifestação do sujeito, as manifestações do inconsciente. Então, se é possível alguma notícia do sujeito é a partir dos efeitos do passo-sentido/pouco-sentido, nem um, nem outro, o que corresponde às próprias formações do inconsciente, o discurso do Outro.

1.4.3 Objeto *a*

No ensino lacaniano, o conceito de objeto *a* se torna crucial para a compreensão da relação entre o sujeito e o Outro.²¹ O objeto *a* não deve ser definido como um objeto empírico, mas como o objeto que causa o desejo do sujeito, o *a* minúsculo. Entretanto, à compreensão *a*, torna-se fundamental lidar com o conceito freudiano de pulsão, isso porque Lacan compreende o objeto *a* a partir da releitura empreendida da obra de Freud.

Tanto para Lacan quanto para Freud, o objeto empírico não é o objeto da pulsão sexual. Freud (2004), em *A pulsão e seus destinos*, texto publicado em alemão, em 1915, define a pulsão sexual como impulso energético constante, advindo do interno, de modo que a pulsão sexual estaria na fronteira entre o psíquico e somático, partindo do interno para o externo, e sem um objeto empírico específico. Para Lacan (2008b), porém, a pulsão advém do externo e não deve ser compreendida como energia, mas como efeitos do discurso do Outro – a questão discursiva se torna radicalizada através da leitura lacaniana dos textos freudianos.

Quanto aos destinos e objetos da pulsão, Freud (2004, p. 149) afirma que “ao longo dos diversos destinos que a pulsão conhecerá, o objeto poderá ser substituído por intermináveis outros objetos, e a esse movimento de deslocamento da pulsão caberão os mais significativos papéis”. Assim, tanto para Freud quanto para Lacan, os destinos e os objetos da

²⁰ Segundo Lacan (2008b), a interpretação não deve incidir nem no sentido/Outro, nem no próprio ser, mas nas marcas metonímicas (pouco-sentido) e nas substituições de significantes (passo-de-sentido). Já que o sujeito se encontra no que um significante representa para outro significante, o que sobra é a marca do significante.

²¹ Há uma relação ente o *Autre* e *autre*, o *A* maiúsculo e o *a* minúsculo. Enquanto o maiúsculo refere-se ao Outro, significante externo e capaz de mobilizar o sujeito, o minúsculo denuncia a dinâmica interna do sujeito, causando desejo. Desse modo, o objeto *a* existe em função da inconsistência do Outro; é diante da inconsistência do Outro que o objeto *a* passa a operar: o sujeito torna-se um sujeito de desejo. Enfim, é sujeito de *a* quem se defrontou com inexatidão/opacidade do desejo do Outro.

pulsão sexual são variados: a demanda satisfeita dará lugar a outra demanda ainda por se satisfazer.

A partir da noção freudiana de pulsão, é criado o conceito de objeto *a*, de modo que todos os objetos demandados sejam simplesmente representantes de *a*. Sendo assim, o objeto *a* não é localizável, mas os efeitos de *a* ocorrem a todo instante ao se investir os objetos empíricos como seu avatar (o seio da mãe, por exemplo, pode ser avatar de *a* para a criança). O objeto *a* pode, então, ser definido como o objeto causa de desejo, jamais o objeto empírico.²²

Nessa direção, Lacan (2008b, p. 193) assinala que “os objetos *a* são apenas seus representantes, suas figurações. O seio [...] bem representa essa parte de si mesmo que o indivíduo perde ao nascer, e que pode servir para simbolizar o mais profundo objeto perdido”. Ao invés de enfatizar os objetos demandados, o ensino lacaniano busca um estatuto conceitual para a dimensão desejante do sujeito. Em outros termos, o objeto *a* é a instância real do desejo, de modo que, mediante o conceito de *a*, os demais objetos empíricos sejam tomados como efeitos de objetos sexuais, ou seja, como avatar de *a* os objetos podem se tornar sexuais.

Assim, a cisão do sujeito advém tanto da incompletude do Outro quanto da condição desejante do sujeito – objeto *a*. Em outras palavras, lá onde o Outro se mostra incompleto e inconsistente é que o desejo advém *a* ser, causa-*a*-ser: é na falta constitutiva da mãe, a mãe enquanto Outro, que a criança toma o seio como objeto de desejo.

Mediante a falta do Outro, o sexual/gozo (hipoteticamente em estado puro) dá lugar à ordem simbólica, perdendo um *a* de gozo.²³ Adquire-se o significante para perder o gozo. Nesse sentido, o gozo perdido adquire vida no psiquismo mediante a condição desejante, a condição de *a*. O objeto *a* é, então,

o representante, no psiquismo, das consequências da sexualidade, aí está o signo de que a sexualidade se representa no psiquismo por uma relação do sujeito que se deduz de outra coisa senão a da sexualidade mesma. A sexualidade se instaura no campo do sujeito por uma via que é a da falta (LACAN, 2008b, p. 201).

Dessa maneira, o objeto *a* é fundamentalmente o representante da sexualidade no psiquismo. É de *a* que há a entrada do sexual no psiquismo. A perda do gozo é a consignação do aparelhamento do sujeito à linguagem, de modo que a condição desejante, o *a*, seja a

²² Há várias maneiras de abordar o objeto *a*. Uma forma seria caracterizá-lo como o que resta/sobra da separação filho/Outro, provocando o deslocamento na cadeia significativa. Em outros termos, mediante a operação do S1, a separação da simbiose mãe/filho acaba deixando sobrar algo, *a*, a causa real do desejo.

²³ O discurso do inconsciente faz o nó com o sexual perdido. Assim, é o inconsciente que faz o amarramento entre o sexual perdido e a linguagem. Conforme Lacan (2008b, p. 195), “as zonas erógenas são ligadas ao inconsciente, porque é lá que se amarra a presença do vivo”. O inconsciente é, assim, o que faz nó entre o suposto puro vivo-sexual perdido e a linguagem. Em outras palavras, o inconsciente é o que faz nó com o simbólico (linguagem) e o real (sexual perdido).

marca da entrada no simbólico, o representante do sexual no psiquismo. Em síntese: o objeto *a*, como resquício de uma vida supostamente sexual, instaura a condição de desejo ao sujeito. Quer dizer, a condição sexual do psiquismo permanece, através do desejo, mesmo a partir do aparelhamento do sujeito à linguagem.

No caso da análise do discurso maranhense, o conceito de objeto *a* pode ser interessante na medida em que se põe em questão a demanda do sujeito. O que quer o maranhense em Goiás? Abre-se mão da cultura do Maranhão em função das supostas garantias em Goiás? As demandas dos sujeitos são de fato consistentes? Mais, o deslocamento de um estado a outro é um exemplo da condição desejante do sujeito?

Nesse sentido, fundamenta-se, através do conceito de *a*, a inexistência de um único objeto demandado. Não se trata de fazer um juízo de valor quanto ao objeto demandado pelo maranhense em Goiás (se estão corretos, se são bons etc.), mas descrever e analisar os efeitos de *a*. Assim, o sujeito cindido se torna efeito da falta do Outro (simbólico) e do objeto *a* (falta real): no discurso maranhense analisado, os efeitos do gozo/sexual perdido se manifestam de que modo?²⁴

1.4.4 Familiar estranheza

Diante do estudo apresentado, torna-se sustentável afirmar que o sujeito da Psicanálise se aliena e se desaliena ao desejo do Outro. Nesse sentido, a alienação não pode ser compreendida como absoluta, já que há a possibilidade de desalienação: a separação pode advir por causa da incompletude/inconsistência do Outro. Assim, mediante a separação do primeiro significante, do Outro, o objeto *a* entra em cena: o *a* representa o elo perdido entre a criança e o Outro. Na análise do discurso maranhense, o objeto *a* pode representar a perda dos significantes do Maranhão, do Outro, para a admissão dos significantes de Goiás? Separar-se do conjunto de significantes do Maranhão, do Outro, pode ser um modo de ressaltar a condição de desejo do sujeito maranhense em Goiás?

A separação do Outro advém à fantasia. A fórmula lacaniana da fantasia – \$ <> *a* – demonstra como o sujeito está para sempre em função da barra, em função da condição de

²⁴ A *falta no registro do simbólico* é a própria impossibilidade de transparência do desejo do Outro; uma vez que o Outro também é faltoso, não se pode determinar o desejo do Outro. Já a *falta no real* denuncia algo de intangível, impossível, quer dizer, a própria dimensão do sexual perdida. O corpo vivo teria perdido algo de natureza sexual ao se aparelhar à linguagem. Ao puro sexual-vivo não se pode ter acesso direto, apenas através dos efeitos da linguagem: as formações do inconsciente – sonho, *witz* etc. Nessa direção, as duas faltas – no simbólico e no real – são decisivas para a compreensão do princípio *sexual* no qual a Psicanálise se apoia. A partir do que é perdido do vivo (falta no real), torna-se possível compreender o princípio de que *a realidade do inconsciente é sexual*. Isso porque à medida que o puro sexual se perde, o sujeito passa a comparecer enquanto efeitos de linguagem (falta no simbólico). É da dialética das duas faltas que a ação do inconsciente se torna possível; os atos falhos, os sintomas etc. revelam os efeitos do sexual diante do aparelhamento do sujeito à linguagem.

desejo.²⁵ Como punção, ou seja, aquilo que é interno e externo ao mesmo tempo, o objeto *a* insiste em comparecer como o elemento *estranho* presente na fantasia. Esse estranho, que é constitutivo do sujeito, comparece (via fantasia) como efeitos do recalque: os conteúdos cifrados/estranhos que advêm à consciência.

A premissa psicanalítica de o sujeito estar alienado ao Outro introduz uma dimensão de objetividade que é para sempre “esquecida”, recalçada – o que retorna através das formações *estranhas* do inconsciente. A premissa da objetividade remete à posição de objeto da criança perante o Outro/mãe (alienação), de modo que essa posição seja recalçada. De outro modo: a posição de objeto impõe a própria condição de apagamento do sujeito diante do Outro, a *afânise*. Esse desaparecimento do sujeito se torna recalçado, já que é insuportável rememorar a condição de objeto da criança perante a mãe/Outro. Assim, a condição “esquecida” de objeto, estranha, portanto, faz retornar o que é mais familiar ao sujeito, a condição de nulidade do pequeno perante o grande Outro.

Para Freud (1996e), em *O estranho*, texto publicado em alemão, no outono de 1919, a estranheza (enquanto o outro nome das formações do inconsciente) dá suporte à fantasia. Como é recalçada a posição de objeto perante o Outro, o *estranho* comparece como a própria condição para que haja o sujeito: a relação de alienação e separação se torna familiarmente estranha a todos aqueles que se aparelharam à linguagem. Nesse sentido, a manifestação de estranheza denuncia a existência do sujeito cindido: o familiar discurso do Outro.

1.4.5 Real impossível

Após notar as implicações da alienação e separação do Outro, torna-se crucial a aproximação de duas noções lacanianas: o *real* e a *alíngua*. O registro do real, assim como os outros registros (simbólico e imaginário), compõe o psiquismo humano – um registro se entrelaça ao outro, como que em anéis, conforme a imagem a seguir:

Gráfico 2 - Nó borromeano



Fonte: Lacan (2007, p. 47)

²⁵ A fórmula da fantasia é lida do seguinte modo: sujeito barrado punção de objeto *a*.

Na imagem anterior, os três registros funcionam de modo a elucidar a dinâmica psíquica, um registro entrecortando o outro: “Lacan sugere que o nó [borromeano] poderia ser pensado como uma metáfora do real, mas não como modelo de realidade” (LEITE, 1994, p. 51). No ensino lacaniano, o registro do real remete a tudo aquilo que resiste a ser simbolizado, por isso mesmo, está diretamente associado à repetição. O que não é simbolizado, o que não adentra o campo da linguagem, retorna/repete através das formações do inconsciente. Trata-se, então, do que sempre retorna ao mesmo lugar, a esse lugar onde o sujeito não pode simbolizar (LACAN, 2008c). No ensino lacaniano, o real é sinônimo de impossível, ou seja, o real é o campo marcado pela impossibilidade de adentrar a uma determinada ordem: o que escapa do controle simbólico, eis, o real!²⁶

Já a noção de *alíngua* se refere ao ponto onde a língua (enquanto estrutura ou sistema) encontra o real, a falha, segundo Milner (2012). A *alíngua* se refere ao impossível de ser simbolizado na língua: as formações (estranhas e familiares) do inconsciente. Ambos, o real e a *alíngua*, dão conta da fissura do sistema: o real se volta ao não simbolizado do psiquismo, enquanto a *alíngua* remete às fendas da língua.

Apontando a fissura e se apropriando do ensino lacaniano, Pêcheux (1997c) compreende que o estudo da semântica é o que faz a cisão na estrutura da língua (fonologia, morfologia e sintaxe). Isso porque é na semântica que o real da história e o real da ideologia (o que não pode ser simbolizado) atravessam a estrutura. Para a AD, os elementos extralinguísticos encontram a base material (a língua) justamente nos estudos sobre o sentido e o sujeito. Quer dizer, a construção do sentido, o processo discursivo, torna-se possível no interstício da ideologia, história e inconsciente: trata-se da *alíngua* como fonte de problematização do discurso. Lá, onde o real faz mancar o estudo da estrutura da língua, reside a *alíngua*. Em síntese: a *alíngua* é o ponto em que o não todo (a *parole*) encontra a estrutura (a *langue*), causando o furo.

Enquanto a língua possui a dimensão de comunicação, a *alíngua*, ao contrário, remete aos efeitos do inconsciente, o pouco-sentido e o passo-de-sentido do discurso inconsciente, de modo que a *alíngua* sirva para algo diferente da comunicação (LACAN, 2008c).²⁷ Devido ao caráter não transparente da *alíngua*, a interpretação incide sobre os restos, as metáforas, o

²⁶ No ensino lacaniano, há várias maneiras de se referir ao real: *o que resiste a ser simbolizado, o que sempre falta, o que está em vias de retornar, o impossível, aquilo que não cessa de não se inscrever*. Assim, o registro do real atravessa o registro do simbólico sob a forma da falta, a falta de um significante.

²⁷ No ensino lacaniano, há a referência ao termo “comunicação” como uma ação comum entre iguais. Para a Psicanálise, ao contrário, a *alíngua* denuncia o que é singular – não se trata de uma mensagem compreendida de modo igual ou homogêneo entre os falantes, não se trata de uma comum ação. Ao contrário, a *alíngua* é o ponto onde a língua (estrutura) encontra o inconsciente. Enfim, sair do terreno da igualdade, homogeneidade entre um e outro, remete ao espaço da singularidade do sujeito desejante, o espaço da diferença.

jogo de significantes. Tanto o real quanto a *alíngua* dizem respeito aos efeitos daquilo que é impossível determinar limpidamente: trata-se da singularidade do sujeito desejanste.

As questões do real e da *alíngua* se encontram problematizadas pela AD, principalmente quando Pêcheux (1997b, p. 29) reflete sobre a relação entre o objeto não discursivizado e o discurso.

Supor que [...] há independência do objeto face a qualquer discurso feito a seu respeito, significa colocar que, no interior do que se apresenta como universo físico-humano [...] ‘há real’, isto é, pontos de impossível, determinando aquilo que não pode não ser ‘assim’.

Para a AD, principalmente na última etapa dos trabalhos de Pêcheux, o impossível, o real, é elaborado para dar conta da independência do objeto perante o discurso. Assim, há independência entre o objeto e o discurso, quer dizer, nenhum discurso é capaz de dizer de tudo do objeto, ao contrário, trata-se de uma tentativa de interpretar o fenômeno. Ocorre que, para a língua, há sempre a marca do real, a marca de que nenhum sistema é sem falhas. O real da língua é o modo pelo qual Pêcheux e Gadet (2004) sustentam o equívoco constitutivo da linguagem. É, então, o real (*alíngua*, a história e a ideologia) que impede qualquer exatidão/transparência entre o discurso e o objeto – há sempre margens para novos dizeres.

A AD mantém a noção de real como impossível: a língua não toca o real do objeto, mas o tangencia, o contorna. Para Pêcheux e Gadet (2004), o tangenciamento do real ocorre mediante a articulação entre *língua*, *ideologia* e *inconsciente*. Para o ensino lacaniano, a partir do referencial psicanalítico, o real seria o que atravessa os registros de constituição do sujeito: o simbólico e imaginário. Sendo assim, na articulação dos três registros, o sujeito em Psicanálise se divide, de modo que o real em Psicanálise faça alusão à impossibilidade de simetria entre o desejo e a demanda, a impossibilidade, no simbólico, de contabilizar o furo: o real fissa o simbólico.

Nesse sentido, o real e a *alíngua* se tornam relevantes para manter a noção de sujeito viva. Uma vez que o indivíduo é interpelado pela ideologia em sujeito, a interpelação não ocorre sem falhas – há sempre pontos de impossível. A falha na interpelação, isto é, o real da ideologia, é o que faz com que haja a singularidade do sujeito – o assujeitamento à ideologia não pode ser absoluto. Tanto para a AD quanto para a Psicanálise, o real é o empecilho para o assujeitamento total: há sempre pontos não contabilizados pela estrutura. A singularidade, então, habita os pequenos (e fundamentais) furos: o real é a marca da diferença. Se há diferença da noção de real em Pêcheux e Lacan, ela ocorre “na medida em que abarca a condição de existência das noções, ou seja, o que é próprio, o que é da natureza da noção em questão.” (BORBA-RODEGHER, 2013, p. 118).

Dessa maneira, a análise do discurso aponta para as fissuras da língua, de modo que, durante o ato de enunciar, pode comparecer, ainda que em forma de atos falhos, repetições, hesitações: a *alíngua*. Assim, o estudo do equívoco se faz relevante tanto para a AD quanto para a Psicanálise, uma vez que a cisão do sujeito pode comparecer através dos efeitos de sentido: trata-se de uma forma de demonstrar a cisão do sujeito (o real) em consonância com a tese da não transparência da linguagem (a *alíngua*).

1.4.6 A busca das equívocações

A partir das revisões teóricas da AD-3, a Psicanálise se tornou ainda mais considerada pelos analistas do discurso. Os discursos estabilizados deram lugar aos discursos ordinários; o apagamento aos efeitos de sentido; o mesmo ao outro/Outro. Mais, a heterogeneidade discursiva tomou acento crucial para as análises a partir de 1978, de modo que o estudo do outro/Outro estivesse focalizado. Sendo assim, cada vez mais a AD tomou o estudo do equívoco como central, de forma a tratar com seriedade o sujeito cindido e suas manifestações: o equívoco.

A Psicanálise atravessa o campo da AD ao tomar as formações do inconsciente como o efeito do recalque. O recalque não como apagamento, como já sinalizado. Desse modo, o discurso do Outro (o discurso do inconsciente) adentra o campo da AD, já que a análise não se dá na busca de uma possível intenção do falante, nem tampouco na premissa de falante ideal/universal. Ao contrário, a interpretação, após a revisão teórica de 1978, passa a incidir sobre o equívoco, de maneira que interpretar seja ir para além de obviedades. Trata-se de lidar com a dimensão daquilo que (mesmo recalcado) escapa ao controle do sujeito: o *estranhamente familiar* de cada um.

A partir das noções levantadas neste capítulo, a análise do equívoco se torna um pressuposto de análise que está em consonância com a última fase da AD. Já que a linguagem para a AD não é transparente, o equívoco se torna justificado. O equívoco, assim como a *alíngua*, não é compreendido como um mero erro, tampouco algo característico ao falar simplório, mas tão somente como o limite da estrutura: o equívoco enquanto o que é constitutivo da língua. Por isso, analisar o discurso é interpretar os equívocos, já que, a partir daí, as diversas vozes (como a fissura do sistema) podem se mostrar enquanto efeito de sentido.

No jogo de xadrez não é tão diferente. Embora haja a tentativa de catalogar todos os supostos lances prováveis, há sempre um acontecimento que irrompe no jogo. Há sempre uma peça que, no deslizamento, propõe algo ainda não catalogado. Ou seja, o xadrez enquanto

estruturado (cada peça adquire valor diante das demais) dá margem também para o equívoco: aquele lance vencedor ou perdedor ainda não previsto. Na língua, a *alíngua* é o que marca a possibilidade de interpretação. Se há uma língua estruturada fono-morfo-sintaticamente, há também o equívoco. Há pontos de impossível – o real.

Se até aqui nos limitamos a trabalhar os conceitos da AD e da Psicanálise (além de alguns poucos apontamentos para as análises), a partir do capítulo subsequente a metodologia e a análise do discurso maranhense são o foco das discussões. Como o objetivo não é chegar a uma interpretação definitiva, as interpretações do equívoco não terão qualquer pretensão de se tornarem definitivas.

Que, enfim, a partir das análises do equívoco seja possível notar o funcionamento do significante, como as peças do xadrez, em deslizamento na cadeia – a alteridade posta em questão!

Capítulo 2

O CENTRO, AS CURVAS, AS FUGAS: metodologia e análise

Antes de apresentar uma metodologia possível e, logo após, adentrar o terreno movediço das análises propriamente ditas (como se propõe este capítulo), torna-se relevante ressaltar como a análise ou interpretação é compreendida. Trata-se de ir ao ponto em que a AD encontra a psicanálise, quer dizer, analisar *diz-mensão* ao equívoco constitutivo do discurso e do sujeito.²⁸ Esse equívoco, tal como Pêcheux e Gadet (2004) sustentam, ocorre justamente devido à alteridade presente no discurso, presente no sujeito: sempre se diz mais do que se pretende: há interdiscurso, há inconsciente! Por isso, a análise e a metodologia discursivas, como uma dupla jogando do mesmo lado, necessitam estar coerentes com o que se pretende analisar, no caso, os troços do sujeito falante que se manifestam na língua.

Por isso, como se analisa o sujeito discursivo maranhense, a enunciação concreta é levada em conta, observando o que, ao enunciar, escapa ao falante: o equívoco. Já que se parte do descentramento do sujeito, a metodologia de trabalho em AD não pode se afastar do pressuposto da heterogeneidade constitutiva do discurso e do sujeito (AUTHIER-REVUZ, 2004), pois aí se abre para a “impossibilidade de dizer toda a verdade” (LACAN, 2008c, p. 101). Daí que uma metodologia de análise do discurso não se pretende toda ou completa, mas procura seu *modus operandi* na intersecção, na cisão, entre o ser e o Outro (LACAN, 2008b; PÊCHEUX, 1997c).

O discurso, em sua faceta de análise, remonta às buscas, idas e vindas, fugas e curvas, da interpretação. Para Pêcheux (1997c), não se analisa um sujeito que sabe e controla o que diz, mas, ao contrário, são os lapsos (o que escapa ao falante) o material de análise. No mesmo sentido, Lacan (2008b, p. 207) sustenta que a interpretação visa “a reduzir o significante a não senso, para que possa reencontrar os determinantes de toda a conduta do sujeito”. Quer dizer, no processo de análise, almeja-se interpretar os significantes naquilo que se apresenta como equívoco – as formações do inconsciente.

Assim, o propósito deste trabalho é a análise do discurso maranhense em uma escola municipal de Goiânia, por meio de uma metodologia que não se pretende fechada ou totalizante. Não há o intuito de uma suposta integração do sujeito falante ao contexto; não se

²⁸ Em *O seminário*, livro 23, proferido entre 1975 e 1976, na França, Lacan (2007, p. 141) prefere o termo *diz-mensão* a dimensão. O autor argumenta que “essa maneira de escrever tem uma vantagem: permite prolongar *mensão* [mention] em *mentira* [mensonge], indicando que o dito não é de modo algum forçosamente verdadeiro”. Assim, *diz-mensão* remete ao não todo da língua, o equívoco.

trata, no caso deste trabalho, de integrar o sujeito ao ideal de quem consegue evitar o equívoco. Ao contrário, o sujeito ao falar denuncia uma barra, o que o separa de uma suposta intencionalidade/controlado, instaurando a própria *diz-mensão*, o equívoco ou *semi-dizer*.

Quando se diz “interpretação”, é preciso fincar a bandeira do *semi-dizer*, ou seja, o dizer não todo. Não se acredita, em AD, que haja a verdade plena, absoluta, de modo que interpretar não seja devolver a única verdade a um determinado “fato”. Aliás, Pêcheux (1997b), parafraseando o filósofo Nietzsche, afirma que o próprio fato já é uma interpretação do que teria ocorrido. A verdade, quando se pensa no entrecruzamento da AD com a Psicanálise, é sempre meia, não totalizante: a interpretação é um modo de analisar a meia verdade. Por isso, a análise se dá justamente onde há falha, onde o escape do falante soa aos ouvidos do analista – é aí que reside o fazer analítico.

Neste capítulo, é apresentada/problematizada a metodologia, bem como a análise dos enunciados coletados na pesquisa campo. O foco está voltado à interpretação dos lapsos, das repetições de palavras e/ou expressões, das hesitações, dos efeitos do humor etc., ou seja, tudo aquilo que denuncia o caráter intangível do discurso e do sujeito.

No entanto, cabe ainda ressaltar que a interpretação das falhas não é totalmente livre, não se diz tudo, de qualquer modo, assim como não se interpreta tudo de qualquer maneira: “ela [a interpretação] só designa uma única série de significantes” (LACAN, 2008b, p. 204). É diante dessa série de significantes que o sujeito se manifesta, ocupando os lugares no discurso, entre o Outro e o ser, mediado pelo significante. Na mesma direção, Pêcheux (1997b) afirma que a liberdade interpretativa é uma questão ética e de responsabilidade do analista. Segundo o fundador da AD, uma análise totalmente livre seria antes uma análise sem responsabilidade com o outro – o que não se pretende fazer aqui. Pretende-se antes, neste trabalho, interpretar na posição de *semi-dizer*, *semi-verdade*, *diz-mensão*, *equívoco*, de modo que a atuação do analista lide com a inconsistência do ser e do Outro.

2.1 Ressalvas sobre a pesquisa qualitativa e o estudo de caso

A preocupação maior deste trabalho não está no número de dados levantados, mas na interpretação atribuída a eles, o que confere a esta pesquisa um caráter *qualitativo* (não sem ressalvas). Conforme Esteban (2010), a característica fundamental da pesquisa qualitativa não é voltar-se para o estudo do indivíduo isoladamente, mas ter, predominantemente, atenção ao contexto. Assim, ainda segundo o autor, a pesquisa qualitativa aborda o outro de maneira *global* ou *holística*.

Todavia, é relevante fazer valer as ressalvas quanto ao caráter global ou holístico da pesquisa qualitativa, principalmente a partir dos achados psicanalíticos. Isso porque, ao se referir ao outro como global ou holístico, apaga-se a marca constitutiva do sujeito, a cisão. Ou seja, a marca do sujeito (o descentramento entre o ser e o Outro) fica em segundo plano quando se busca uma integração plena entre o sujeito e o contexto. A concepção lacaniana, no entanto, está repleta de passagens que vão à contramão da simetria sujeito e meio: o sujeito é barrado, o que quer dizer que não há equivalência entre o ser e o Outro – há sempre restos, há heterogeneidade.

Assim, tomar o significante “qualitativo” não é abraçar toda a cadeia de significantes listada por Esteban (2010) – holístico, global, pleno. Se o trabalho pode ser definido como qualitativo é devido ao caráter interpretativo – não há a preocupação em quantificar os enunciados para validar as análises. Ressalta-se uma vez mais que a interpretação não deve incidir sobre uma suposta e ideal interação entre sujeitos plenos (sujeitos sem falhas), mas na marca da constituição do sujeito: a cisão – por isso uma interpretação do equívoco.

Não se deve também pensar o participante da pesquisa como um conjunto fechado ou homogêneo; ao contrário, o participante nutre a marca da linguagem, a divisão. Tanto o pesquisador quanto o participante da pesquisa estão imersos no campo do desejo, atravessados pelo Outro discurso, de modo que não seja prudente tratar cada participante como um conjunto pleno, circunscrito em um contexto fechado. Ao contrário, tanto para a psicanálise quanto para a AD, o sujeito descentrado encontra-se no limiar dos discursos, imerso em uma rede discursiva (liame social; interdiscurso) sobre a qual não há nenhum modo de controle total: há real, a impossibilidade de dizer/controlar tudo.

Nesta pesquisa qualitativa orientada pela psicanálise e pela AD, torna-se fundamental o olhar acurado do pesquisador aos tropeços, às falhas. Dessa maneira, para a captação dos enunciados, utilizou-se a associação livre (os participantes são convidados a falar o que quiserem). A partir da livre associação, pretende-se que “[...] as pessoas estudadas falem por si mesmas; deseja aproximar-se de sua experiência particular, dos significados e da visão de mundo que possuem [...]” (ESTEBAN, 2010, p. 129). Assim, o método psicanalítico da livre fala possibilita que cada um possa explorar o discurso, equivocando-se, rememorando, de maneira que a análise do equívoco seja possível.

Destaca-se ainda a impossibilidade de captar integralmente a realidade (a própria realidade é efeito de discurso). Lacan (2008c, p. 60) afirma que, no lugar do termo “cultura”, “no fim das contas, há apenas isto, o liame social”. No ensino lacaniano, o liame social é designado também por outro termo, o *discurso*. Isso porque, no lugar de estudar o contexto social enquanto instância autônoma, para a psicanálise o que se nota é o discurso: a cultura ou

o contexto é um efeito de discurso, um efeito daquilo que o sujeito falante cria de si e do Outro, para si e para o Outro.

Por isso, este trabalho não é um estudo de contexto, de cultura, mas um estudo dos efeitos do significante, um estudo do discurso. Ressalta-se ainda que, além de configurar-se como uma pesquisa qualitativa de orientação psicanalítica/discursiva, este trabalho constitui-se, aos moldes da nomenclatura tradicional, como um *estudo de caso* (novamente há ressalvas). Lüdke e André (1986, p. 21) assinalam o que distingue o estudo de caso qualitativo de outros estudos. Para elas, “a preocupação central ao desenvolver esse tipo de pesquisa [estudo de caso] é a compreensão de uma instância singular”. Desse modo, nesta pesquisa os enunciados dos participantes são tomados como únicos, singulares, não generalizáveis, deixando de ser um estudo “típico” dos maranhenses, mas um estudo de um caso específico, os sujeitos maranhenses do período noturno de uma Escola Municipal de Goiânia.

Segundo Yin (2005), os tipos de perguntas mais adequados ao estudo de caso são “como” e “por que”. Nessa direção, as perguntas que orientam esta pesquisa podem ser resumidas da seguinte maneira: *como ocorrem as falhas no processo de identificação dos sujeitos maranhenses da escola estudada? Por que há falhas/equívocos na enunciação dos participantes da pesquisa?* Assim, ao buscar os enunciados concretos dos jovens maranhenses, os aspectos da realização (enunciação) – em especial, as falhas – serão tomados como elemento crucial para a análise.

Novamente é preciso questionar a noção tradicional de estudo de caso. Isso porque, ao partir do pressuposto de uma compreensão plena de uma singularidade, há o perigo de desejar abarcar a totalidade – o que é impossível. Assim como é relevante afirmar que o estudo de caso, conforme Lüdke e André (1986), não pretende cair na armadilha dos estudos típicos, também cumpre ressaltar que a compreensão total do caso é da ordem do impossível. Caso seguisse a noção tradicional de estudo de caso, haveria a armadilha de tentar abarcar o caso completamente, deixando os furos da análise para outro lugar. No entanto, de acordo com a orientação psicanalítica, os furos estão sempre presentes – trata-se da marca da entrada do sujeito na linguagem, a cisão. Por isso, afirmar que o estudo de caso é um estudo da *instância singular* não basta. É preciso, antes, deixar claro de que singularidade se pretende discursivizar, assim como se torna necessário destacar que não é um estudo definitivo (total) do caso em estudo: os furos permanecerão. Neste trabalho, trata-se do estudo do sujeito: a análise do significante que, para outro significante, representa o sujeito (LACAN, 2008b).

Partindo do pressuposto da divisão do sujeito e da inconsistência do Outro, é possível afirmar que, mesmo em uma análise acurada, há sempre algo mais a se dizer. Desse modo, outros sujeitos pesquisadores podem sustentar novos vieses justamente porque é impossível

cercar todo o objeto – o objeto discurso é mesmo intangível (GADET; PÊCHEUX; 2004). Enfim, já que o sujeito é dividido pelo discurso do inconsciente (o Outro discurso), jamais será possível uma compreensão absoluta dos fenômenos; trata-se de uma perspectiva interpretativa: a interpretação da *meia verdade*.

2.1.1 Das etapas da pesquisa: o contexto, os participantes e a coleta de dados

O local da realização da pesquisa é uma Escola Municipal de Goiânia, Goiás. Nesse espaço educacional, há vários estudantes oriundos do Nordeste, em especial, do Maranhão. Mais especificamente, os participantes da pesquisa são oriundos do Maranhão, estudantes do período noturno (Educação de Jovens e Adultos – EJA), que possuem entre dezesseis e trinta e nove anos, e vieram a Goiânia em busca de melhores condições de vida. Como forma de escuta, formou-se um grupo de dez voluntários, sendo nove garotos de até vinte anos e apenas uma mulher, de trinta e nove anos.

É importante ressaltar que todos os participantes são estudantes da escola, exceto uma funcionária da limpeza da unidade escolar, que, por ser maranhense, também se prontificou a participar – essa participante é denominada **(a)**.²⁹ Sendo assim, a pesquisa viu-se bem mais rica, já que não havia nenhuma mulher maranhense estudando na escola – duas jovens tinham se matriculado no ano de 2014, mas evadiram no curso do ano: uma devido à gravidez, outra por proibição do marido. Dessa maneira, acrescentar a funcionária da escola como membro da pesquisa trouxe algumas questões: quais os efeitos da participação de **(a)** no grupo? Por ser funcionária, haveria alguma distinção entre ela e os demais? Ainda, a questão da idade faria avançar ou recuar a livre associação dos estudantes? Ainda assim, o desafio foi levado adiante. Destaca-se também a condição do pesquisador: de naturalidade mineira e tendo morado cinco anos no nordeste, na Bahia, ele pôde estabelecer vínculos bastante profícuos com a população imigrante.

Três etapas foram fundamentais à execução do projeto: a primeira consistiu em uma pesquisa bibliográfica em busca de questões relacionadas ao sujeito (a linguagem e a alteridade). Assim, a pesquisa acerca do sujeito se fundamentou em dois autores: Pêcheux (1997a; 1997b; 1997c; 2004; 2014) e Lacan (1992; 1998; 1999; 2008a; 2008b; 2008c).³⁰ Esses autores foram relevantes porque a ideia central era buscar elementos teóricos para a análise do sujeito discursivo, de modo que as falhas estivessem como principal elemento de

²⁹ Além da participante **(a)**, os demais participantes são denominados **(b)**, **(c)**, **(d)**, **(e)**, **(f)** etc. As letras minúsculas, os parênteses e o negrito indicam os participantes da pesquisa, sendo a primeira letra a referência à mulher e às demais aos jovens imigrantes.

³⁰ Nesta primeira etapa, o primeiro capítulo foi redigido, de modo a discutir sobre os pressupostos da AD e os atravessamentos da Psicanálise.

análise. Além disso, a fortuna crítica da AD foi levada em conta, rumo à contextualização dos autores e suas hipóteses para o processo de subjetivação. Assim, diante da pesquisa sobre o conceito de sujeito é que foi possível analisar o *corpus*.

A segunda etapa visou a coletar os enunciados dos participantes maranhenses. Para tal, empregou-se a *entrevista em grupo*, através do método da livre associação, de modo que os participantes fossem convidados a dizer o que desejassem – mesmo as falas que pudessem ser consideradas irrelevantes foram incentivadas durante a execução da pesquisa. Como técnica, as entrevistas em grupo “[...] podem coletar informações sobre as necessidades, desejos, temores, visão de mundo” dos participantes (LANKSHEAR; KNOBEL, 2008, p. 41), de modo que, ao analista do discurso, caiba a análise do tropeço da linguagem, ou seja, a análise de quando (na enunciação) o Outro discurso diz o sujeito.

Assim, os participantes foram convidados a contar sobre a chegada em Goiás, os temores, as situações diversas (e tudo aquilo que lhes viesse à mente). Essas discussões levantadas pelos estudantes formaram o *corpus* (discursivo) para a análise. Para a captação dos dados, a sala de aula foi filmada com uma câmera digital. Nessa direção, Moreira e Caleffe (2008, p. 200) sustentam que “a grande vantagem desse meio eletrônico é que o pesquisador não precisa se preocupar em registrar as observações *in loco*”. Assim, mediante a entrevista em grupo, o pesquisador buscou levantar as falas espontâneas dos participantes sobre temas diversos.

A pesquisa em campo iniciou-se na primeira metade de 2015, tendo duração de quatro meses. Entretanto, devido à greve ocorrida durante a realização da pesquisa, muitos encontros foram cancelados. Ao todo, são oito horas gravadas, sendo que é preciso ressaltar os problemas de captação de áudio e vídeo, de modo que muitos encontros não tenham conservados os registros para a análise. Os encontros ocorreram uma vez por semana, às quartas feiras, com a duração média de uma aula, ou seja, 45 minutos. A pesquisa foi executada nas dependências da escola pesquisada, no período noturno. Mais especificamente, foi usado o laboratório de informática, onde há o material necessário para a pesquisa: mesas, cadeiras e o ambiente silencioso, conforme já havia sido acordado com a direção escolar.

Os participantes da pesquisa foram acompanhados semanalmente pelo pesquisador e a participação foi totalmente voluntária. Assim, justamente pelo fato de que cada participante pôde falar livremente sobre a própria história e ouvir diferentes outras, é que o trabalho se mostrou fecundo, de acordo com os próprios participantes.

A terceira etapa do trabalho consiste na análise dos dados gerados. Trata-se aí de buscar uma interpretação possível às falhas: os equívocos. Ou seja, busca-se a análise das hesitações, as repetições, o humor, os lapsos, os atos falhos etc., de modo a tomar a premissa

lacaniana com rigor: “penso onde não sou, logo sou onde não penso” (LACAN, 1998, p. 521). Assim, o material de análise se concentra nos equívocos surgidos no ato mesmo de enunciar (enunciação), de modo a notar o ser onde não se pensa, ou seja, o inconsciente. Desse modo, a análise incide como uma interpretação dos equívocos, uma interpretação do sujeito de discurso, o sujeito descentrado.

2.2 Hesitação e repetição

Inicialmente o trabalho centra-se na análise do discurso feminino, de modo que, logo após, haja a análise do discurso dos jovens imigrantes. Isso ocorre com o objetivo de notar os efeitos discursivos de ambos os posicionamentos. No primeiro momento, são analisadas as *hesitações* e as *repetições* de palavras nos enunciados da participante, de maneira a interrogar como essas ocorrências podem interferir na construção dos sentidos. No segundo momento, há a análise do discurso dos jovens imigrantes, buscando as marcas do descentramento do sujeito, quer dizer, quando, na enunciação, os sentidos mostram-se enquanto efeito de significante. Por fim, há a confrontação de ambos os discursos, a saber: o discurso feminino e o discurso da juventude.

Justifica-se a razão pela qual se buscou analisar o discurso feminino e, em seguida, o discurso dos jovens: há, entre um e outro, uma série de posições que podem ser confrontadas. No discurso feminino, por exemplo, há algo que chama a atenção: embora a participante se coloque como bastante adaptada ao novo lugar, Goiás, ainda assim, uma série de equivocações questiona essa premissa. Além disso, nesses enunciados há a marca da contradição, de modo que, aos moldes barrocos, haja a notícia do inconsciente. Assim, as hesitações e repetições podem dar notícias da cisão do sujeito: uma pista para a análise do equívoco. De outro modo, no discurso dos jovens há críticas fortíssimas à condição goiana, feitas através de recursos relacionados ao “humor”. No entanto, mais que dois blocos autônomos, os posicionamentos da funcionária e dos jovens imiscuem-se profundamente, de modo a denunciar os restos, a heterogeneidade, o que sobra de um e de outro – daí uma análise possível.

No discurso feminino, a participante se apresenta como quem teria se deslocado de Grajaú, no Estado do Maranhão, para Goiás, em busca de melhores condições de vida. Aos trinta e nove anos, ela, que teria chegado a Goiás aos onze, já não demonstra intenção em retornar à terra natal. Entretanto, há aí uma série de tropeços (hesitação e repetição de palavras e/ou expressões) que denuncia a natureza cindida do sujeito. Trata-se, então, da marca, no discurso, da heterogeneidade constitutiva: a presença do Outro discurso, o

inconsciente (AUTHIER-REVUZ, 2004; LACAN, 1998). De outra forma, os jovens imigrantes denunciam a não identificação ao solo goiano, desejosos de retornar à terra natal. Há também, no discurso da juventude imigrante, tropeços que denunciam a impossibilidade de uma completude.

Nessa direção, tanto o eu quanto o Outro estão em evidência no percurso de análise, já que a constituição do sujeito se encontra no nó entre o eu/Outro: lá onde a língua encontra o real, a *alíngua*. Conforme Lacan (2008b), o sujeito não se encontra nem exatamente no ser, nem plenamente no Outro: a constituição imaginária do eu (o campo do outro) e a inscrição no registro do simbólico (o campo do *Outro*) estão em análise como marca do descentramento do sujeito.

No entanto, antes de adentrar o terreno fértil da análise propriamente dito, uma breve reflexão teórica sobre a afasia torna-se crucial rumo à compreensão de uma perspectiva discursiva acerca da dificuldade ou tropeço da fala.

2.2.1 Hesitação, um modo de afasia

Para a Psicanálise, passando também pelos linguistas do Círculo de Praga, a afasia é compreendida através da tônica radical da linguagem. Torna-se possível justificar que, para a Psicanálise, a afasia (as dificuldades em falar) é uma maneira de o sujeito se posicionar na arena discursiva, de modo que a manifestação dessas dificuldades denuncie algo a mais, algo ainda por dizer. Neste trabalho, as ocorrências de hesitação (um modo de afasia) são analisadas não como um adoecimento, mas como efeitos da cisão do sujeito: da hesitação, uma interpretação torna-se possível. Já que as hesitações funcionam como restos, como efeitos de discurso não previstos pelo falante, a análise da hesitação também se torna relevante para os estudos da AD, em especial a última etapa, a AD-3.

Desde Freud (2014b), em *Sobre a concepção das afasias*, obra de 1891, as afasias são compreendidas para além das concepções neurofisiológicas. Nesse texto, Freud dá encaminhamentos funcionais e discursivos aos distúrbios de fala (afasia). Quanto às dificuldades de fala, o fundador da Psicanálise indagava: quais as relações entre as lesões cerebrais e as afasias? Como se dava o processo de interrupção da fala? Tratava-se de uma causa orgânico-fisiológica? Uma determinada lesão, em uma área específica do cérebro, prejudicava do mesmo modo pessoas diferentes?

Freud (2014b) parte dos estudos *localizacionistas* para fazer a contraposição. A crença dos autores da época, em especial Broca, Wernicke e Lichtheim, era a de que uma determinada lesão no cérebro (principalmente, no córtex) fosse capaz de causar uma mesma

forma de afasia em pessoas diferentes. Assim, independentemente do sujeito e do outro, acreditava-se que uma lesão cerebral, em um local específico, faria surgir um mesmo distúrbio de linguagem. Toda questão de linguagem, na visão localizacionista, não passava de desarranjos neurofisiológicos: de modo comum a todos, a afasia ocorreria de acordo com a função cerebral afetada.

O fundador da Psicanálise não se contentou com a tese localizacionista. Isso porque, nesse viés, o sujeito era compreendido de modo passivo, ou seja, as experiências individuais não eram levadas em conta na confecção da afasia. Nesse sentido, Freud (2014b, p. 121) questiona: como dar “uma explicação para o fato de lesões com a mesma localização (apenas no córtex cerebral) gerarem quadros clínicos tão diferentes?”. Essa inquietação advinha das pesquisas que ressaltavam efeitos diferentes em pessoas diferentes, mesmo diante de lesões localizadas na mesma área cerebral. Cada um, à sua maneira, manifestava um modo diferente de afasia. Tal situação fazia cair por terra a ideia de que a lesão em uma área específica do cérebro afetaria igualmente os sujeitos.

Ainda, dando crédito a Charcot, Freud (2014b) afirma que, dependendo do modo como o sujeito havia se posicionado diante do outro, desde a tenra infância (se havia desenvolvido mais o visual ou o auditivo, por exemplo), uma mesma lesão poderia ter efeitos diferentes. Freud (2014b, p. 117) define e ratifica da seguinte maneira o posicionamento de Charcot:

Para a concepção de Charcot, não existe uma distinção generalizada de determinadas direções associativas. Todas as conexões entre os elementos da linguagem parecem ter inicialmente a mesma qualificação para exercer suas funções, e a prática individual ou a organização individual definem se esse ou aquele elemento da linguagem servirão como elemento de coesão, como nódulo para os outros. Por conseguinte, uma pessoa falará, escreverá ou lerá preponderantemente ou exclusivamente com ajuda de seus elementos de percepção cinestésicos, e outra, se utilizará, para os mesmos fins, dos elementos visuais etc.

Observa-se aí a consideração da singularidade: o modo como o sujeito se colocava perante o outro (visual, auditivo etc.) podia afetar diferentemente os sujeitos. É daí que, aos moldes de Charcot e Jackson, Freud (2014b) questiona as concepções localizacionistas e se aproxima das teses funcionalistas: as funções da linguagem não agiriam de modo idêntico em sujeitos diferentes, ao contrário, elas seriam modificadas, caso a caso, dependendo também das experiências vivenciadas.³¹

É também na obra de 1891 que o conceito de representação é trabalhado. Para Freud (2014b), a representação não era uma coisa determinada, nem mesmo um objeto. Não haveria

³¹ Tratando do arcabouço cerebral, o fundador da Psicanálise, em 1891, adere ao funcionalismo de Hughlings Jackson: “Quantidades diferentes de combinações nervosas em diferentes posições são destruídas com rapidez diferente em pessoas diferentes” (JACKSON, apud FREUD, 2014, p. 119). Observa-se que tanto Charcot quanto Jackson dão primazia à diferença, fugindo das padronizações dos sujeitos.

uma relação biunívoca entre a pura coisa e sua representação, assim como seria descabida a defesa de uma relação isomorfa entre o puro cerebral (localizacionismo) e a pura experiência (empirismo). Ao contrário, a representação denunciava a natureza mais complexa, de modo a aproximar-se de uma concepção de linguagem funcional.

Nesse sentido, a palavra enquanto representação complexa daria sustentação à inicial teoria discursiva: “para a psicologia, a unidade da função de linguagem é a ‘palavra’, uma representação complexa que se mostra composta por elementos acústicos, visuais e cinestésicos” (FREUD, 2014, p. 90). Há aí, então, a compreensão da palavra como unidade complexa da função da linguagem, de maneira que haja o afastamento das concepções neurofisiológicas – a palavra/representação toma acento principal na concepção freudiana sobre as afasias.

A Linguística de todo não exclui também as questões sobre a afasia. Jakobson (2007), linguista do Círculo de Praga, também se interessou pelo tema. Em *Linguística e comunicação*, obra de 1969, o autor sustenta que a temática da afasia já era bastante trabalhada em áreas distintas, entretanto faltava à Linguística uma tomada de posição diante do fenômeno: “a ciência da linguagem passa em silêncio como se as perturbações da fala não tivessem nada a ver com a linguagem” (JAKOBSON, 2007, p. 35). Assim, o linguista de Praga sustenta que a Linguística possui mecanismos próprios para lidar com a língua, o que não devia afastar o cientista da linguagem desses distúrbios da fala.

Jakobson (2007, p. 37) compreende que tanto a linguagem quanto as afasias possuem um duplo caráter: “falar implica a seleção de certas entidades linguísticas e sua combinação”. Sendo assim, os dois eixos da linguagem seriam a *seleção* e a *combinação*. Essa concepção pode ser encontrada também em Saussure, quando há a sustentação dos dois eixos: o paradigmático/seleção e o sintagmático/combinação. O primeiro eixo possui a função de escolha, entre as opções do código, as palavras a serem utilizadas; enquanto o segundo organiza sintaticamente as palavras na frase: ambos formam o duplo caráter da linguagem.

Assim como a linguagem possui o duplo caráter (seleção e combinação), as afasias também estariam inseridas nessa lógica: a Linguística traz os distúrbios de fala para a ordem da linguagem. Conforme Jakobson (2007), o duplo das afasias seria, por um lado, o *distúrbio da similaridade* e, por outro, o *distúrbio da contiguidade*. O primeiro afetaria a “seleção e substituição, enquanto a combinação e a contextura ficam relativamente estáveis”, já o segundo, “ao contrário, [prejudicaria a] combinação e contextura, com a retenção relativa das operações de seleção e substituição normais” (JAKOBSON, 2007, p. 42).

Como exemplo, Jakobson refere-se, nos distúrbios da similaridade, aos casos em que o falante não se recorda da palavra (nem de sinônimos) que indicaria o objeto. Ao invés de dizer

“isso é chamado lápis”, o falante diria: “para escrever, para desenhar”. No distúrbio da função da substituição (similaridade) não se encontra um sinônimo capaz de anunciar o objeto: “o afásico que sofre de distúrbio da função de substituição não completará o gesto observador – de indicação ou manipulação – com o nome do objeto indicado” (JAKOBSON, 2007, p. 45).

Já nos distúrbios de contiguidade, a palavra é o que se torna preservada, enquanto a função de contexto é, em graus, perdida. Por exemplo, o afásico por contiguidade pode simplesmente dizer “casa”, apagando as referências contextuais de “eu quero ir para a minha casa”. Nesse caso, uma única palavra pode substituir toda a organização da sentença: conectivos, dêixis e artigos não são preservados.

É importante salientar que, diante dos distúrbios de similaridade, a capacidade de contiguidade é preservada, e vice-versa: diante dos distúrbios de contiguidade, não se perde a capacidade de seleção. Ainda, por ser prejudicada a função sinonímica, “a metáfora é incompatível com o distúrbio de similaridade”, vice-versa, “a metonímia [é incompatível] com o distúrbio da contiguidade” (JAKOBSON, 2007, p.55). Ou seja, a metáfora se torna impossibilitada porque perde a capacidade de substituir as entidades linguísticas do código; enquanto a metonímia é dificultada, noutro distúrbio, já que apenas a seleção é mantida (não há referências contextuais). Enfim, na falta da similaridade, a contiguidade é usada, vice-versa. Como se vê também na Linguística Jakobsoniana, a afasia é compreendida como uma alteração das funções da linguagem: distúrbio na função metafórica ou na função metonímica.

Lacan (2008a), em *As psicoses*, livro 3, seminário proferido entre 1955 e 1956, na França, louva os achados de Jakobson e concorda com o linguista em relação aos dois modos de distúrbios da fala: a similaridade e a contiguidade. Para além da distinção dos dois modos de afasia (de seleção e de contexto), o psicanalista francês avança ao sustentar que o afásico não comunica o essencial – falta algo mais a dizer. Assim, o afásico deixa um resto, algo mais a dizer, o que gera os efeitos discursivos. Lacan (2008, p. 257) sustenta que:

O afásico [...] não pode comunicar o essencial. Daí um discurso aparentemente vazio, que, coisa curiosa, mesmo nos sujeitos mais experimentados, entre os neurólogos, provoca irresistivelmente sempre um riso embaraçado. Aí está um tipo que está se servindo de imensos blablablás extraordinariamente articulados, algumas vezes ricos em inflexões, mas que nunca pode chegar ao cerne do que ele tem que comunicar.

O afásico pelo viés psicanalítico é aquele sujeito que, no discurso, não comunica o essencial. Principalmente a partir da leitura lacaniana, as afasias não são compreendidas a partir da ótica neurológica, mas através da tônica radical da linguagem. Trata-se de uma questão discursiva: o afásico adentra o campo das voltas, as idas e vindas (os blablablás) que distanciam do que se deseja dizer. Assim, a fala afásica seriam os blablablás, os rodeios do

disco de modo a denunciar algo mais a se dizer: trata-se dos elementos recalcados. No entanto, o discurso afásico não deveria, no ensino lacaniano, ser desconsiderado. Ao contrário, Lacan (1998, p. 253), no texto *Função e campo da fala e da linguagem*, afirma que a afasia só é mesmo totalmente vazia quando se enfatiza a aparência: “ainda que esse discurso, com efeito, pareça meio vazio, isso só acontece quando se o toma por seu valor aparente”. Por isso, o analista do discurso deve se colocar à escuta dos blablablás, já que, mesmo diante da aparência vazia, há restos, *hetero*, efeitos discursivos, algo mais a dizer ou interpretar.

Afastando-se da perspectiva dos neurólogos, a perspectiva lacaniana não compreende a afasia enquanto uma característica exclusiva de um adoecimento/lesão cerebral; ao contrário, as afasias podem comparecer em qualquer sujeito. No discurso, a afasia pode se manifestar através do deslize incessante dos significantes, sem que os pontos de basta – as amarrações do discurso – possam ser feitos. As afasias, então, são um modo de rodear o alvo: trata-se da dificuldade de dizer o essencial – há um dizer a mais!

Em alguma medida, em todos os sujeitos pode se desenvolver a afasia enquanto um sintoma. Nesse sentido, Lacan (2008a) cria a expressão *impotência verbal localizada*; trata-se da incapacidade momentânea de dizer o que se deseja.³² A afasia, mesmo que momentânea, denuncia uma impotência para com o desejo: trata-se de um modo do sujeito se colocar diante do Outro discurso: um modo de titubear diante do saber inconsciente.

É diante disso que, para Lacan (2008a, p. 261), a fala do afásico é “extraordinariamente viva e rápida, desembaraçada na aparência, até um certo ponto ao menos”. Ou seja, o afásico não seria alguém que a todo o momento estaria manifestando a dificuldade na fala. Ao contrário, o afásico pode falar, e falar brilhantemente, sem manifestar a afasia, mas, em algum momento, por algum afeto, a dificuldade de fala pode comparecer: trata-se, então, da manifestação do sintoma, uma impotência verbal localizada em determinados afetos.

Uma vez mais, há a justificativa de compreender a afasia e, conseqüentemente, a hesitação como uma questão discursiva. É por isso que, na análise a seguir, busca-se uma interpretação da dificuldade de fala. A hesitação – como um modo de afasia – requer uma interpretação. Quer dizer, o não saber da hesitação pode denunciar ainda mais a impossibilidade de dizer tudo – a barra constitutiva do sujeito. Assim, a hesitação pode ser

³² Na concepção lacaniana, o termo *localizado* faz referência às teses localizacionistas (a lesão em uma determinada localização cerebral afetaria igualmente os sujeitos). Entretanto, Lacan (2008a) subverte a tese localizacionista ao fazer menção à impotência verbal momentânea. Ou seja, todos, em algum momento da vida, podem desenvolver uma determinada impotência verbal, seja ela passageira ou não. Assim, o ensino lacaniano enfatiza a posição do sujeito diante do Outro (posição discursiva), e não o discurso neurofisiológico do adoecimento.

compreendida como um modo de afasia (como impotência verbal localizada), um modo de, na enunciação, comparecerem as marcas do sujeito.

2.2.2 Uma imigrante no discurso

A seguir, os dados e a análise. Para tal, foi selecionado um fragmento do discurso: propositalmente, escolheu-se o início da fala da participante (**a**) – de quando a hesitação e a repetição fizeram-se presente. A escolha desta parte se deu porque a hesitação compareceu repetidamente no início da livre associação, tornando-se uma peça chave para a compreensão da recusa do essencial. A participante, repleta de palavras tolhidas, põe-se a falar antes mesmo de ser autorizada, antes que houvesse o início da filmagem. Ela tinha algo a dizer, mas o essencial insistia em escapar como água às mãos.

Tomando as hesitações como um modo de afasia, algumas perguntas fizeram-se pertinentes: como as hesitações denunciam o dizer a mais? Ainda, como o essencial pode ser resgatado? Entende-se, então, que a interpretação dos efeitos de sentido gerados pela hesitação pode ser uma chave para a compreensão das identificações do sujeito.

A seguir, os enunciados:

Pesquisador: Ok, pessoal, então, conforme conversamos já está gravando. E agora é não ficar intimidado com essa câmera, ela vai estar ali, mas é como se ela não estivesse. Aliás, há até a dificuldade de pegar o rosto de cada um, está pegando mais um total, a imagem geral de todos nós. Então, fique à vontade para dizer o que ia dizendo.

Participante (a): Eu vim para cá há mais de trinta anos. Cheguei aqui, eu saí diretamente de uma cida... (**hesitação**) não foi nem de uma cidade, eu vim de uma roça. Menina pequena, com onze anos, cheguei aqui e fui morar com minha tia, foi aqui que aprendi muita coisa, sabe, e a minha relação, que eu tenho a falar, é uma **relação muito boa**. Conquistei meu espaço. Depois de muito tempo meu **sotaque mudou**. **O nordestino é discriminado? Muitas vezes, sim. Às vezes, você retruca, às vezes, não.**

Pesquisador: Como é ser discriminado?

Participante (a): Assim, às vezes ela **fala** não (**hesitação**), ela **fala** isso, ela **fala** “tu”. Ela **fala**, você sabe! Principalmente quando eu estudava. Eu fiz até o terceiro ano. Aí **falava** assim, **fala** de novo, **fala** “tu”. Eu **falava** “tu”. Por que você **fala** “tu”? Que (**hesitação**) eu aprendi assim, lá **fala** assim, claro que depois de muito tempo meu **sotaque mudou**, né, porque são quase quarenta anos. Mas eu tenho uma **relação muito boa**, onde tive muita oportunidade, tenho uma filha, minha filha é formada, sabe, e se eu morasse lá eu não teria essas oportunidades. Com certeza, então pra mim aqui, eu tenho uma **relação maravilhosa**, sou, já **me sinto até goiana**, porque sou

torcedora do Goiás (risos) e sou Corinthiana também. E queria dizer que pra mim é **muito bom**.

Pesquisador: Você trabalha nessa escola há quantos anos?

Participante (a): Vou fazer vinte e um anos. E minha **relação sempre foi boa** com os **goianos**, não só com os **goianos**, mas com todos os que vem, nordestino, nortista, sabe, **goiano**, minha **relação é muito boa**.

Como inicialmente o interesse das análises está voltado para as ocorrências de hesitação, vale a pena registrá-las separadamente:

i) “Eu vim para cá há mais de trinta anos. Cheguei aqui, eu saí diretamente de uma cida... (**hesitação**), não foi nem de uma cidade, eu vim de uma roça.”

ii) O nordestino é discriminado? Muitas vezes, sim. **Às vezes você retruca, às vezes, não.**

iii) “Assim, às vezes ela fala não... (**hesitação**), ela fala isso, ela fala “tu”. Ela fala, você sabe! Principalmente quando eu estudava.”

iv) “Eu falava “tu”. Por que você fala “tu”? Que... (**hesitação**) eu aprendi assim, lá fala assim. Claro que depois de muito tempo meu sotaque mudou, né, porque são quase quarenta anos.”

A primeira hesitação ocorre diante da lembrança do tempo vivido no Maranhão. Diante da própria história, a participante equivoca-se ao rememorar de onde havia saído. Ela dizia que saíra diretamente de uma “cidade”, mas a hesitação torna possível apagar o significante “cidade”, comparecendo outro, o significante “roça”. É possível afirmar que a dificuldade de dizer encontra-se principalmente no afeto recalcado: a participante, como em um lapso, diz “cidade” como forma de se esquecer da própria história (uma maneira de não dizer o essencial).

O equívoco não deixa apagada a história do sujeito. A história do sujeito é marcada pelos efeitos, os restos: o real. Há, na troca de significantes, uma mudança valorativa, de modo que “roça” consiga ressaltar as dificuldades financeiras e as poucas oportunidades vivenciadas no Maranhão, encobrendo qualquer ilusão advinda de uma suposta “cidade/paraíso”. Nesse sentido, a cisão do sujeito comparece na troca de significante (no lapso, no equívoco), de modo a possibilitar Outro discurso.

Noutra passagem, “às vezes sim, às vezes não”, nota-se a dificuldade de falar sobre como lidar com a discriminação ao nordestino em Goiás. A hesitação de “às vezes” e “sim/não” permite que o essencial novamente não seja dito: o essencial do preconceito ao nordestino ocorre como uma impossibilidade de ação. Já que não se sabe como agir diante do real (o não simbolizado) da discriminação, a hesitação manifesta-se. É possível uma reação diante do intolerável, do preconceito? A participante (a) hesita.

É importante ressaltar que é a própria participante quem se pergunta sobre a discriminação, não o pesquisador, e é também ela mesma que se coloca na posição de não saber se deve retrucar ou não. Trata-se de uma dificuldade não meramente individual, mas uma representação do preconceito sofrido pelos nordestinos em Goiás (coletivamente). Diante da própria inquietação, o essencial mais uma vez escapa: não se sabe se deve ou não haver uma reação, nem mesmo como reagir.

Depois da oscilação (“sim”, “não”, “às vezes”), a participante, na terceira ocorrência de hesitação, reproduz a fala daqueles que supostamente zombavam dela: “Assim, às vezes ela fala ‘não’... (**hesitação**), ela fala ‘isso’, ela fala ‘tu’”. É através do discurso direto que ela introduz a fala do outro, a suposta fala goiana. No entanto, a reprodução do dito não ocorre sem equívoco: há o tropeço, quando se principia uma gagueira, lembrando-se de que fora zombada pela maneira nordestina de falar.

É relevante destacar uma vez mais o recurso usado: o discurso direto. Esse recurso faz o sujeito tornar-se explicitamente “porta-voz” do outro, de modo a exemplificar a heterogeneidade discursiva mostrada. Como afirma Authier-Revuz (2004, p. 12), “no discurso direto são as próprias palavras do outro que ocupam o tempo – ou o espaço – claramente recortado da citação na frase; o locutor se apresenta como simples ‘porta-voz’”. Questiona-se: quais os efeitos de se usar a fala direta nesse momento? O discurso direto, nesse caso, seria um modo de não dizer o essencial/hesitar? Mais, o discurso mostrado marcaria a distância da participante para com os supostos preconceituosos?

É possível defender que a participante, ao se colocar como “porta-voz” do outro, marca a diferença imaginária entre os nordestinos e os goianos ofensores: não é a participante quem fala, mas uma suposta e diferente voz goiana.³³ Mais que uma distância entre as duas vozes (goiana e maranhense), o discurso direto, nesse caso, anuncia um não saber: não se sabe exatamente como lidar com o intolerável do preconceito – por isso a voz destacada, mostrada, não é assimilada ao discurso maranhense. Assim, a voz goiana da discriminação comparece

³³ Caso o recurso fosse o discurso indireto (ou o indireto livre), haveria outras implicações. No discurso indireto ou indireto livre, a voz do outro se vê mais próxima de quem fala: suaviza-se o efeito mostrado da outra voz. Ao contrário, o discurso direto marca um distanciamento entre as duas vozes: o eu como o “porta-voz” do outro.

intacta, maciça, como voz do outro, já que a participante não pode integrar a voz do ofensor à própria voz.

Desse modo, o discurso mostrado está em consonância com as hesitações anteriores. Ligando-se à pergunta anterior (o nordestino é discriminado?), a participante hesita, não sabe como agir, assim como ocorre ao se tornar “porta-voz” do outro. A impossibilidade de marcar como suas as palavras da discriminação contribui discursivamente para que haja a exposição do outro: o imaginário do outro goiano responsável pelo preconceito não se dissolve na voz da participante. Assim, o discurso direto acena para algo além da marcação de outra voz: diante do não simbolizado, o real, o recurso direto é usado. Em síntese: a voz goiana permanece intacta como forma de marcar a diferença imaginária entre o nordestino em Goiás e a suposta voz ofensora goiana.

É relevante ressaltar que, para a AD, em todo discurso há o atravessamento de outros discursos: o interdiscurso como marca do Outro. Convergindo com Lacan e Bakhtin, Authier-Revuz (2004) assinala que a heterogeneidade constitutiva é a marca da alteridade presente no fio discursivo – não há discurso ausente de outras vozes! Por um lado, a fala goiana (“ela fala ‘isso’, ela fala ‘tu’”) exemplifica a heterogeneidade mostrada; por outro, a substituição do significante “cidade” por “roça” denuncia a heterogeneidade constitutiva do discurso: trata-se de Outra voz constitutiva do sujeito. A Outra voz diz o sujeito – não é cidade, é roça!

A heterogeneidade mostrada denuncia a voz do outro (uma voz supostamente atribuída a alguém imaginário, no caso, os ofensores goianos). De outro modo, a hesitação marca a voz do Outro, uma voz que atravessa o sujeito e o constitui inconscientemente: trata-se de uma voz impessoal, que não é atribuída a outro/imaginário, mas ao próprio sujeito – aí, pois, a marca da heterogeneidade constitutiva, a cisão do sujeito. Assim como há a tentativa de reproduzir mais fielmente a voz do outro, há, ao contrário, a impossibilidade de controle do discurso do inconsciente, quando a hesitação comparece. O Outro discurso, discurso do inconsciente, escapa de todo e qualquer controle do falante, denunciando algo além do que se sabe. Para a AD, não há discurso sem sujeito, assim como, para a Psicanálise, não há sujeito sem a cisão operada pela linguagem. No caso em análise, a manifestação da cisão se encontra no titubear, a hesitação ou afasia, de modo a intrometer, no discurso, outra voz, o inconsciente.

Avançando: em “às vezes ela fala ‘não’ (hesitação), ela fala ‘isso’, ela fala ‘tu’”, o “não” marca o contrastante entre o discurso da participante e a suposta voz goiana. O fato de ela falar já anuncia um “não” – esse “não” maranhense barra o desejo de silenciamento imposto ao estrangeiro em Goiás. Afinal, quem diz “não” demarca uma posição diante do

outro; dizer “não” pode ser compreendido como uma maneira de se separar de uma determinada posição, delimitar um ponto de vista, adentrar a uma nova formação discursiva.

Pêcheux (1997, p. 171), em diálogo com Althusser e Lacan, afirma que “a marca do inconsciente como ‘discurso do Outro’ designa no sujeito a presença eficaz do ‘Sujeito’, que faz com que todo sujeito ‘funcione’, isto é, tome posição, [...] tome iniciativas pelas quais se torna responsável”. O Sujeito, com “S” maiúsculo, seria, para a AD, a representação da ideologia na vida do sujeito – trata-se da interpelação do indivíduo em sujeito através do Sujeito/Ideologia. Por exemplo, a figura mítica de Deus, o todo poderoso, funcionaria como o Sujeito a interpelar o sujeito das religiões cristãs. A relação pecheutiana é a seguinte: assim como não há o sujeito sem a ideologia, também não pode haver o outro sem o Outro – o sujeito sem o Sujeito. Afinal, o Outro é o que determina o sujeito; trata-se, pois, do discurso do inconsciente: o Outro diz “roça” em vez de possíveis ilusões causadas pelo significante “cidade”.

Nos dados em análise, sustenta-se que o incômodo da suposta voz goiana está no fato de a participante não se assemelhar ao Sujeito, o projeto ideológico da maranhense em Goiás – a participante não compactua com a ideia de que deveria deslocar do Estado natal apenas para o trabalho em Goiás, por isso ela fala, ela fala “não”, ela fala “tu”. Assim, a falta de resposta às expectativas da voz goiana (que busca o Sujeito maranhense em Goiás, sujeito de trabalho), faz com que haja o susto, a manifestação da diferença: “ela fala ‘não’, ela fala ‘tu’, ela fala ‘isso’”. A participante da pesquisa é, portanto, objetivada como alguém que “não” está autorizada a opinar, debater, em solo goiano.

Em “ela fala ‘isso’, ela fala ‘tu’” se destaca a preocupação com o ato de enunciar. É possível notar que não se trata somente do preconceito linguístico em torno do pronome “tu”. Embora a marca sociolinguística “tu” possa remeter à memória discursiva relacionada às dificuldades financeiras e aos preconceitos sociais, como advoga Bagno (2012), a questão central aqui diz principalmente respeito ao que deve e pode ser dito em uma FD. O “isso” é posto lado a lado com o “tu”, de modo que o controle discursivo seja imposto a tudo o que é dito por esse sujeito não autorizado a dizer: não é somente o “tu” que é interditado, mas também o “não” e o “isso”.

O maranhense em Goiás é interditado não apenas no modo específico de fala. Trata-se de uma recusa do estrangeiro, uma vez que há a tentativa de assujeitamento maranhense ao trabalho em Goiás. Assim, tanto o “tu” quanto o “isso” teriam efeitos de sentido diferentes se fossem enunciados por outros sujeitos em outras posições sociais; entretanto, nessa enunciação concreta, o silenciamento maranhense perfaz o quadro da memória discursiva acerca de como é, ao nordestino, estar em Goiânia, mas sujeitado ao trabalho. Por falar, a

participante ocupa outro lugar, uma posição subjetiva que não estava prevista ao Sujeito maranhense em Goiás. Trata-se aí, novamente, da incidência do real: o imprevisto (não simbolizado/ o impossível) de uma maranhense a trabalho colocar-se a falar em solo goiano: o assujeitamento não pode ocorrer sem furos: não há ritual sem falhas!

Em, “Por que você fala ‘tu’? Que (**hesitação**) eu aprendi assim, lá fala assim”, nota-se a presença do estranho. Diante das condições de produção do discurso, a pergunta anterior toma efeito de coação, uma tentativa de silenciar a diferença. Ao escandir a pergunta, a questão se desloca do “tu” para o “você”. Segue: “Por que você fala ‘tu’?” / “Por que você fala?” / “Por que você?”. Enfim, não há assimilação, por parte da suposta voz goiana, do outro maranhense que fala. A pergunta “Por que você fala ‘tu’?” remete ao princípio da formação do eu: o registro imaginário só reconhece o que é igual (como narciso frente ao espelho). Basta uma diferença e o mal-estar instaura-se. No caso em análise, o outro goiano, a voz marcada pelo discurso direto, estranha as diferenças: a suposta voz não se reconhece no espelho maranhense.

Estudando a etimologia da palavra estranho (*Das Unheimlich*), Freud (1996e) percebe que tanto o *estranho* quanto o *familiar* estão na raiz da mesma palavra em alemão. Entende-se, então, que o estranho remete ao que familiarmente foi recalcado, de modo que uma tradução possível de “das unheimlich” seria *estranhamente familiar*. Nesse sentido, o pavor da suposta voz goiana diante da fala maranhense é uma maneira de manter intactas as verdades constituídas, deixando o recalcado no mesmo lugar. No entanto, o estranho, enquanto familiar, coloca em xeque as verdades, causando uma fissura na ordem rígida, preestabelecida: há real!

Assim, a diferença no plano imaginário entre o eu goiano e o eu maranhense deixa um resto: o que é familiar, tanto em um quanto em outro. Trata-se da familiar e perturbadora angústia, ou seja, a angústia como marca da cisão do sujeito é capaz de reunir, em um só tom, o que é familiar e o que é estranho, o recalcado: notar o “parentesco” entre os dois (goiano e maranhense) é também rever a própria condição de sujeito de linguagem. Nesse caso, a tentativa de interdição do discurso maranhense pode ser compreendida como uma proteção ao intolerável, proteção contra a angústia.

Conforme Lacan (1998), o eu e o outro são constituídos pelo registro do imaginário. É a partir da passagem da criança pelo *estádio do espelho*, quer dizer, a identificação da criança a uma imagem refletida no espelho, que o senso de totalidade ao corpo é presentificado. Antes do estádio do espelho, a criança não se vê como um todo, não se reconhece enquanto um eu unificado, assim como não identifica o outro. Ao longo da vida, no entanto, a imagem ilusória do eu, imagem totalizadora do corpo, é constantemente abalada por tudo o que não seja o

mesmo. O diferente, o estranho, o estrangeiro faz o sujeito “lembrar-se” do que é mais familiar, ou seja, do momento anterior ao estágio do espelho – quando a criança não se reconhecia como um corpo unificado. A participante da pesquisa, enquanto “estrangeira” em Goiás, traz à tona uma ameaça à suposta unidade identitária goiana: a maranhense (falante) coloca em xeque os valores já consolidados pela cultura goiana.

Nesse sentido, o uso do “por que” demarca a dimensão de estranheza conferida ao discurso estrangeiro. “Eu não a compreendo, então, por quê?/ Eu não a compreendo, então, por que você?/ Eu não a compreendo, então, por que você fala?/ Eu não a compreendo, então, por que você fala ‘tu’?”. O “por que” denuncia a impossibilidade de reconhecimento da voz goiana ao espelho maranhense: o suposto eu goiano é abalado diante da fala maranhense. Observa-se que o estranho atravessa o imaginário de si e do outro. O estranho, o discurso maranhense pode ser compreendido como o Outro discurso goiano, aquele que ameaça a inteireza, o real: a completude ilusória da suposta identidade goiana se vê em situação de ataque, tal qual um sonho/pesadelo que invade a noite sombria.

Em “Por que você fala ‘tu’?”, há ainda o questionamento da diferença. No entanto, o que se recalca, nesse caso, pode ser sintetizado pela seguinte premissa lacaniana: não existe relação simétrica entre eu e o outro. Quer dizer, não há simetria entre os pares, de modo que seja impossível lidar com a dimensão da igualdade entre um e outro. Ou seja, não há simetria entre o desejo de goianos e goianos, goianos e maranhenses, ou maranhenses e maranhenses. A cisão do sujeito pode ser compreendida como a marca da diferença: a singularidade do sujeito.

Por isso, para além da ilusória simetria do desejo (o registro do eu/outro), Outro discurso comparece, causando lapsos, trocando significantes, abalando as tentativas de completude. A ilusão da comunicação (transmissão exata da mensagem) instaura, na diferença, no outro, a tentativa de silenciamento: o pressuposto de que é necessário conversar entre iguais diante do mesmo espelho recalca a diferença. Tal como a relação simétrica não existe, a comunicação perfeita é também mais uma faceta do eu, uma ilusão. É daí, combatendo a suposta comunicação, que a *alíngua* comparece, causando fissuras na ordem já configurada. Como uma fenda cortante, a *alíngua* atravessa a tentativa de comunicação goiana.³⁴

Para a suposta voz do outro, a partir do discurso em análise, não haveria inconsciente, haveria igualdade entre os iguais. Entretanto, a participante “quebra” o espelho goiano ao se colocar como um sujeito falante. Aí reside uma questão pertinente: a participante, por ser

³⁴ É diante da impossibilidade de comunicar (falar de modo comum a todos) que Lacan (2008c) cria o conceito de *alíngua*, ou seja, a *alíngua* é o ponto onde a língua encontra o inconsciente (MILNER, 2012): a marca, mais uma vez, da diferença.

diferente, não devia convocar o outro para a condição de fala (diferentes não podem falar: a ilusão do eu). Entretanto, o estatuto do inconsciente como marca da singularidade não permite tamanha objetivação maranhense. É daí que se torna possível afirmar que o estrangeiro maranhense compõe o Outro, o recalcado da voz goiana! Tanto o *isso* quanto o *tu* perfazem a alteridade barrada da voz goiana, a dimensão de incompreensão ou estranhamento do que seria o maranhense falante em Goiás.

Em síntese, tomando a hesitação como um modo de afasia e, mais, compreendendo a afasia como uma maneira do falante de rodear o essencial (LACAN, 2008a), torna-se possível, no *corpus* analisado, afirmar que: a participante hesita quando a história recalcada comparece; hesita-se diante do Outro discurso. Assim, a hesitação é uma peça que atravessa o simbólico – o real (que insiste em comparecer) causando fissuras no espelho do eu/outro.

No caso particular do discurso maranhense analisado, sustenta-se que a manifestação da hesitação parte de duas frentes: i) ora como tentativa de esquecer a história sofrida/vivenciada no Maranhão, rodeando a própria história, ii) ora diante da dificuldade de abordar os preconceitos sofridos pelo nordestino em Goiás, não sabendo como agir ou retrucar. Então, é diante do não saber como proceder (o intolerável) que o equívoco comparece: a partir do real da história e da discriminação que a hesitação insiste em não deixar de repetir.

Além da análise da hesitação, as repetições de palavras e/ou expressões também são fundamentais para pensar o eu e o outro/Outro: o sujeito em processo de identificação. Seguem as ocorrências dessas repetições:

i) “[...] a minha relação, que eu tenho a falar, é uma **relação muito boa**. Conquistei meu espaço.”

ii) “Depois de muito tempo meu **sotaque mudou**. Mas eu tenho uma **relação muito boa**, onde tive muita oportunidade, tenho uma filha, minha filha é formada, sabe, e, se eu morasse lá, eu não teria essas oportunidades. Com certeza, então, pra mim aqui, eu tenho uma **relação maravilhosa**, sou, já **me sinto até goiana**, porque sou torcedora do Goiás (risos) e sou Corinthiana também. E queria dizer que pra mim é **muito bom**.”

iii) “Assim, às vezes ela **fala** não (**hesitação**), ela **fala** isso, ela **fala** “tu”. Ela **fala**, você sabe! Principalmente quando eu estudava. Eu fiz até o terceiro ano. Aí **falava** assim, **fala** de novo, **fala** “tu”. Eu **falava** “tu”. Por que você **fala** “tu”? Que (**hesitação**) eu aprendi assim, lá **fala** assim, claro que depois de muito tempo meu **sotaque mudou**, né, porque são quase 40 anos.”

Na primeira ocorrência de repetição, “[...] a minha relação, que eu tenho a falar, é uma **relação muito boa**. Conquistei meu espaço.”, nota-se a ênfase em um tom valorativo positivo

entre a participante e os goianos. A primeira pessoa do singular, nesse caso, traz para a enunciação uma posição ativa diante do outro. A participante (**a**) não necessita citar outrem, mas, ela mesma, ativamente, enuncia/repete a relação positiva. A análise da posição ativa do sujeito enunciador anuncia uma identificação ao sucesso conquistado em Goiás. Como a posição do eu é um ponto de identificação entre o eu e outro, torna-se relevante afirmar que a participante se identifica à suposta conquista do/no novo território, abrindo mão, por exemplo, do sotaque maranhense.

Se, por um lado, o sofrimento no Maranhão e a discriminação em Goiás foram marcados pela hesitação (o embaraço da participante diante do não saber: como agir diante do intolerável?), por outro, a lembrança do *bom relacionamento/conquista* traz a marca da repetição de palavras, de modo a destacar o tom positivo. Assim, a repetição de palavras (“bom”, “muito bom” e “excelente”) tende a estancar as supostas chagas de outrora, enquanto a progressão remete à ideia de ampliação das conquistas: trata-se de uma ênfase na posição de eu identificada ao sucesso adquirido em Goiás.

A oposição entre sofrimento (hesitação/Maranhão) e a positividade das relações (repetição/Goiás) pode ser exemplificada através da conjunção adversativa “mas”, conforme se segue: “Conquistei meu espaço. Depois de muito tempo meu sotaque mudou. **Mas** eu tenho uma relação muito boa, onde tive muita oportunidade, tenho uma filha, minha filha é formada [...]”. No encadeamento dos significantes, primeiro é colocada a conquista do novo espaço. Em seguida, como uma consequência dessa conquista e dos anos vividos em Goiás, comparece a mudança do sotaque. Entretanto, logo a seguir, a conjunção adversativa “mas” é utilizada sem que haja uma contradição aparente. Isso porque afirmar que a relação entre a participante e os goianos é “muito boa” não contradiz o que havia sido apresentado anteriormente: “conquista” e “mudança de sotaque”. É possível sugerir que a conjunção “mas”, nessa enunciação, se opõe ao não dito, o que extrapola a norma sintática, não sendo apenas duas orações em contradição. Isso porque a participante utiliza a conjunção para tecer uma oposição entre o sofrimento [Maranhão] e as conquistas [Goiás]. Assim, o uso do “mas” resgata o não dito, podendo ser resumido da seguinte maneira: “a vida era difícil, mas eu venci”. Mesmo contando as vitórias em solo goiano, a participante deixa escapar a conjunção, quer dizer, para além do controle do sujeito, a história de sofrimento atravessa a enunciação.

Por isso, em AD, ao contrário da proposta normativa, não se procura prescrever o uso do “mas”; trata-se, antes, de buscar uma interpretação aos enunciados. No caso, a conjunção adversativa vai além da contradição entre duas orações, já que, no fio discursivo, outro discurso comparece, a saber, o não dito do sofrimento maranhense. Na concepção pecheutiana, a semântica é a instância que extrapola o sistema fono-morfo-sintático da língua;

a construção de sentido se dá mediante as diversas condições de produções do discurso (o que é externo à língua): os efeitos de sentido advêm das posições ocupadas pelos sujeitos – daí a possibilidade de interpretar o “mas” como uma oposição entre as dificuldades da terra natal e as conquistas advindas do novo território.

Nesse sentido, o uso do “mas” marca a língua em sua exterioridade, o ponto onde a língua encontra a história do sujeito, a *alíngua*. No caso em análise, a conjunção adversativa se posiciona entre “mudança de sotaque” e “relação [goianos e a participante] muito boa”: o conectivo adentra o campo semântico da história e do presente do sujeito. Assim, trata-se de uma contradição entre o que ficou para trás, a bateria de significantes maranhenses, e os novos significantes relacionados ao novo solo: “boa relação”, “formatura”, “conquista” e “oportunidades” opõem-se à “roça”, “discriminação” etc. Mais que uma conjunção de contradição entre orações, o “mas”, nesse caso, resalta uma mudança de encadeamentos significantes. De outro modo, trata-se da impossibilidade do esquecimento total da história, a *alíngua* – quando os significantes recalcados que atravessam o sujeito encontram a língua.

Antes a participante (**a**) havia sido questionada por “falar ‘isso’, falar ‘não’, falar ‘tu’”, agora, a mudança de posição subjetiva possibilita uma mudança de sotaque. A participante enxerga-se mais próxima do espelho goiano, de modo que as diferenças (goianos e maranhenses) sejam suavizadas. Embora, as oportunidades e o bom relacionamento estejam em consonância com a nova posição subjetiva (recalque dos significantes maranhenses), o “mas”, como manifestação inconsciente, indica a superposição de significantes (conquista, sucesso etc.) em substituição a outros (privação, roça etc.): do S1 maranhense ao S2 goiano.

Se for possível afirmar que a bateria de significantes maranhenses foi substituída pelos significantes goianos, também será relevante ressaltar que essa substituição ocorre como que em palimpsesto: o presente permanece como um efeito de rasura do passado. Assim, o procedimento de mudança de significantes, no caso em análise, segue a mesma lógica da metáfora, do palimpsesto: um significante adentra o lugar do outro, como em substituição, de maneira que os efeitos do substituído não sejam plenamente apagados. Há uma “membrana” capaz de impossibilitar o esquecimento completo.

Além da repetição de palavras, destaca-se uma progressão (do menor para o maior) daquilo que a participante julga como positivo. A maranhense havia descrito a relação dela com os goianos como “muito boa”, e, já no final do excerto, ela traz outro significante: “maravilhosa”. Em, “com certeza, então, pra mim aqui, eu tenho uma **relação maravilhosa**, sou, já **me sinto até goiana**, porque sou **torcedora do Goiás** (risos) e sou **Corinthiana também**”, novamente a participante assinala a progressão. A passagem de “muito” para “maravilhosa”, de nenhum time nordestino para outros dois times (o primeiro do Centro-

Oeste, o segundo da região Sudeste do país), marcam o afastamento dos significantes maranhenses e a nova filiação/identificação. Ambos os times denotam um distanciamento geopolítico do Maranhão e uma aproximação das regiões de mais prestígio social.

As duas cadeias significantes vão à mesma direção. Tanto o processo de progressão acionado pelos significantes “muito”, “boa” e “excelente” refere-se ao relacionamento com os goianos, quanto os significantes “Goiás” e “Corinthians” aproximam a participante dos pressupostos do que é esperado do goiano. Esses significantes ocupam-se de suavizar o elemento estranho, restando apenas uma ilusão: a igualdade, o espelho se pretende o mesmo. Nesse sentido, a participante (a) identifica-se com o novo lugar como quem se “esquece” do estranho histórico de penúria no Maranhão. A participante marca, através da repetição e progressão, apenas o que é comum, o familiar, recalcando a diferença/estranho. No discurso em análise, a posição de identificação do eu caminha a trilha contrária do sofrimento – trata-se de uma forma de resistir às privações da terra natal.

Ainda, o significante “conquistei” traz a marca da luta, da colonização. No plano formal da língua, a conquista pressupõe o par: conquistado e conquistador. No entanto, a questão não é tão polarizada assim: no conquistado há o conquistador e vice-versa. Lacan (2008b) afirma que, em qualquer posição entre o ser e a representação do Outro, perde-se e se ganha algo. Um significante é posto na cadeia no lugar do outro, de modo que, diante da tentativa do sujeito de definir-se, algum significante é perdido. Todo ganho se dá perdendo algo. Trata-se, no ensino lacaniano, do pressuposto do nem um, nem outro. Assim, a conquista não é totalmente vantajosa porque se perde algo: o sotaque, por exemplo. Também, não se perde tudo, porque outro significante adentra a cadeia. Enfim, nem totalmente a perda, nem completamente o ganho: a posição do sujeito está no nó, entre o ser e o Outro.

A participante não só perde o sotaque, mas, antes, conquista o novo território. É diante do “esquecimento” das identificações maranhenses que se altera o próprio posicionamento subjetivo. Em suma: assim como a maranhense perde o sotaque (posição passiva diante do outro), ela também conquista um novo território (posição ativa perante o outro): “o sujeito desconhece que o outro é a projeção de seu eu ideal e, para se livrar de sua menos-valia em relação a ele, entra numa luta de puro prestígio com ele” (QUINET, 2012, p. 18). Nessa luta de prestígio, a participante cede em partes: ela se admite enquanto goiana, abrindo mão do sotaque, mas não deixa de se posicionar – ela fala. Sendo assim, os efeitos dos significantes maranhenses não estão de todo perdidos, ao contrário, eles se manifestam como rasuras de Outro discurso, através dos atos falhos: as formações do inconsciente.

É possível afirmar que a participante resiste falando: como um furo no simbólico, na ordem goiana, a maranhense encontra um lugar de fala. Se o espaço destinado a ela era o

silenciamento, apagamento da participação social, a participante encontra um lugar no meio. Abre-se mão do sotaque, mas há a conquista do poder de fala. Causando fissuras em um sistema calcado pela exclusão do maranhense, a participante insiste/resiste falando. As nove ocorrências da palavra “fala” trazem indícios de que, se por um lado a fala maranhense representa uma ameaça à suposta homogeneidade goiana, por outro, trata-se do modo pelo qual a participante obtém o “passaporte” na nova terra. A perda dos significantes maranhenses (comparecendo apenas enquanto palimpsesto): eis a brecha encontrada para ser escutada.

Assim, o modo pelo qual a participante resiste é através da *fala*. A mudança de sotaque não pode ser compreendida como ausência de resistência; mas, ao contrário, trata-se do meio que a participante encontrou para participar da sociedade goiana: muda-se o sotaque para não deixar de falar. A análise da repetição da palavra “fala” denuncia o intolerável. A participante resiste às tentativas de objetivá-la, perturbando o simbólico goiano, atravessando e resistindo à premissa de que ao maranhense em Goiás estaria reservado apenas o direito de se calar e trabalhar. A mudança de sotaque e as conquistas do novo espaço, então, caminham como uma forma de lidar com o intolerável: o estranho que mora ao lado se suaviza ao buscar um ângulo menos ofensivo à participante. Se o ângulo olhado e visto não ressalta as características do Maranhão, isso não quer dizer que essas características não estejam ali: o Outro lado, o Outro discurso hesita como forma de não deixar escapar o significante recalcado, o S1 maranhense.

Assim como os escravos no Brasil fizeram do sincretismo religioso um recurso para a preservação da cultura africana, a participante põe-se a contar as histórias maranhenses com o sotaque goiano: ao falar, a participante enuncia as falhas do assujeitamento, os restos de cada um. A análise da repetição, então, traz a marca da luta por prestígio, a luta do sujeito falante: a conquista da fala. Diante de uma formação discursiva cuja função do imigrante maranhense esteja reservada ao trabalho, a dificuldade do estrangeiro se posicionar torna-se crucial. Entretanto, a participante resiste, apropriando-se do código/sotaque goiano e adquire o direito de falar. Como o desejo não tem uma forma específica, a participante muda o modo de falar para não deixar de desejar.

Mesmo diante das inegáveis conquistas realizadas em solo goiano, a participante se vê diante do não saber: como proceder diante da discriminação? Como lidar com o real da história? A hesitação comparece como efeito do real. Trata-se, uma vez mais, do intolerável: *conquista versus silenciamento*. Não se pode ganhar ou perder, dizer ou apagar tudo: eis o real, o intolerável de cada um! Se por um lado, a hesitação denuncia a heterogeneidade do discurso do Outro, a impossibilidade de apagar a história; por outro, a repetição expõe a identificação com o discurso do outro, o suposto imaginário do outro/goiano, de modo que a

repetição tenha a tendência de ofuscar a hesitação. Assim, uma encobrendo a outra (a repetição encobrendo a hesitação e vice-versa), o sujeito fendido comparece como efeito de significante. Enfim, o sujeito manifesta-se através do imaginário (o outro no fio discursivo, a repetição) e do simbólico (discurso inconsistente do Outro, a hesitação).

2.2.3 Jovens imigrantes no discurso

A análise a seguir está focada nas ocorrências de fala dos demais participantes, os jovens imigrantes, que enunciam a partir das posições sustentadas pela participante **(a)**. O objetivo dessa sessão é analisar a relação entre a posição discursiva de **(a)** e a dos demais participantes. Por estar na condição de funcionária da escola e ter idade mais avançada, **(a)** enuncia de um lugar de autoridade perante os demais maranhenses? Que interpretações os jovens fazem do que é dito por **(a)**? Como se dá a construção do imaginário do maranhense e goiano entre os participantes?

Sendo assim, pretende-se operar com a relação entre os significantes que representam a participante **(a)** para os demais participantes/significantes: **(b)**, **(c)**, **(d)**, **(e)** e **(f)**. No primeiro momento, a relação entre os participantes e a participante **(a)** é o foco das análises. Posteriormente, há a pretensão de analisar os efeitos da postura humorística dos jovens imigrantes, já que eles (jovens imigrantes) se definem unanimemente como sujeitos amantes da piada, afeitos ao humor. Em suma, esse bloco de análise pretende a) analisar a relação entre os enunciados dos participantes; b) bem como os efeitos humorísticos presentes na postura dos jovens maranhenses. A Psicanálise e a AD podem contribuir para notar os efeitos de sentido causados pela relação entre os enunciados, assim como os dois campos de saber podem contribuir para a compreensão da postura humorística dos jovens maranhenses.

Sendo o humor capaz de denunciar a natureza não transparente da linguagem e do sujeito, visto que o efeito humorístico é produzido no terreno não estatizado do discurso, a análise do sujeito descentrado/dividido pode ocorrer a partir do discurso dos jovens imigrantes. Assim, a partir do humor, cabe ao analista a responsabilidade de uma análise do sujeito e do sentido a partir das equivocações. A seguir, os enunciados para a análise:

- a) Funcionária da escola, participante **(a)**: Eu estava dizendo assim: eu gosto de fazer amizade. Eu acho assim, isso é típico do maranhense. Assim, fazer amizade, fazer piada (confirmação de alguém do grupo). Então, eu acho que é uma característica típica dos nordestinos. Não só do Maranhão, mas também dos outros países.
- b) Jovem **(b)**: A gente pensa assim, mas muitos aqui em Goiânia (em vários lugares) pensa que **o maranhense é bagunceiro, briga, macumbeiro,**

maranhense pode até ser macumbeiro... **(hesitação)** **Eu tive uma prima que veio para Goiânia e ela chegou aqui na escola, e tinha piadinha com ela, ela chorava em casa, quando ela chegou aqui, ela chorava muito, ela não aguentava muito o povo com piadinha, ela até mudou [o sotaque].** Se falar que é maranhense, ela quer até mentir, só quer falar goiano, tudo dela só é goiano, ela nem de maranhense quer falar, quer ser, **por causa da piada ela ficou assim revoltada.** Mas tem que ser o que é, ninguém pode ter vergonha do que é não. Por que nordestino é bicho? Igual **ela falava**, então, eu estou aí. O povo sai do Maranhão é por causa do emprego. O propósito é trabalhar. Quando chega aqui ganha muito bem, à vista de lá.

O que vem de lá para cá é mais homem (risos).

- c) Participante **(a)**: Tinha uma sobrinha minha que veio estudar. Todo dia ela chegava “ai, tia, os meninos ficam rindo de mim, que eu falo ‘tu’, que eu falo isso”. Eu gosto, eu gosto da comida que eu faço, não todo dia, mas eu faço. Então, foi o que **eu ensinei a ela**, conquiste o seu espaço. O que ela fez? Simplesmente ignorou os meninos, e continuou a ser uma menina boa, mas hoje ela já é casada e tem um filho, mora em Palmas.
- d) Jovem **(c)**: **Ela dizia aí.** Os patrão prefere os profissionais lá do nordeste, nós do lado de lá. É um povo que vem para trabalhar mesmo. Igual falam: **Goiano é um bicho preguiçoso (risos).**
- e) Jovem **(d)**: Às vezes os goianos falam “oh, cabeça chata”. Às vezes, assim: **“ah, você fala feio demais”**, começa a curtir. É nosso estilo, não tenho culpa. **Como é que fala? Você sabe...** eu gosto de ser maranhense.
- f) Jovem **(e)**: Lá onde trabalho lá, **tem um que trabalha** comigo que tava falando que **maranhense não presta, é bicho do mato, num serve para viver na cidade.** Ele não gosta muito de mim, não, porque sou maranhense. Que o pai dele não gosta de maranhense, ele também não gosta. **Eu também provoço ele, ele é do Tocantins e eu digo: “é quase dentro do Maranhão” (risos).**
- g) Jovem **(f)**: **Eu não sou muito bom pra falar não.** Eu vim para Goiânia quando eu tinha sete anos, por aí, sete, seis anos. **Eu sempre fui assim de cumprimentar as pessoas, pegar na mão, você sabe, fazer piadas mesmo. Eu tenho essa mania.** Eu, assim, não gosto de provocar briga, mas quando provoca eu fico bravo (risos). E, **como ela fala**, eu procuro fazer amizade com meus colegas. Eu trabalho já, toco meu vilão de boa. Sei que vir pra cá, veio muitas coisas. Goiânia, assim, você arranja emprego fácil, lá não, porque lá é tipo **(hesitação)** lugar pobre.

Pesquisador: Você é de qual cidade?

(Não foi possível compreender o que o participante respondeu)

É isso aí, eu não sou bom pra falar não.

Nessas falas, o grupo de pesquisa discute sobre o modo de ser maranhense. A participante **(a)**, a funcionária da escola, afirma que o maranhense e os demais nordestinos são

afeitos à piada, são simpáticos e comunicativos – o grupo concorda por unanimidade. Entretanto, o jovem **(b)** não se esquece de acrescentar o imaginário do outro/anfitrião sobre o maranhense. Trata-se da noção de *selvagem*, enfatizada a partir da cadeia de significantes que denota insubordinação, transgressão e/ou inadequação aos pressupostos goianos: “bagunceiro”, “briga” e “macumbeiro”. O sujeito maranhense é definido pela suposta voz do outro como alguém desorganizado, em busca de conflitos, e que cultua religiões estigmatizadas pelo corpo social hegemônico goiano.

Após o participante **(b)** enfatizar como definem o maranhense em Goiás, ele busca uma justificativa para o significante “macumbeiro”, entretanto, há uma hesitação no curso da enunciação. De modo similar ao que havia sido notado nas ocorrências de hesitação da participante **(a)**, conforme análise abordada no tópico *Uma imigrante no discurso*, o jovem **(b)** também não enuncia o essencial, a saber, o real da história, o real da discriminação.

Depois da hesitação, o jovem **(b)** relata a suposta história da prima. A hesitação possibilita a entrada de outra cena: trata-se da história da prima que fora zombada por ser maranhense em Goiás; mais, ela não aguentava as piadas feitas pelos goianos e sofria, chorava bastante, chegando ao ponto de mudar o sotaque e de comportamento. Nota-se que a hesitação de **(b)** abre lugar para Outro discurso; trata-se do pouco-de-sentido [peu-de-sens], o efeito metonímico, que traz à tona a parte (a história da prima) pelo todo (o preconceito sofrido pelo maranhense em Goiás). Assim, diante da impossibilidade de enunciar sobre o real do preconceito, outro significante em efeito metonímico adentra a cadeia.

A defesa feita pela prima aproxima-se bastante da tese defendida pela participante **(a)**, ou seja, trata-se de uma e só posição: a mudança de sotaque seria uma necessidade do imigrante, uma forma de evitar o sofrimento e conquistar as benesses do novo território. Entretanto, a hesitação e a consequente entrada da outra cena contribuem para que haja a refutação da tese mencionada anteriormente. O jovem **(b)** sustenta que qualquer tentativa de camuflar o sotaque e/ou comportamento seria uma maneira de mentir, falta de honestidade. Nesse sentido, após a hesitação, dois processos discursivos vêm à tona, similares ao efeito metonímico e metafórico: a) o sofrimento da prima em contiguidade ao sofrimento maranhense em Goiás; b) a substituição do posicionamento da participante **(a)** pela posição de **(b)**.

Em *Metáfora e Interdiscurso*, texto de 1984, Pêcheux (2014b, p. 158, grifo do autor) sustenta, sobre o interdiscurso, que “é porque os elementos da sequência textual, funcionando em FD dada, podem ser importados (meta-forizados) de uma sequência pertencente a uma outra FD que as referências discursivas podem se construir e se deslocar historicamente”. No caso do discurso imigrante, o léxico “prima” está associado à FD familiar, no entanto, o

participante **(b)** faz o deslocamento para o contexto da imigração – os imigrantes em Goiás seriam uma grande família. Assim sendo, a mudança de sotaque e/ou comportamento seria também um modo de traição aos costumes dos pais, uma traição aos ancestrais. Na mesma direção, a entrada da história da prima contribui para que outra posição seja sustentada no grupo, a saber: o imigrante não deve se assujeitar aos novos costumes – os filhos não devem desprezar as tradições ancestrais.

É pela via da hesitação que há a entrada do Outro discurso, através do deslizamento [*peu-de-sens*] e da substituição [*pas-de-sens*]. A partir da sobra, do sobejo do sofrimento dos imigrantes, há o deslizamento da FD familiar para o contexto de imigração, bem como a substituição da tese sustentada pela participante **(a)** por outra. Nesse sentido, a hesitação contribui para que outra posição subjetiva adentre o campo discursivo da pesquisa, de modo que outro efeito possa advir na cadeia significativa, a saber: “deve-se ter orgulho do que se é”.

Não é por mero acaso que, ao tratar do significante “macumbeiro”, a hesitação compareça. Isso ocorre como um modo de exemplificar o histórico e/ou ideológico no fio discursivo. Pêcheux (2014b, p. 136) sustenta que o efeito discursivo é “o ponto de contato entre o linguístico e o ideológico”, ou seja, quando a língua encontra o real da história. Assim, é possível observar que, nas religiões de matrizes africanas, cada terreiro se organiza como um núcleo familiar: a mãe-de-santo é um exemplo. Na análise, a entrada da FD de cunho familiar através do léxico “prima” comparece como uma voz ancestral, manifestação do interdiscurso no fio discursivo, compondo o histórico: a família ancestral pelos maranhenses imigrantes – o efeito metonímico.

No ensino lacaniano, há a confirmação da tese de que a história de cada um se manifesta no discurso mediante o efeito metafórico [*pas-de-sens*] e o efeito metonímico [*peu-de-sens*]. As novas posições subjetivas se dão através do efeito do significante; diante dos restos, das partes, um significante adentra a cadeia substituindo outro. Assim ocorre com a história da prima, já que a parte (a prima) substitui o todo (os maranhenses em Goiás), dando lugar a novo posicionamento: o maranhense deve ser honesto com o próprio jeito de ser, fiel à terra natal, fiel à ancestralidade.

Vê-se, através do exemplo anterior, que a história de cada um não é jamais perdida, mas está sofrendo deslocamentos constantemente. Em *O seminário*, livro 17, proferido entre 1969 e 1970 na França, Lacan (1992), refletindo sobre os próprios casos de análise, conta que, após o fim da Segunda Grande Guerra Mundial, atendera a três sujeitos do Congo, imigrantes na França. O psicanalista francês relata que os três não traziam reminiscências claras da terra natal; eles conheciam o Congo pelos cartões postais, já que tinham se exilado em tenra infância. No entanto, há a observação de que a infância (embora não fosse diretamente

lembrada) se fazia presente de modo retroativo: “o inconsciente deles não era o de suas lembranças de infância – isto era palpável –, mas sua infância era retroativamente vivida [...]” (LACAN, 1992, p. 96). No mesmo excerto, o psicanalista afirma que, no caso do imigrante, há o comparecimento de uma série de equívocos que não são compatíveis com os “cartões postais”, e provoca: “desafio qualquer analista, mesmo que tenhamos que ir ao campo, a que me contradiga.”. Indo a campo, a hesitação se manifesta como um modo de tropeço, permitindo a entrada de outra cena. Na pesquisa, então, a hesitação pode ser compreendida como uma forma de reviver retroativamente a própria história.

Acerca do discurso sustentado pelos participantes da pesquisa, torna-se relevante afirmar que há dois posicionamentos – ambos da participante **(a)** – que funcionam como um pano de fundo para que o discurso se desenvolva no interior do grupo: a) o maranhense assimila ao novo território por necessidade; b) os maranhenses são comunicativos e afeitos à piada. Essas posições remetem ao limite discursivo do grupo; trata-se de uma referência quase obrigatória aos jovens. Por um lado, a tese da assimilação é refutada pelos jovens (de modo implícito), por outro, o imaginário do maranhense comunicativo e amante da piada é reafirmado (de modo explícito) por todos os participantes. Assim, o grupo de pesquisa forma uma rede discursiva, uma FD, em torno dos posicionamentos de **(a)**: o que pode ou não ser dito deve passar pelo aval de **(a)**.

O jovem **(c)**, por exemplo, ressalta a posição de limite discursivo ao grupo: “**Ela** dizia aí.”. O pronome “ela” refere-se, na enunciação, aos posicionamentos da participante **(a)**. Nos enunciados do jovem **(f)** também há a referência explícita à participante **(a)**: “como **Ela** fala, eu procuro fazer amizade”. Nas duas ocorrências acima, os jovens referem-se explicitamente à participante da pesquisa, em consonância com ela, de modo a reafirmar o pressuposto de que o maranhense é comunicativo e amante das piadas. Percebe-se, como regularidade da FD, que os jovens se referem explicitamente à participante como um modo de reafirmar o ponto em comum, o *ethos* maranhense: sorridente, afável, comunicativo etc.

Embora todos os participantes se coloquem como amantes das piadas e como comunicativos, no caso do jovem **(f)**, há algo que falha. Já no início da fala, **(f)** diz não ser bom para falar. Ele, então, contraria o pressuposto de que todos os maranhenses seriam extrovertidos, comunicativos.³⁵ Entretanto, o jovem insiste em dizer que gosta de fazer amizades, de modo que não se afaste completamente dos demais participantes da pesquisa. Vale dizer que o exemplo de **(f)** é importante na medida em que traz à tona o real, a impossibilidade de dizer tudo sobre o maranhense: o jovem quebra o imaginário de que todos

³⁵ Durante todas as sessões da pesquisa, o jovem **(f)** tomou a palavra apenas por três vezes. Além de falar poucas vezes, a voz do jovem se mostra quase inaudível, o que dificulta bastante o entendimento do que é dito por ele.

os maranhenses seriam comunicativos, extrovertidos. Embora o grupo de pesquisa tenha a necessidade de consolidar uma identidade ao maranhense (extrovertido e afeito à piada), o jovem **(f)** contraria esse pressuposto. Há aí um furo!

No ensino laciano, em todo conjunto há pelo *menos um* que não está inserido no grupo, de modo que o *menos um* seja exatamente o que faz existir o grupo. Se tudo estivesse inserido no conjunto, não haveria real; seria um bloco compacto, homogêneo e não caberia a diferença. Ainda, se tudo estivesse contido no conjunto não haveria sequer a possibilidade de haver linguagem, já que o grupo não poderia ser designado. Por exemplo, o conjunto dos números naturais só pode existir porque há um significante que não está contido nele: há outros conjuntos. Não é possível um conjunto total, o Outro total, porque sempre há algo que não está inserido ali. Adentrando o regime da discursividade imigrante, o jovem **(f)** representa o furo no imaginário do maranhense extrovertido: o jovem, fazendo-se de *menos um*, denuncia a impossibilidade de dizer quem são os maranhenses em Goiás. Há pontos de fuga. Há real. Há maranhenses introvertidos!

Quanto aos modos de enunciar, quando os jovens do grupo se põem a discordar dos posicionamentos da participante **(a)**, outro processo ocorre. O jovem **(b)**, por exemplo, ao expor outro ponto de vista, hesita, há dificuldade de enunciar o essencial. A reminiscência acerca da prima adentra a outra cena como forma de manifestar a discordância acerca da tese da assimilação cultural. Além disso, o efeito humorístico também se mostra como outra forma de refutar o posicionamento da participante **(a)**, como será adiante. Sustenta-se, então, que o modo de reafirmar o ponto de vista de **(a)** se dá, entre os participantes, de forma explícita, evidenciada através do pronome “ela”; enquanto a divergência acerca da tese da assimilação ocorre de forma indireta, comparecendo a hesitação e o humor, o que denuncia a dificuldade dos jovens de refutar a voz da participante **(a)**.

Além da referência à participante **(a)**, os jovens imigrantes também solicitam outra presença no discurso através da partícula “você”. O jovem **(d)**, por exemplo, afirma: “Como é que fala? **Você sabe...** eu gosto de ser maranhense”. O jovem **(f)**, por seu turno, diz: “Eu sempre fui assim de cumprimentar as pessoas, pegar na mão, **você sabe**, fazer piadas mesmo. Eu tenho essa mania.”. Nessas ocorrências, os jovens referem-se (através da linguagem corporal) ao pesquisador. Eles buscam a aceitação ou validação do discurso através do pressuposto de que haja ali alguém que saiba do que é tratado. Mesmo diante do silêncio do pesquisador, os jovens **(d)** e **(f)** outorgam o direito de saber ao pesquisador. Tanto a presença do pesquisador quanto a voz feminina adentram o auditório discursivo da pesquisa como representantes do Outro, representantes do que pode ser dito pela FD. Encarna-se no outro

(participante **(a)** e o pesquisador) a voz do Outro: o que tudo sabe; o que deve dizer quem eu sou.

É relevante esclarecer que a representação do Outro funciona discursivamente como um modo de se validar o desejo; trata-se de uma autorização para validar o que pode ou não ser dito em uma determinada FD. Entretanto, o suposto diálogo entre o outro e o Outro não se dá de qualquer forma, nem mesmo passa pelo controle do falante. Enquanto o pesquisador não se propõe a responder à demanda dos jovens imigrantes, a voz feminina constantemente se põe na condição de dar ensinamentos ou conselhos aos jovens: “[...] foi o que **eu ensinei** [...] conquiste o seu espaço!”.

No campo lacaniano, o discurso é definido como uma estrutura, mesmo que não haja palavras. Lacan (1992, p. 11) compreende o discurso como uma forma de haver o laço social: “uma estrutura necessária, que ultrapassa em muito a palavra [...] É que sem palavras, na verdade, ele pode muito bem subsistir.”. O discurso, então, é o que faz laço entre um e outro/Outro, com ou sem palavras. Nota-se que o pesquisador, mesmo no silêncio, adentra a um regime discursivo, exercendo uma função, a função do Outro – o que valida o discurso. Entretanto, o Outro/pesquisador não responde às demandas dos jovens e denuncia uma fratura do Outro, ou seja, o Outro também é efeito de significantes. Embora seja colocado em uma determinada posição, o pesquisador se recusa a sustentar o discurso de autoridade, de modo que, no lugar de ensinamentos ou ordens, o pesquisador se põe na condição de escuta, em alguns momentos perguntando sobre eventuais dúvidas, mas jamais respondendo às questões dos participantes. A não resposta do Outro/pesquisador instaura uma ordem discursiva na qual os participantes são lançados à posição de protagonistas: se o pesquisador não responde à demanda, a pergunta e a resposta devem ser elaboradas pelos próprios sujeitos. Como o Outro não responde, a fratura comparece, o que pode possibilitar a criação/singularidade dos participantes.

Por outro lado, a participante **(a)** se propõe a responder à demanda, tentando sustentar a posição de Outro sem fratura, o Outro do saber. Há aí, na formação/estrutura do discurso de **(a)**, um laço pedagogizante: trata-se de um discurso estruturado em torno da função do professor e do aluno, o que é chamado por Lacan de Discurso Universitário (doravante DU). Quanto ao DU, Lacan (1992, p. 43) afirma que a “função de quem ensina é da ordem do papel, do lugar a sustentar, que é, incontestavelmente, um certo lugar de prestígio.”. Ainda, o ato de educar é a principal função discursiva no DU, é o que faz laço entre o professor/agente e o estudante/outro: “o ato que determina o laço [social] é sempre o do agente do discurso, pois o ato é, segundo Lacan, um dizer que funda um fato, no caso, um fato de discurso, o próprio laço social” (QUINET, 2012, p. 49).

No caso da pesquisa, a participante **(a)**, como representante do Outro no DU, ensina e reivindica um espaço de prestígio/autoridade entre os demais participantes, respondendo à seguinte demanda: quem é o imigrante em Goiás? O saber que funda o ato pedagogizante na FD maranhense remete ao seguinte ensinamento: o maranhense, comunicativo e amante das piadas, deve ignorar as vozes preconceituosas; não deve reagir para então conquistar as benesses do novo território. Assim como toda FD é atravessada por outros discursos – o interdiscurso –, o Outro é também perpassado pelo significante, de modo que seja impossível que haja o Outro totalmente consistente. Quanto ao discurso da participante **(a)**, a fratura se manifesta principalmente através da hesitação, conforme a análise do tópico 2.2.2. Assim, qualquer tentativa de sustentar uma totalidade do Outro (ou do eu) pode ser interpretada como um modo de recalcar a inexorável divisão do sujeito e do Outro.

Tanto para a AD quanto para a Psicanálise, os modos de enunciar contribuem para diferentes efeitos de sentido, impossíveis de serem controlados ou quantificados totalmente. Desse modo, a forma como os jovens imigrantes sustentam a cadeia significante (maranhense/piada; maranhense/comunicativo) via discurso mostrado, em especial, através do uso do pronome “ela”, denota uma maneira singular de lidar com o discurso do outro: trata-se da validação do discurso pedagógico de autoridade do qual a participante **(a)** se faz representante. No entanto, ao negar o posicionamento do agente do DU, os jovens trazem outra voz para validar o discurso (ver o caso da prima). A necessidade de buscar uma voz, ausente do auditório da pesquisa, mas bastante familiar aos participantes (estranhamente familiar), diz respeito às dificuldades de refutar diretamente a voz de autoridade de **(a)**.

Ao fazer-se de Outro pleno, aquele que tudo sabe, a voz feminina do grupo de pesquisa toma a aparência de consistente, dificultando as contestações dos jovens imigrantes. Entretanto, como o Outro é também atravessado pela ação do significante, os jovens expressam outro ponto possível na filiação discursiva. Expressando uma dificuldade de refutar o Outro, a hesitação e humor emergem no discurso como terreno (terreiro?) não estabilizado, um lugar de resistência. A postura humorística e a hesitação, então, procuram negar a tese da necessidade do assujeitamento ao novo solo – outro ponto, o real dos jovens, o impossível de ser controlado!

Além da hesitação, o humor se mostra crucial para a análise do discurso dos jovens imigrantes, já que, no *corpus*, é possível notar uma postura humorística como forma de refutar a tese da assimilação cultural. Por unanimidade, os participantes da pesquisa acreditam que os maranhenses são mais comunicativos e afeitos às piadas do que os goianos. Além de concordar com o tom humorístico do maranhense, o jovem **(b)** também provoca o riso do grupo ao enunciar: “o que vem de lá [Maranhão] para cá [Goiás] é mais homem”. Há aí uma

ambiguidade no termo “homem”: a marca da virilidade associa-se ao maranhense, de modo que, ao contrário, o goiano seja menos viril. É nessa ambiguidade (+ homem – homem) que o tom de humor é construído.

Em *O humor*, texto publicado em 1927, em Viena, Freud (2014a, p. 323-324) afirma que a postura humorística “pode ser dirigida para a própria pessoa ou para outras; é de supor que traga um ganho de prazer para quem a adota; o espectador não participante tem um ganho de prazer semelhante.”. No caso da pesquisa, o tom de humor possibilita um ganho de prazer àqueles envolvidos com o dizer – os maranhenses submetidos ao mesmo auditório, ao mesmo contexto da pesquisa. Mais que dizer de um suposto gosto maranhense pelo cômico, o jovem participante põe em prática um saber – a postura humorística como forma enunciativa –, buscando o não estabilizado do sentido, o ganho de prazer.

Lacan (1999, p. 89), relendo Freud, afirma que o humor possui duas faces. A primeira está relacionada ao “caráter primitivo do significante em relação ao sentido, a polivalência essencial e a função criadora [...], o toque de arbitrariedade que ele [o significante] traz para o sentido.”. Trata-se aí da possibilidade de equívoco inerente ao significante, à língua intangível (GADET; PÊCHEUX, 2004). A outra faceta seria a própria manifestação do inconsciente. Tal como os sintomas, os atos falhos, o humor teria a capacidade de liberar o que estava reprimido. Desse modo, o prazer advindo pelas produções humorísticas teria duas entradas: a função puramente polivalente ou arbitrária do significante e a manifestação do recalado.

Como no plano formal da língua ninguém pode ser mais homem que outrem (ou se é homem ou não se é), o significante, em sua dimensão polivalente, causa outro sentido, provocando o humor: o significante “homem” causa o efeito de que há homem menos viril [goiano] que outro [maranhense]. Conforme Freud (2014a), o efeito humorístico é causado quando há sujeitos diante de um mesmo ato discursivo, de modo que o humor possa ser direcionado a si ou a um outro – presente ou ausente da cena enunciativa. Para os participantes da pesquisa, identificados ao mesmo plano discursivo, não há nada mais passível de risos que associar o homem às características femininas. Nota-se aí um atravessamento de uma FD de cunho machista: o modo ser viril é exaltado, enquanto o oposto ridicularizado.

Freud (2014a, p. 325) afirma que o humor, diferentemente do chiste e do cômico, não possui apenas algo liberador, mas algo grandioso e exaltante: “o traço grandioso está claramente no triunfo do narcisismo, na vitoriosa afirmação da invulnerabilidade do Eu”. No caso maranhense, subjuga-se o outro, o imaginário goiano, em detrimento da fortificação do imaginário maranhense. Assim como ocorre na charge, gênero discursivo que preza pelo humor, há a hipérbole da condição maranhense (+ homem), em detrimento do rebaixamento da posição goiana (– homem). Além disso, a postura humorística, mais que extrair prazer da

exaltação/rebaixamento, denuncia um discurso de oposição à suposta simetria entre imigrante e anfitrião, de modo que haja o realçar da impossibilidade de homogeneidade entre um e outro: a marca da diferença. O humor lança luz à outra postura diante do real da história e o real do preconceito: trata-se de refutar a condição imaginária de igualdade entre um e outro.

Já no dito do jovem (c), “Goiano é um bicho preguiçoso”, há a oposição entre o goiano preguiçoso *versus* o maranhense trabalhador, demarcando também a exaltação do eu maranhense em detrimento do rebaixamento do eu goiano. A FD dos jovens maranhenses permite a seguinte síntese: pode ser dito que o masculino viril é o maranhense (não pode ser dito o contrário); pode ser dito que o masculino frágil/preguiçoso é o goiano (não pode ser dito o contrário). Essa regularidade remete à não homogeneidade entre a terra de lá [Maranhão] e a de cá [Goiás]: há outro lado, outra margem, outra formação discursiva.

Na FD da pesquisa, há uma contradição exemplificada pela posição (de autoridade) de (a) e dos demais participantes. Enquanto a participante (a) procura enfatizar a igualdade entre goiano e maranhense, os jovens, ao contrário, denunciam, via postura humorística, a impossibilidade de simetria entre um e outro. Se, por um lado, há a unanimidade quanto à veia humorística do maranhense, por outro, não é possível notar o mesmo diante da relação do imigrante perante o anfitrião. Enquanto, a voz de (a) afirma que o maranhense imigrante deve “deixar para lá” os preconceitos e se apropriar do modo de ser do outro/goiano, conquistando os benefícios do novo território, os jovens, por seu turno, defendem que os maranhenses não devem mudar de sotaque e/ou costumes. A participante (a), por exemplo, ensina a sobrinha a ignorar as vozes da discriminação, conforme: “[...] foi o que **eu ensinei a ela**, conquiste o seu espaço. O que ela fez? Simplesmente **ignorou os meninos** [...]”. Ao contrário de (a), os jovens buscam no humor um modo de reagir ao preconceito, uma forma de extrair prazer da suposta condição goiana.

Em “goiano é bicho preguiçoso (risos)”, o tom humorístico do participante (c) devolve ao outro (goiano) a etiqueta de selvagem. O efeito de sentido de “selvagem” advém da polivalência do significante “bicho”. Enquanto o significante “bicho” remete ao campo semântico dos animais não civilizados, “preguiçoso” traz a noção de fraqueza para o centro: o goiano seria, então, além de menos viril, não civilizado, um animal preguiçoso. Nota-se, da junção do significante “bicho” e “preguiçoso”, uma síntese entre virilidade e a preguiça, formando outro significante: “Bicho-preguiça”. O novo significante reage ao preconceito ao imigrante, de modo que possa ser dito, com Freud (2014a, p. 325), que “o humor não é resignado, é rebelde, ele significa não apenas o triunfo do Eu, mas também do princípio de prazer, que nele consegue afirmar-se, contra a adversidade das circunstâncias reais.”. Contra a

adversidade do preconceito ao imigrante, a rebeldia do humor adentra a cena discursiva, tirando prazer da exaltação maranhense e do rebaixamento da condição goiana.

Em **(d)**, outro efeito humorístico comparece novamente: “[Tocantins] é quase dentro do Maranhão”. O Estado do Tocantins, geralmente associado ao estado de Goiás, por já terem ambos formados um estado só, desloca-se. No efeito humorístico, Tocantins não é quase Goiás, mas, quase Maranhão. Há aí o deslizamento geográfico! Não é mais o estado de Goiás ou Tocantins que está associado às vantagens financeiras; há a inversão: o Maranhão é construído (imaginariamente) como um polo financeiro. Embora tocaninenses e maranhenses estejam na condição de imigrantes – ambos teriam saído de sua terra em busca de melhores condições financeiras em Goiás –, a construção do humor rebaixa o tocaninense e exalta o maranhense (observe o uso do modalizador “quase”), deslocando a ênfase para o Maranhão.

Na FD maranhense da pesquisa, o humor funciona como um modo de reagir aos ditames do preconceito, bem como expõe a contradição entre os posicionamentos da participante **(a)**, a agente do DU e os demais, os outros. Já que os jovens não contradizem diretamente a voz de autoridade do grupo, a hesitação e o humor dão conta de estabelecer a diferença de pontos de vista. Assim, tanto o humor quanto a hesitação combatem os posicionamentos internos e externos à FD, não compactuando com o silenciamento dos costumes maranhenses, reação à posição de **(a)**, nem aceitando as vozes preconceituosas do imaginário goiano, reação externa à FD.

Mais que um recurso utilizado conscientemente, o humor e a hesitação comparecem como um elemento surpresa no discurso, desconstruindo o terreno supostamente estabilizado pela voz de autoridade da participante **(a)** e pelo imaginário goiano. O humor e a hesitação, como elementos que escapam ao controle do falante, combatem a premissa de que ao maranhense não caberia reação ao preconceito. Na surpresa, o humor exalta o maranhense e rebaixa o goiano, extraindo prazer da situação opressiva, enquanto a hesitação não diz o essencial, ou seja, a hesitação não comunica o que estava previsto pela voz de autoridade da FD e pelo imaginário goiano, emergindo outro discurso.

Assim, o humor e a hesitação se mostram como peças chave para a denúncia da não simetria goiano/maranhense, bem como para ressaltar a divergência interna e externa da FD. Trata-se da heterogeneidade, *hetero*: o resíduo do Outro insiste em comparecer através do equívoco. Nesse sentido, realça-se via humor e hesitação: a) a não simetria entre goiano e maranhense (fragilidade/preguiça *versus* virilidade/trabalhador); b) a contradição entre os jovens e a voz de autoridade. Enquanto o humor engrandece o maranhense e diminui o goiano, extraindo prazer, a hesitação resiste a dizer o que está estabilizado da FD, as posições de **(a)**. Para além do controle do falante, o equívoco presente nas ocorrências de hesitação e

humor denuncia um modo singular de enunciar, a leveza da diferença: a própria divisão do sujeito e do Outro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho analisa os efeitos de sentido contidos nos enunciados de sujeitos maranhenses, imigrantes em Goiás, estudantes de uma escola municipal de Goiânia, na modalidade de Ensino de Jovens e Adultos. O objetivo deste estudo é buscar as contribuições da Análise do Discurso (AD) e da Psicanálise, verificando o acréscimo crítico dessas teorias, de modo a tecer uma análise do sujeito imigrante em Goiás. Para tal, o trabalho é dividido em dois capítulos: o primeiro, de cunho teórico, estuda o conceito de sujeito, na AD e na Psicanálise; o segundo, por seu turno, apresenta a metodologia e as análises dos enunciados maranhenses coletados em campo, na escola.

Ainda que panoramicamente, no primeiro capítulo, as três épocas da AD são vistas, de 1969 a 1983, observando especialmente como a noção de sujeito se desloca em cada momento. Paralelamente, o conceito de sujeito na Psicanálise é trabalhado, tecendo comparações (convergências e divergências) entre a Psicanálise e as três épocas da AD.

Enquanto a AD-1 compreende o sujeito como assujeitado à ideologia, as demais etapas (AD-2 e AD-3) se encarregam de afrouxar a tese do assujeitamento, não mais colaborando para o estatuto do mesmo, mas avançando rumo à heterogeneidade discursiva, ao regime do outro/Outro. Alguns conceitos se tornam cruciais para o distanciamento da máquina automática discursiva: a noção de interdiscurso e a noção de esquecimento sustentam a ideia de que o sentido e sujeito caminham em vias deslizantes, comparecendo as metáforas e as metonímias. Se antes, na AD-1, a estrutura tendia a excluir o sujeito das produções de sentido, na AD-2 e, principalmente, na AD-3 o sujeito passa a compor a estrutura (LEITE, 2014). No nó entre o sentido e o sujeito, o equívoco se mostra como parte da estrutura; não se trata de um desvio da norma, mas algo intrínseco e sem controle do falante. O equívoco ocorre como a própria manifestação do sujeito!

Especialmente a partir de 1978, na AD-3, Pêcheux aprofunda o conceito de sujeito, levando adiante a noção psicanalítica de real e de inconsciente. Assim, a noção de inconsciente é retomada, não como uma zona obscura ou fechada em si mesma, mas como uma lógica de linguagem, conforme a leitura lacaniana. Para a Psicanálise, principalmente a partir do retorno de Lacan à obra de Freud, o inconsciente possui uma lógica. Trata-se de uma estrutura dotada de furos que funciona tal como uma linguagem: o sentido e o sujeito deslizam na cadeia significante através da condensação/metáfora e o deslocamento/metonímia. Ao aparelhar o ser à linguagem, a Psicanálise compreende o inconsciente como uma ruptura, o que marca a cisão operada pela linguagem – mais que uma

metafísica, o inconsciente funciona como um discurso, o Outro discurso, as formações estranhamente familiares do inconsciente.

Como resultado do entrecruzamento da AD com a Psicanálise, nota-se uma relação profundamente íntima entre os dois campos de saber, o que de modo algum exclui as divergências teóricas. Por exemplo, o uso do termo “forma-sujeito” na AD diverge da noção psicanalítica de sujeito, já que o sujeito não se fixa a nenhuma identidade, mas está em constante movimento, deslizando na cadeia significante. A chamada “forma-sujeito” se encontra mais próxima da noção de *ego*, a formação imaginária do eu, do que de sujeito do inconsciente. Além disso, uma leitura apurada da obra pecheutiana, principalmente os textos anteriores à revisão de 1978, também demonstra como o termo “recalque” é usado na AD como sinônimo de apagamento. Ao contrário, a Psicanálise compreende que a operação do recalque não apaga completamente as reminiscências, mas deixa restos, a saber, os efeitos de sentido.

Por outro lado, vários conceitos da AD se mostram consonantes aos pressupostos da Psicanálise: os dois esquecimentos, por exemplo, estão de acordo com as noções freudianas de pré-consciente e inconsciente, assim como o Outro lacaniano se aproxima do conceito de interdiscurso. Mesmo marcando a diferença entre os campos de saber, a AD e a Psicanálise estão em constante diálogo – ora divergindo, ora se aproximando –, estabelecendo as relações entre o sujeito e o sentido, isto é, ambas procuram um estatuto para a interpretação que vá além do subjetivismo e do logicismo.

Conclui-se da relação entre AD e Psicanálise que, embora não seja possível homogeneizar os conceitos, os dois campos de saber estão imbricados intimamente. Ambos, no caso do discurso maranhense, contribuem para que os efeitos do recalque sejam compreendidos como sentidos diversos, escamoteados, não apagados. A partir do entrecruzamento desses saberes, sugere-se que o imigrante não está fixo em um ponto apenas, mas imerso em uma rede discursiva, movimentando-se constantemente.

Quanto ao segundo capítulo, o trabalho adentra o terreno da metodologia e das análises. A metodologia da pesquisa não é validada pelo número de enunciados coletados, mas pela interpretação atribuída a eles. Como não há a pretensão de abarcar o todo, nem delimitar completamente a singularidade do evento, este trabalho se configura como uma pesquisa qualitativa de orientação discursivo-psicanalítica, aplicada a um estudo de caso.

Nas análises, há a tentativa de interpretar os efeitos da hesitação e da repetição nos enunciados da participante denominada (a). Trata-se de notar o aparecimento de algo que escapa ao domínio do falante, isto é, quando, no discurso, o equívoco comparece. Assim, o segundo esquecimento entra em cena, comprovando a concepção pecheutiana de que os

sujeitos não controlam completamente o próprio dizer, denunciando Outro discurso. Esse Outro discurso insiste em se realizar, porque não há Outro total, ausente do corte significativo. Ele se realiza através do lapso, da hesitação, do humor, manifestando a heterogeneidade constitutiva de todo discurso (AUTHIER-REVUZ, 2004), o recalcado de cada um. No caso da pesquisa, a participante **(a)** tenta se esquecer – lembrando-se – dos significantes maranhenses: não há o apagamento completo da história – há falhas! Eis o real, a impossibilidade de se dizer tudo.

No discurso de **(a)** comparece a *separação* e a *alienação* ao Outro. Isso porque a participante se separa dos significantes maranhenses, alienando-se aos significantes goianos. Desse modo, compreende-se a hesitação como um efeito da separação dos significantes maranhenses, enquanto que a alienação se torna exemplificada através da repetição dos significantes goianos (“conquista”, “bom”, “excelente”, “muito bom” etc.). Em suma: mesmo tentando apagar as marcas da terra natal, as análises dos enunciados da participante **(a)** mostram que há efeitos discursivos (exemplificados pela hesitação) que fazem a história ser vivenciada retroativamente e sem o controle do falante, de modo que as reminiscências não sejam apagadas totalmente. Enquanto a repetição de palavras e/ou expressões remete à identificação da participante **(a)** ao novo solo, a hesitação denuncia o Outro discurso, a saber, a história recalcada, o sofrimento advindo do Maranhão.

Por outro lado, as análises do discurso dos jovens maranhenses também se mostram cruciais para a compreensão do sujeito imigrante da pesquisa. Isso porque há pontos de fuga, ou seja, há posições subjetivas distintas acerca do processo migratório. Os jovens, por unanimidade, discordam do posicionamento de **(a)** sobre a suposta necessidade de ignorar as vozes do preconceito contra o imigrante. Entretanto, como a voz de **(a)** funciona como uma representação do discurso de autoridade (agente do DU), os participantes da pesquisa refutam a tese da assimilação através da veia humorística e da hesitação. Assim, a hesitação e o humor no discurso dos jovens adentram o regime discursivo como uma surpresa capaz de desestabilizar a suposta de autoridade.

Os jovens hesitam como forma de não enunciar diretamente a contradição com os posicionamentos de **(a)**, a representante da FD. A partir da hesitação, outra cena adentra o regime discursivo. Trata-se do discurso capaz de refutar o limite do grupo, isto é, um discurso que resista às vozes do preconceito. Além disso, a hesitação comparece também como modo de resistir aos ditames da voz imaginária goiana; resiste-se contra a suposta homogeneidade entre maranhense e goiano. Enfim, ao não enunciar o essencial, a hesitação se manifesta; deixando escapar algo, os jovens participantes estabelecem outro ponto no discurso, de modo

a não compactuar com a suposta garantia dada pelo Outro/participante (a). Eles se posicionam do outro lado da FD, refutando as vozes do preconceito.

Além da hesitação, a análise do discurso dos jovens também traz o humor à luz. Isso porque o humor comparece como forma de ganhar prazer da situação opressiva. Ou seja, ao exaltar o maranhense e rebaixar a condição goiana, os participantes da pesquisa reagem ao preconceito (tomando a posição de agente do discurso), além de extrair prazer da situação. Aos olhos do imaginário goiano, a partir do discurso dos imigrantes, o maranhense deve ser objetivado/assujeitado ao trabalho, de modo que ofensas sejam recorrentemente denunciadas pelos jovens. Assim sendo, o humor, ampliando o valor maranhense e diminuindo o goiano, inverte os papéis. Antes na condição de passivo, o maranhense (via humor) toma o lugar central. Trata-se de um modo de fortificar/extrair prazer do imaginário maranhense em detrimento do rebaixamento do imaginário goiano.

Enfim, o *corpus* aponta para o sujeito imigrante como uma luta, um nó: nem o esquecimento total do Maranhão, nem o ajustamento pleno a Goiás. A hesitação e o humor não permitem o apagamento total, mas deixam restos, *hetero*. Como o sujeito não possui uma identidade fixa, nem se prende a um ponto apenas, a análise do sujeito imigrante se dá pela via do significante: os deslocamentos de significantes que representam o imigrante para outros significantes. Assim sendo, a análise do sujeito imigrante traz como resultado não um esclarecimento total da imigração ou uma compreensão “típica” do maranhense, mas o deslizamento dos significantes que impossibilita o apagamento total das reminiscências. Ou seja, o sujeito imigrante se encontra como que em palimpsesto, presente na ausência, entre os significantes de lá [Maranhão] e os de cá [Goiás]. Enfim, as falhas de lá compõem o cotidiano de cá. Eis o nó borromeano; eis a singularidade; eis o recalcado de cada um!

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos do Estado*. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

AUTHIER-REVUZ, J. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

_____. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas, SP: UNICAMP, 1998.

BAGNO, M. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo, Parábola, 2012.

BAKHTIN, M.; VOLOCHÍNOV, V. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. M. Lahud e Y. F. Vieira. 13 ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

BORBA-RODEGHER, P. O tangenciamento do real pelo ato de nomeação. In: INDURSKY; FERREIRA; MITTMANN (Orgs.). *O acontecimento discursivo no Brasil*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013. p. 115-127.

CARVALHO, F. *O sujeito no discurso: Pêcheux e Lacan*. UFGM, 2008. 265 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de pós-graduação em Linguística, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: 2008.

CORACINI, M. *A celebração do outro: arquivo, memória e identidade*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007.

ELIA, L. *O conceito de sujeito*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

FINK, B. *O sujeito lacaniano*. Tradução de Maria de Lourdes Duarte Sette. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

FREUD, S. *Estudos sobre a histeria*. Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996a. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.2).

_____. *A interpretação dos sonhos*. Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996b. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.4).

_____. *Sobre a Psicopatologia da vida cotidiana*. Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996c. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.6).

_____. *Os chistes e sua relação com o inconsciente*. Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996d. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.8).

_____. O estranho. In: _____. *Uma neurose infantil e outros trabalhos*. Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996e. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.17).

_____. Uma criança é espancada. In: _____. *Uma neurose infantil e outros trabalhos*. Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996f. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.17).

_____. *Escritos sobre a psicologia do inconsciente*. Tradução de Luiz Alberto Hanns. Rio de Janeiro: Imago, 2004.

_____. *O humor*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2014a. (Obras Completas, v. 17).

_____. *Sobre a concepção das afasias*. Tradução de Renata Dias Mundt. Rio de Janeiro: Zahar, 2014b.

GREGOLIN, M. *Bakhtin, Foucault, Pêcheux*. In: BRAIT (Org.). *Bakhtin: outros conceitos-chave*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos*. 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2006.

JAKOBSON, R. *Linguística e comunicação*. 24 ed. São Paulo: Cultrix, 2007.

YIN, R. K. Introdução. In: _____. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2005. p. 19-38.

LACAN, J. *Escritos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. *Livro 3: as psicoses*. Tradução de Aluisio Menezes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008a.

_____. *Livro 05: As formações do inconsciente*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. *Livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Tradução de M. D. Magno. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008b.

_____. *Livro 17: o avesso da psicanálise da psicanálise*. Tradução de Ari Roitman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

_____. *Livro 20: Mais ainda*. Tradução de M. D. Magno. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008c.

_____. *Livro 23: O sinthoma*. Tradução de Sérgio Laia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

LANKSHEAR, C.; KNOBEL, M. A pesquisa como investigação sistemática. In: _____. *Pesquisa Pedagógica: do projeto à implementação*. Porto Alegre: Artmed, 2008. p. 31-43.

LEITE, N. *Psicanálise e Análise do Discurso: o acontecimento na estrutura*. Rio de Janeiro: Campo Matêmico, 1994.

- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Abordagens qualitativas de pesquisa: a pesquisa etnográfica e o estudo de caso. In: _____. *Pesquisa em educação: Abordagens Qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986. p. 11-24.
- MALDIDIER, D. *A inquietação do discurso: (re)ler Pêcheux hoje*. Tradução Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas, SP: Pontes, 1997.
- MAZIÈRE, F. *A análise do discurso: história e práticas*. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2007.
- MILNER, J. *O amor da língua*. Tradução de Paulo Sérgio de Souza Junior. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.
- MOREIRA, H.; CALEFFE, L. G. Coleta e Análise de Dados Qualitativos: a observação. In: _____. *Metodologia científica para o professor pesquisador*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008. p. 195-228.
- MOREIRA, H.; CALEFFE, L. G. Elaboração e Uso de Questionários. In: _____. *Metodologia científica para o professor pesquisador*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008. p. 95-133.
- ORLANDI, E. *Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia*. Campinas, SP: Pontes, 2012.
- PÊCHEUX, M. A análise do discurso: três épocas. In: GADET; HAK (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Unicamp, 1997a.
- _____. Efeitos discursivos ligados ao funcionamento das relativas em francês. Tradução de José Horta Nunes. In: ORLANDI (Org.). *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Pontes, 2014a. p. 131-140.
- _____. Metáfora e Interdiscurso. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. In: ORLANDI (Org.). *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Pontes, 2014b. p. 151-161.
- _____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 2.ed. Campinas, SP: Pontes, 1997b.
- _____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. São Paulo: UNICAMP, 1997c.
- _____. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In: _____. *Semântica e discurso*. São Paulo: UNICAMP, 1997c. p. 293-304.
- PÊCHEUX, M; GADET, F. *A língua intangível*. Tradução de Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas: Pontes, 2004.
- QUINET, A. *Os outros em Lacan*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SAUSSURE, F. *Escritos de Linguística Geral*. In: BOUQUET; ENGLER (Orgs.). Tradução de Carlos Salum e Ana Lúcia Franco. São Paulo: Editora Cultrix, 2002.

SILVA, J. Althusser. In: OLIVEIRA (Org.). *Estudos do discurso: perspectivas teóricas*. São Paulo: Parábola, 2013.